

# O IMPACTO ECONÓMICO DO POLITÉCNICO DE LEIRIA NO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

ANO LETIVO 2017/2018

PEDRO OLIVEIRA (COORD.)  
EUGÉNIO LUCAS • SUSANA MENDES  
RITA CADIMA • FERNANDA PINHEIRO

LEIRIA, DEZEMBRO 2019

<https://doi.org/10.25766/cdpz-e481>

## **FICHA TÉCNICA**

### **Título**

O Impacto Económico do Politécnico de Leiria no Desenvolvimento da Região - Ano letivo 2017/2018

### **Autores**

Pedro Oliveira (Coord.)

Eugénio Lucas

Susana Mendes

Rita Cadima

Fernanda Pinheiro

### **Revisão**

Miguel Jerónimo

### **Design gráfico**

Marcos Paixão e Joana Mineiro

### **ISBN**

978-972-8793-97-5

# ÍNDICE

---

Índice de Tabelas .....	v
Índice de Figuras.....	vii
Siglas e Acrónimos.....	xi
Preâmbulo .....	1
1 Introdução e objetivos.....	2
2 Caracterização da instituição e da região.....	4
2.1 O Politécnico de Leiria .....	4
2.2 A Região de Leiria e Oeste.....	7
3 Material e métodos .....	10
3.1 Elaboração dos questionários .....	10
3.2 Seleção da amostra e recolha de dados.....	10
3.3 Tratamento dos dados.....	11
4 Estudantes .....	12
4.1 Comparação da amostra com a população.....	12
4.2 Caracterização da amostra .....	14
4.3 Percurso escolar e situação escolar atual .....	27
4.4 Caracterização familiar .....	33
4.5 Condições de vida.....	40
4.6 Padrões de consumo e práticas sociais .....	48
4.7 Mobilidade internacional .....	61
4.8 Síntese da análise - Estudantes .....	63
5 Docentes .....	65
5.1 Comparação da amostra com a população.....	65
5.2 Caracterização da amostra .....	67
5.3 Condições de vida.....	69
5.4 Síntese da análise - Docentes.....	82
6 Colaboradores técnicos e administrativos.....	83
6.1 Comparação da amostra com a população.....	83
6.2 Caracterização da amostra .....	86
6.3 Condições de vida.....	88
6.4 Síntese da análise - Colaboradores técnicos e administrativos .....	99
7 O impacto económico do Politécnico de Leiria na região .....	100

7.1	Modelo simplificado .....	100
7.2	Estimativa do impacto do Politécnico de Leiria.....	102
7.3	Síntese dos resultados obtidos.....	110
8	Considerações finais .....	111
9	Referências bibliográficas.....	113
	Anexo I – Inquéritos aos estudantes .....	114
	Anexo II – Inquérito aos docentes.....	118
	Anexo III – Inquérito aos colaboradores técnicos e administrativos.....	120

# ÍNDICE DE TABELAS

---

Tabela 1. Resumo dos indicadores de caracterização sociodemográfica .....	8
Tabela 2. População residente com 15 a 64 anos e 65 e mais anos: por nível de escolaridade completo mais elevado .....	9
Tabela 3. Estudantes matriculados no ano letivo 2016/2017 por nível de ensino .....	9
Tabela 4. Número de colaboradores docentes, técnicos e administrativos e estudantes inquiridos e taxas de resposta .....	11
Tabela 5. Comparação entre a população e a amostra de estudantes por género .....	12
Tabela 6. Comparação entre a população e a amostra de estudantes por idade.....	13
Tabela 7. Comparação da população e da amostra dos estudantes por Escola onde se encontram matriculados .....	13
Tabela 8. Comparação entre a população e a amostra dos estudantes por grau do ciclo de estudos que frequentam .....	14
Tabela 9. Distribuição dos estudantes da amostra segundo a área de estudo.....	16
Tabela 10. Relação entre a área de estudos dos estudantes e o número de anos no Politécnico de Leiria .....	17
Tabela 11. Número de estudantes inquiridos que mudaram de residência para frequentar o curso atual .....	20
Tabela 12. Situação perante o emprego/situação profissional atual dos estudantes com ocupação profissional.....	29
Tabela 13. Comparação entre a profissão da mãe e a profissão da população portuguesa feminina.....	34
Tabela 14. Comparação entre a profissão do pai dos estudantes inquiridos e a profissão da população portuguesa masculina .....	35
Tabela 15. Caracterização da escolaridade do pai e da mãe dos estudantes da amostra .....	36
Tabela 16. Comparação entre o nível de escolaridade completo mais elevado do agregado familiar dos estudantes e da população portuguesa residente com 15 e mais anos, em 2017 .....	38
Tabela 17. Resumo do orçamento disponível dos estudantes por fonte de origem .....	44
Tabela 18. Cruzamento entre o orçamento disponibilizado pela família e a idade dos estudantes.....	45
Tabela 19. Distribuição dos estudantes segundo o tipo de alojamento .....	46
Tabela 20. Relação entre o montante financeiro disponibilizado pela família e o tipo de alojamento dos estudantes.....	46
Tabela 21. Relação entre o rendimento médio mensal do agregado familiar e tipo de alojamento dos estudantes .....	49
Tabela 22. Resumo dos gastos médios mensais dos estudantes no concelho onde estudam por categoria .....	56
Tabela 23. Associação entre a situação financeira e as diferentes variáveis consideradas .....	58
Tabela 24. Intenção futura de residir no concelho após conclusão do curso .....	62
Tabela 25. Caracterização síntese da amostra de estudantes inquiridos no Politécnico de Leiria .....	64
Tabela 26. Comparação entre a população e a amostra de docentes por sexo .....	65
Tabela 27. Comparação entre a população e a amostra de docentes por classes de idades .....	65
Tabela 28. Comparação entre a população e a amostra de docentes por categoria profissional .....	66
Tabela 29. Comparação entre a população e a amostra de docentes por local de trabalho.....	66
Tabela 30. Resumo dos gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra.....	77
Tabela 31. Quadro comparativo da despesa total anual média do agregado familiar dos docentes com os agregados familiares da população portuguesa e na Região Centro (NUTS II).....	78
Tabela 32. Distribuição dos docentes por dia segundo a Escola da Instituição à qual estão afetos e respetiva média .....	78
Tabela 33. Resumo dos valores (€) e finalidade dos empréstimos contratualizados pelos docentes .....	81
Tabela 34. Comparação entre a população e a amostra por sexo.....	83
Tabela 35. Comparação entre a população e a amostra por escalão de idades.....	83
Tabela 36. Comparação entre a população e a amostra de colaboradores por categoria profissional.....	84
Tabela 37. Comparação entre a população e a amostra por local de trabalho .....	84
Tabela 38. Resumo dos gastos médios mensais do agregado familiar da amostra .....	94
Tabela 39. Quadro comparativo da despesa total anual média do agregado familiar dos colaboradores técnicos e administrativos e dos agregados familiares da população portuguesa e da Região Centro (NUTS II) .....	95
Tabela 40. Associação entre o rendimento líquido médio mensal do agregado familiar e a poupança média mensal .....	97
Tabela 41. Resumo dos valores (€) e finalidade dos empréstimos contratualizados pelos colaboradores .....	98
Tabela 42. Gasto anual direto dos estudantes na região.....	103

Tabela 43. Gasto anual direto dos docentes do Politécnico de Leiria na região.....	105
Tabela 44. Gasto anual direto dos colaboradores técnicos e administrativos na região.....	107
Tabela 45. Gastos da instituição na região .....	108
Tabela 46. Impacto direto do Politécnico de Leiria na região.....	109

# ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Número total de estudantes do Politécnico de Leiria .....	5
Figura 2. Número total de docentes do Politécnico de Leiria .....	5
Figura 3. Número total de colaboradores técnicos e administrativos do Politécnico de Leiria .....	5
Figura 4. Regiões de Leiria e Oeste .....	7
Figura 5. Distribuição dos estudantes inquiridos por idade segundo o género .....	15
Figura 6. Distribuição dos estudantes inquiridos pelo número de anos de inscrição no Politécnico de Leiria .....	15
Figura 7. Distribuição dos estudantes da amostra pelo ano em que estão matriculados .....	16
Figura 8. Distribuição dos estudantes inquiridos por Escola e por condição perante o ensino .....	18
Figura 9. Distribuição dos estudantes inquiridos por Escola e por idade .....	18
Figura 10. Distribuição dos estudantes inquiridos por idade e condição perante o ensino .....	19
Figura 11. Motivo pelo qual os estudantes residem no concelho da Escola frequentada .....	20
Figura 12. Distribuição dos estudantes inquiridos por mudança de concelho de residência e primeira opção de ingresso .....	21
Figura 13. Distribuição dos estudantes por distrito de residência de origem .....	22
Figura 14. Distância entre a residência de origem e as Escolas em Leiria .....	23
Figura 15. Distância entre a residência habitual dos estudantes e as Escolas em Leiria (ESECS, ESTG e ESSLei) .....	23
Figura 16. Distância entre a residência habitual dos estudantes e a Escola em Caldas da Rainha (ESAD.CR) .....	24
Figura 17. Distância entre a residência habitual dos estudantes e a Escola sedeadada em Peniche (ESTM) .....	24
Figura 18. Distância entre a residência habitual e o concelho de localização da Escola .....	25
Figura 19. Distribuição dos estudantes internacionais por Escola .....	25
Figura 20. Distribuição dos estudantes provenientes das Ilhas da Madeira e Açores por Escola .....	26
Figura 21. Via de acesso ao ensino superior dos estudantes da amostra .....	27
Figura 22. Associação entre a existência de experiência profissional anterior ao ingresso e a idade dos estudantes .....	28
Figura 23. Distribuição dos estudantes segundo a condição perante o ensino .....	29
Figura 24. Situação profissional atual e a existência ou não de experiência de trabalho prévia .....	30
Figura 25. Situação profissional atual e a condição perante o ensino .....	30
Figura 26. Número de horas de trabalho semanal dos trabalhadores-estudantes .....	31
Figura 27. Relação entre a atividade profissional atual e a área de estudo .....	31
Figura 28. Comparação das horas de contacto semanal entre estudantes e trabalhadores-estudantes .....	32
Figura 29. Condição perante o trabalho da mãe [a] e do pai [b] dos estudantes inquiridos .....	33
Figura 30. Escolaridade máxima agregada .....	37
Figura 31. Rendimento líquido médio mensal do agregado familiar dos estudantes .....	39
Figura 32. Valor médio mensal disponibilizado pela família ou companheiro/a .....	41
Figura 33. Valor médio mensal disponibilizado sob a forma de subsídio estatal não reembolsável .....	42
Figura 34. Valor médio mensal disponibilizado sob a forma de apoio financeiro de fundações, autarquias, empresas, IPSS ou outros .....	42
Figura 35. Valor médio mensal disponibilizado sob a forma de empréstimo .....	43
Figura 36. Valor médio mensal disponibilizado sob a forma de rendimento ganho através do trabalho .....	43
Figura 37. Valor médio mensal disponibilizado sob a forma de “outras fontes” .....	44
Figura 38. Avaliação das condições de alojamento .....	47
Figura 39. Valor médio mensal gasto com alojamento .....	48
Figura 40. Valor médio mensal gasto com alimentação .....	49
Figura 41. Valor médio mensal gasto com livros e outro material escolar .....	50
Figura 42. Valor médio mensal gasto com despesas de saúde .....	50
Figura 43. Valor médio mensal gasto com atividades de lazer .....	51
Figura 44. Valor médio mensal gasto com despesas de bens pessoais .....	51
Figura 45. Valor médio mensal gasto com despesas de material informático .....	52

Figura 46. Valor médio mensal gasto com despesas de propinas e taxas .....	53
Figura 47. Valor médio mensal gasto com outras despesas .....	53
Figura 48. Distância entre a residência e o Politécnico de Leiria .....	54
Figura 49. Principal meio de transporte utilizado entre a residência e o Politécnico de Leiria .....	54
Figura 50. Gastos médios mensais com a deslocação entre a residência e a Escola .....	55
Figura 51. Gastos médios mensais com a deslocação entre a residência no período letivo e a casa de família .....	55
Figura 52. Gastos médios mensais com utilização de meio de transporte próprio .....	56
Figura 53. Avaliação da situação financeira pelos estudantes.....	57
Figura 54. Frequência das visitas recebidas pelos estudantes inquiridos que mudaram de residência .....	59
Figura 55. Duração das visitas recebidas pelos estudantes que mudaram de residência .....	59
Figura 56. Gasto médio das visitas recebidas pelos estudantes que mudaram de residência .....	60
Figura 57. Frequência de instituições de ensino superior no estrangeiro .....	61
Figura 58. Distribuição dos docentes da amostra segundo a idade.....	66
Figura 59. Distribuição dos docentes da amostra segundo a habilitação académica .....	67
Figura 60. Distribuição dos docentes da amostra segundo a constituição do agregado familiar .....	68
Figura 61. Distribuição dos docentes da amostra segundo o tipo de alojamento durante o período letivo .....	69
Figura 62. Rendimento líquido mensal do agregado familiar .....	70
Figura 63. Gastos médios mensais do agregado familiar com alojamento.....	70
Figura 64. Gastos médios mensais do agregado familiar com a educação dos filhos.....	71
Figura 65. Gastos médios mensais do agregado familiar com alimentação .....	72
Figura 66. Gastos médios mensais do agregado familiar com livros e outro material escolar .....	72
Figura 67. Gastos médios mensais do agregado familiar com saúde .....	73
Figura 68. Gastos médios mensais do agregado familiar com atividades de lazer .....	73
Figura 69. Gastos médios mensais do agregado familiar com bens pessoais.....	74
Figura 70. Gastos médios mensais do agregado familiar com despesas correntes .....	74
Figura 71. Gastos médios mensais do agregado familiar com outras despesas .....	75
Figura 72. Gastos médios mensais do agregado familiar em deslocações para o local de trabalho .....	75
Figura 73. Gastos médios mensais do agregado familiar na deslocação para o local de trabalho com meio de transporte próprio.....	76
Figura 74. Gastos médios mensais do agregado familiar na deslocação para o local de trabalho com outros meios de transporte.....	76
Figura 75. Gastos médios mensais totais do agregado familiar (excluindo transportes) .....	77
Figura 76. Frequência anual das visitas aos docentes da amostra que mudaram de residência.....	79
Figura 77. Gasto médio diário das visitas dos docentes que mudaram de residência.....	79
Figura 78. Poupança média mensal dos docentes da amostra .....	80
Figura 79. Montante inicial dos empréstimos contratualizados pelos docentes da amostra.....	80
Figura 80. Distribuição dos colaboradores por anos de serviço no Politécnico de Leiria .....	86
Figura 81. Distribuição dos colaboradores por habilitações académicas .....	86
Figura 82. Número de pessoas que constituem o agregado familiar dos colaboradores técnicos e administrativos .....	87
Figura 83. Tipo de alojamento dos colaboradores técnicos e administrativos durante o período letivo .....	88
Figura 84. Rendimento líquido mensal médio do agregado familiar dos colaboradores técnicos e administrativos.....	88
Figura 85. Gastos médios mensais do agregado familiar com o alojamento.....	89
Figura 86. Gastos médios mensais do agregado familiar com a educação dos filhos.....	89
Figura 87. Gastos médios mensais do agregado familiar com alimentação .....	90
Figura 88. Gastos médios mensais do agregado familiar com livros e outro material escolar .....	90
Figura 89. Gastos médios mensais do agregado familiar com saúde .....	91
Figura 90. Gastos médios mensais do agregado familiar com atividades de lazer .....	91
Figura 91. Gastos médios mensais do agregado familiar com bens pessoais.....	92
Figura 92. Gastos médios mensais do agregado familiar com despesas correntes .....	92



Figura 93. Gastos médios mensais do agregado familiar em outras despesas .....	93
Figura 94. Gastos médios mensais do agregado familiar em deslocações para o local de trabalho .....	93
Figura 95. Gastos médios mensais do agregado familiar com a deslocação para o trabalho utilizando meio de transporte próprio ....	93
Figura 96. Gastos médios mensais do agregado familiar com a deslocação para o trabalho utilizando outros meios de transporte ....	94
Figura 97. Gastos médios mensais totais do agregado familiar.....	95
Figura 98. Duração média das visitas recebidas pelos colaboradores técnicos e administrativos da amostra que mudaram de residência .....	96
Figura 99. Gasto médio diário das visitas dos colaboradores técnicos e administrativos que mudaram de residência.....	96
Figura 100. Poupança média mensal dos colaboradores técnicos e administrativos .....	97
Figura 101. Montante inicial dos empréstimos obtidos pelos colaboradores técnicos e administrativos .....	98
Figura 102. Modelo Simplificado proposto por Fernandes (2009) .....	101



# SIGLAS E ACRÓNIMOS

---

- A3ES** – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
- CARME** – Centro de Investigação Aplicada em Gestão e Economia
- CDRsp** – Centro de Desenvolvimento Rápido e Sustentado do Produto
- CENTIMFE** – Centro Tecnológico da Indústria de Moldes Ferramentas Especiais e Plásticos
- CETEMARES** – Centro de I&D, Formação e Divulgação do Conhecimento Científico
- CICS.Nova** – Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais [Pólo CICS.Nova.IPLeiria]
- CI&DEI** – Centro de Estudos em Educação e Inovação Pedagógica
- CIEQV** – Centro de Investigação em Qualidade de Vida [Pólo IPLeiria]
- CIIC** – Centro de Investigação em Informática e Comunicações
- CiTechCare** – Center for Innovative Care and Health Technology
- CITUR** – Centro de Investigação Aplicada em Turismo
- CPLP** – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- CTC/OTIC** – Centro de Transferência e Valorização do Conhecimento
- DGEEC** – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciências
- DSPDE** – Direção de Serviços de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico - Politécnico de Leiria
- DSF – DGFO** – Direção de Serviços Financeiros – Divisão de Gestão Financeira e Orçamental do Politécnico de Leiria
- EEES** – Espaço Europeu de Ensino Superior
- ENERDURA** – Agência Regional de Energia da Alta Estremadura
- ESAD.CR** – Escola Superior de Artes e Design
- ESECS** – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais
- ESSLei** – Escola Superior de Saúde
- ESTG** – Escola Superior de Tecnologia e Gestão
- ESTM** – Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar
- GPLAN** – Gabinete de Planeamento - Politécnico de Leiria
- IDD** – Incubadora D. Dinis
- I&D+i** – Investigação, Desenvolvimento e Inovação
- IES** – Instituição(ões) de Ensino Superior
- INDEA** – Instituto de Investigação, Desenvolvimento e Estudos Avançados - Politécnico de Leiria
- INE** – Instituto Nacional de Estatística
- INESCC** – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores de Coimbra [Delegação IPLeiria]

**IT** – Instituto de Telecomunicações [Delegação IPLeia]

**LAETA** – Laboratório Associado de Energia, Transportes e Aeronáutica [Delegação IPLeia da Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial]

**LIDA** – Laboratório de Investigação em Design e Artes

**LSRE/LCM** – Laboratório de Processos de Separação e Reação/Laboratório de Catálise e Materiais [Pólo de Leiria]

**OBITEC** – Associação Óbidos, Ciência e Tecnologia

**PORDATA** – Base de Dados de Portugal Contemporâneo

**NERLEI** – Associação Empresarial da Região de Leiria

**NUTS** – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

**TeSP** – Cursos Técnicos Superiores Profissionais

# PREÂMBULO

---

O impacto das instituições de ensino superior (IES) no desenvolvimento social e económico das regiões onde estão implantadas é hoje amplamente reconhecido. Importa, no entanto, quantificar e medir este impacto, e fazê-lo de forma científica e regular. A investigação que agora se disponibiliza à comunidade concretiza este objetivo, permitindo ainda demonstrar e reforçar a visibilidade da inter-relação de influências e benefícios entre a academia, agentes económicos e políticos.

Com efeito, estamos perante o segundo estudo sobre o sobre o impacto económico dos politécnicos portugueses nas suas regiões, lançado sob proposta do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), em 2017/2018. O mesmo dista cinco anos sobre a primeira investigação, proposta igualmente pelo CCISP em 2012/2013 e efetuada por sete instituições politécnicas: Leiria, Bragança, Castelo Branco, Portalegre, Setúbal, Viana do Castelo e Viseu.

O presente relatório insere-se num estudo mais alargado, à escala nacional, envolvendo doze das quinze instituições de ensino superior politécnico (Leiria, Bragança, Guarda, Portalegre, Santarém, Setúbal, Tomar, Viana do Castelo, Viseu, Beja, Castelo Branco e Cávado e Ave). Mantém a utilização de uma metodologia testada a nível internacional, aplicada ao contexto português.

O estudo evidencia de modo inequívoco a atividade dos politécnicos no dinamismo socioeconómico e cultural das regiões e das comunidades em que se inserem, destacando-os como parceiros estratégicos para a inovação e transformação das economias locais, potenciando o conhecimento e a sua partilha colaborativa.

No que respeita ao Politécnico de Leiria, destacamos a conclusão de que há “no período em estudo, um impacto direto e indireto superior a 129 477 417,00€, o que corresponde a um retorno de 4,68€ por cada euro investido pelo Estado português no financiamento do Politécnico de Leiria e um peso de 4,18% no PIB dos concelhos considerados, a que se associa a criação de 4 218 empregos, que representam 4,34% da população ativa destes concelhos”.

Este estudo documenta e demonstra a importância do Politécnico de Leiria na dinamização da economia local, na criação de emprego, na atração e fixação de pessoas, em paralelo com o acréscimo de qualificações académicas e profissionais das populações e o seu contributo para o aumento da qualidade de vida e bem-estar. Confirma o Politécnico de Leiria como uma instituição em que o conhecimento está ao serviço da sociedade, com um claro foco no desenvolvimento regional, com impacto direto na transformação social e na qualidade de vida das pessoas.

Manifestamos o nosso agradecimento aos autores e coordenadores da investigação, felicitando-os pela elevada qualidade do trabalho desenvolvido e em especial pelo contributo para o conhecimento e compreensão do impacto do Politécnico de Leiria na economia local e regional da região em que se insere.

Rui Pedrosa

Presidente do Politécnico de Leiria

# 1 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

---

Em Portugal é frequentemente reconhecido o impacto que as instituições de ensino superior (IES) têm no desenvolvimento social e económico das regiões onde estão implantadas, ainda que não haja uma prática estabilizada e regular de medição desse impacto. Porém, quer a academia quer os agentes económicos e políticos das diferentes regiões, acompanhando a tendência de outros países e as recomendações de organizações internacionais como a OCDE, revelam um interesse crescente em dar visibilidade a esta inter-relação de influências e benefícios, traduzida pela quantificação do impacto que as atividades das IES têm na comunidade, independentemente do ciclo económico.

Em 2012/2013 foi realizado, em Portugal, o primeiro estudo que procurou avaliar o impacto económico dos politécnicos portugueses nas suas regiões, sob proposta do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), tendo tido o envolvimento de sete instituições politécnicas portuguesas: Leiria, Bragança, Castelo Branco, Portalegre, Setúbal, Viana do Castelo e Viseu, com coordenação de Pedro Oliveira (ICBAS/Universidade do Porto) e Jorge Cunha (Universidade do Minho). Em 2012/2013, o país atravessava uma das maiores crises da sua história, na sequência do eclodir da crise financeira internacional em 2008, e da crise da dívida soberana em 2010. A situação de “crise estendeu-se à economia real” (Ribeiro, Frade, Coelho & Valente, 2015) invadindo de forma dramática todos os setores da sociedade portuguesa e colocando a economia portuguesa entre as mais vulneráveis na Zona Euro. Seguiram-se os cortes no investimento e na despesa pública, particularmente nos setores sociais (Ribeiro et. al., 2015) e da educação, com inevitáveis consequências ao nível do abandono pelos jovens (e também por adultos) do seu projeto de educação-formação no ensino superior e do país.

Em 2017/2018, o CCISP lançou de novo o desafio aos politécnicos portugueses para, volvidos cinco anos, levar a cabo nova investigação que, a ser realizada com regularidade, contribua para a compreensão da evolução do sistema politécnico ao nível do impacto nas economias locais e regionais.

Esta dimensão relevante da atividade dos politécnicos no papel que representam para o dinamismo socioeconómico (investimento, emprego, qualidade de vida) e cultural das regiões e das comunidades onde estão inseridas, reforça a missão das instituições de ensino superior para além do ensino, investigação e transferência e partilha de conhecimento. Portanto, um dos grandes desafios está ancorado na capacidade de potenciar colaborativamente o conhecimento, partilhando-o de forma a contribuir para a solução dos problemas e necessidades das comunidades locais e regionais. As regiões, por seu turno, são hoje permanentemente desafiadas na sua capacidade de inovar e de transformar as economias locais, sob a perspetiva do crescimento sustentável, face a um ambiente competitivo e em constante mudança. Esta responsabilidade apela à interação de todos os agentes sociais, em particular a estreita e intensa articulação com o ambiente de aprendizagem e de produção científica das IES, criando sinergias que demonstram que “new challenges to universities and society at large generate new questions for research” (Blume, Brenner & Buenstorf, 2017: 103).

Este segundo estudo, de âmbito nacional, assume uma importância crucial ao mobilizar a quase totalidade de instituições politécnicas públicas nacionais, ou seja, doze dos quinze politécnicos portugueses: Leiria, Bragança, Guarda, Portalegre, Santarém, Setúbal, Tomar, Viana do Castelo, Viseu, Beja, Castelo Branco e Cávado e Ave, abrangendo assim a heterogeneidade do território nacional de norte a sul e do interior ao litoral.

A metodologia seguida baseou-se na aplicação, ao contexto português, do modelo ACE – *American Council on Education*, simplificado baseado nos trabalhos de *Caffrey & Isaacs* (1971), trabalhado por Fernandes (2009), que estima os impactos económicos das instituições de ensino superior a partir dos gastos (análise pelo lado da procura) realizados por estudantes, docentes e colaboradores técnicos e administrativos e pelos serviços das próprias instituições, nas regiões onde se inserem.

No âmbito do Politécnico de Leiria, os dados utilizados neste estudo foram recolhidos através de inquérito por questionário a estudantes, docentes e colaboradores técnicos e administrativos, realizado durante o mês de abril de 2018. Em simultâneo, foram obtidos elementos relativos aos gastos da instituição com empresas sedeadas nos concelhos de implantação das Escolas Superiores, a partir de informação prestada pelos serviços financeiros do Politécnico de Leiria.

Com base na aplicação dos instrumentos metodológicos e tratamento dos dados recolhidos, foi realizada a estimativa do impacto económico do Politécnico de Leiria na região, tendo-se, para este efeito, considerado os concelhos de Leiria, Caldas da Rainha e Peniche, onde se situam as escolas de ensino superior e se concentra a população alvo do Politécnico de Leiria, não obstante a sua abrangência relativamente a estudantes e profissionais de outros pontos do país.

Concluiu-se haver, no período em estudo, um impacto direto e indireto superior a 129 477 417,00€, o que corresponde a um retorno de 4,68€ por cada euro investido pelo Estado português no financiamento do Politécnico de Leiria e a um peso de 4,18% no PIB dos concelhos considerados, a que se associa a criação de 4 218 empregos, que representam 4,34% da população ativa destes concelhos.

## 2 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DA REGIÃO

---

### 2.1 O POLITÉCNICO DE LEIRIA

O Politécnico de Leiria foi criado em 1980<sup>1</sup>, como pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, administrativa, financeira e patrimonial<sup>2</sup>. O Politécnico de Leiria “(...) é uma instituição de ensino superior de direito público, ao serviço da sociedade, destinada à produção e difusão do conhecimento, criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência, da tecnologia e das artes, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental” (Estatutos do Politécnico de Leiria, art.º 1.º).

Está presente na região de Leiria e Oeste através das suas cinco Escolas Superiores, localizadas nas cidades de Leiria (Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Escola Superior de Tecnologia e Gestão e Escola Superior de Saúde), Caldas da Rainha (Escola Superior de Artes e Design) e Peniche (Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar). Em 2017, foi criado um núcleo de formação do Politécnico de Leiria em Torres Vedras.

O Politécnico de Leiria é um dos principais agentes de desenvolvimento da Região Centro de Portugal, regendo a ação por um conjunto de valores organizacionais fundamentais conformes à sua missão, a inclusão, a responsabilidade social, a cooperação com os agentes socioeconómicos, a criatividade, a inovação e o espírito crítico e empreendedor. O comprometimento institucional do Politécnico de Leiria com a qualidade está presente em todas as dimensões da sua atividade. Todos os seus cursos cumprem com os requisitos legais e estão acreditados pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES). Acolhe estudantes de todo o país e inclui a internacionalização e a mobilidade de estudantes, docentes e colaboradores técnicos e administrativos no seu quadro de prioridades.

A oferta formativa do Politécnico de Leiria inclui oferta conferente de grau académico, com ciclos de estudo de 1.º ciclo (licenciatura) e de 2.º ciclo (mestrado) e oferta formativa não conferente de grau, da qual se destaca pela sua dimensão a formação técnica superior (TeSP – Cursos Técnicos Superiores Profissionais) e a formação pós-graduada. Inclui ainda diversos cursos de formação especializada e formação contínua, o curso preparatório para o acesso ao ensino superior de maiores de 23 anos e o Programa IPL 60+.

No ano letivo 2017/2018 a oferta do Politécnico de Leiria era constituída por 53 cursos de licenciatura (em regime de diurno, pós-laboral e ensino a distância), 49 cursos de mestrado, 26 cursos de pós-graduação e 39 cursos TeSP, com cursos em diversas áreas do conhecimento: Artes e Design, Ciências Empresariais e Jurídicas, Educação e Ciências Sociais, Engenharia e Tecnologia, Saúde, Desporto, Ciência e Tecnologia do Mar e Turismo.

Em abril de 2018, integravam a comunidade académica do Politécnico de Leiria 10 914 estudantes, nos diversos níveis de formação, 915 docentes e 324 colaboradores técnicos e administrativos, distribuídos por cinco Escolas Superiores, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Escola Superior de Artes e Design, Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar e Escola Superior de Saúde (Figura 1, Figura 2 e Figura 3).

---

<sup>1</sup> Decreto-Lei n.º 303/80, de 16 de agosto.

<sup>2</sup> De acordo com o n.º 3 do art.º 1 da Lei n.º 54/90, de 5 de setembro – Lei do Estatuto e Autonomia dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico.



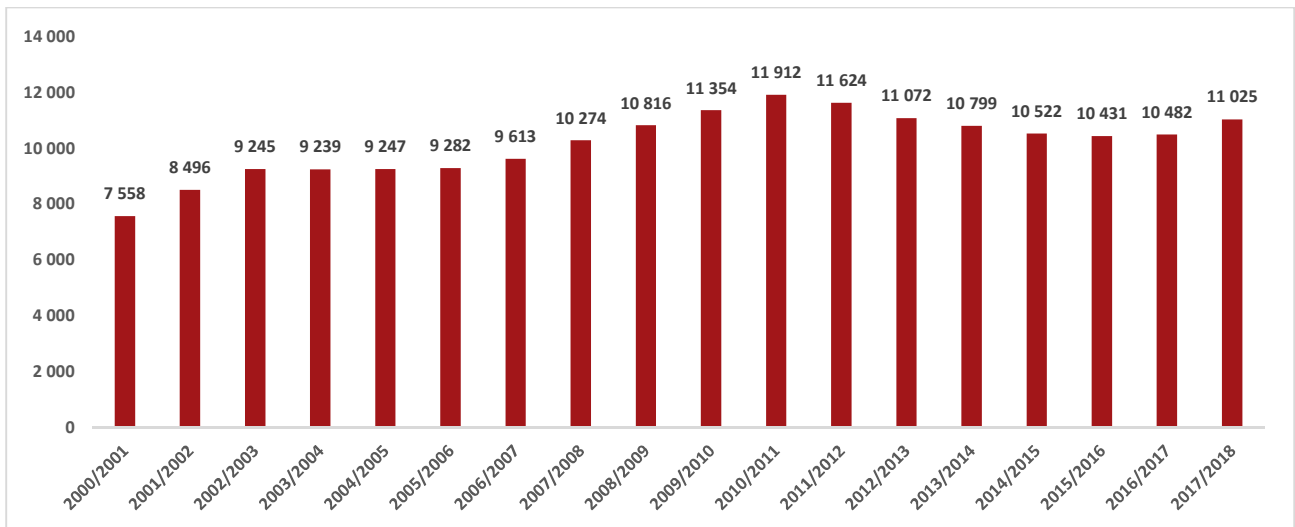


Figura 1. Número total de estudantes do Politécnico de Leiria

Fonte: DSPDE - GPLAN

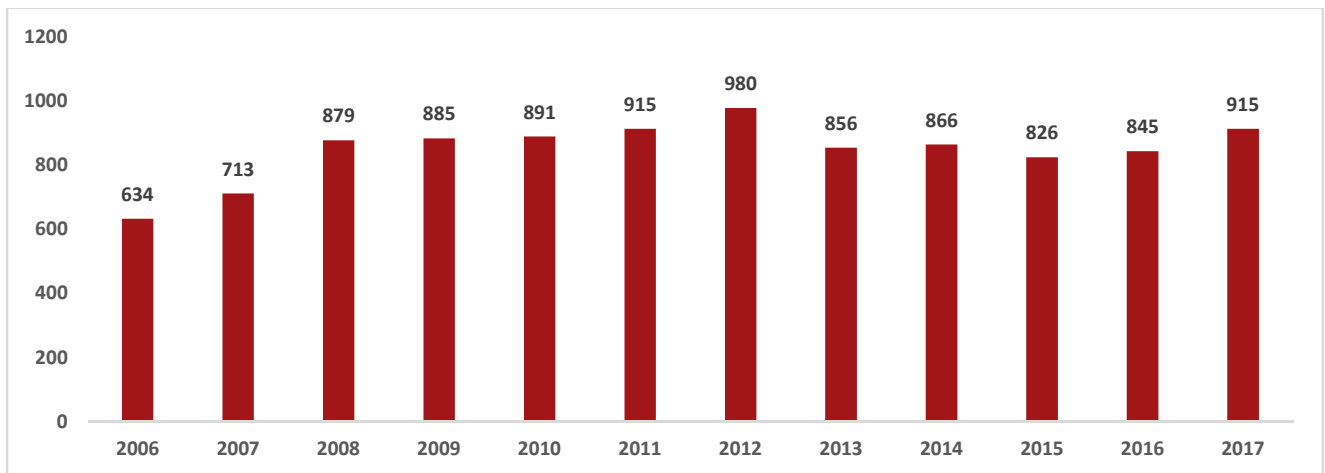


Figura 2. Número total de docentes do Politécnico de Leiria

Fonte: DSPDE - GPLAN

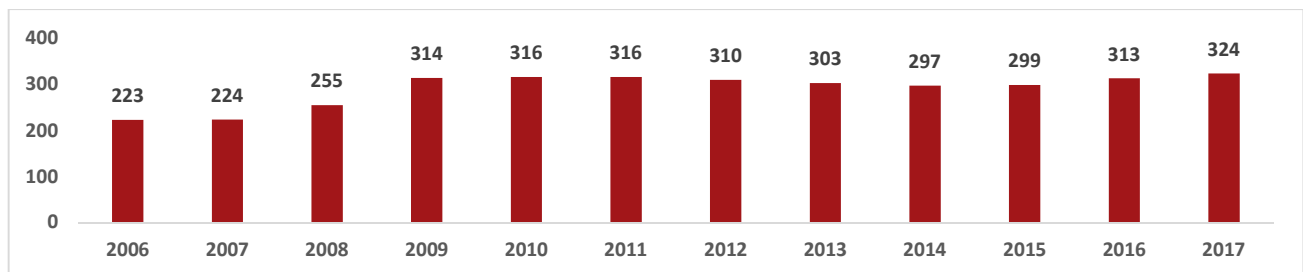


Figura 3. Número total de colaboradores técnicos e administrativos do Politécnico de Leiria

Fonte: DSPDE - GPLAN

Nos últimos anos, o Politécnico de Leiria tem-se afirmado como uma instituição focada na Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D+i), tendo por marca identitária um ecossistema de I&D+i orientado primordialmente para o tecido económico e social da região onde está inserido, não perdendo, contudo, o foco global que se pretende para a I&D+i. O ecossistema de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D+i) do Politécnico de Leiria contempla, além das 5 Escolas Superiores, 15 Unidades de Investigação (6 próprias, 6 pólos de unidades de investigação externas e 3 delegações de associações de I&D sem fins lucrativos)<sup>3</sup> e 2 infraestruturas científicas, o Edifício CDRsp – Engenharia e Biofabricação, localizado na zona industrial da Marinha Grande e o Edifício CETEMARES – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente do Politécnico de Leiria, em Peniche. O ecossistema inclui ainda a participação: em três incubadoras de empresas (IDD – Incubadora D. Dinis; OPEN – Oportunidades Específicas de Negócio; OBITEC – Parque Tecnológico de Óbidos, Óbidos), numa *business school* (D. Dinis Business School, Leiria), numa associação empresarial (NERLEI – Associação Empresarial da Região de Leiria), num centro tecnológico (CENTIMFE – Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos), num parque tecnológico (OBITEC), em duas agências regionais de energia (ENERDURA – Agência Regional de Energia da Alta Estremadura; Oeste Sustentável – Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste), num centro ciência viva (Centro Ciência Viva do Alviela) e em sete *cluster* e polos de competitividade de tecnologia.

A internacionalização tem sido assumida como uma das prioridades da instituição, tendo-se verificado um aumento, de modo gradual e sustentado, de resultados nas diferentes vertentes da internacionalização, nomeadamente, a captação de estudantes estrangeiros, a mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e pessoal técnico e administrativo, e o desenvolvimento de projetos conjuntos de formação, investigação e extensão em conjunto com parceiros internacionais, com especial atenção para ações no âmbito da União Europeia, da CPLP, da América Latina e da China.

---

<sup>3</sup> Unidade de gestão própria: CARME – Centro de Investigação Aplicada em Gestão e Economia, CIIC – Centro de Investigação em Informática e Comunicações, CiTechCare – *Center for Innovative Care and Health Technology*, CITUR – Centro de Investigação Aplicada em Turismo, LIDA – Laboratório de Investigação em Design e Artes e CDRsp – Centro para o Desenvolvimento Rápido e Sustentado do Produto; Unidade de gestão participante/Unidades de investigação externa: CICS.Nova – Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais [Pólo CICS.Nova.IPLeiria], CIEQV – Centro de Investigação em Qualidade de Vida [Pólo IPLeiria], MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente [Pólo IPLeiria], LSRE/LCM – Laboratório de Processos de Separação e Reação/Laboratório de Catálise e Materiais [Pólo de Leiria], IJP – Instituto Jurídico Português [Pólo de Leiria], CI&DEI – Centro de Estudos em Educação e Inovação Pedagógica [Pólo de Leiria]; Participação formal do Politécnico de Leiria em Associações privadas sem fins lucrativos: INESCC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores de Coimbra [Delegação IPLeiria], IT – Instituto de Telecomunicações [Delegação IPLeiria], LAETA – Laboratório Associado de Energia, Transportes e Aeronáutica [Delegação IPLeiria da Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial].

## 2.2 A REGIÃO DE LEIRIA E OESTE

O Politécnico de Leiria é uma instituição de ensino superior cuja área de influência direta se estende pelas Regiões de Leiria e Oeste<sup>4</sup>, sub-regiões NUTS III inseridas na Região Centro (NUTS II) (Figura 4). Para efeitos do presente estudo e de acordo com a metodologia de base seguida, decidiu-se medir o impacto económico do Politécnico de Leiria nos concelhos onde estão implantadas as suas Escolas Superiores, ou seja, Leiria, Caldas da Rainha e Peniche.

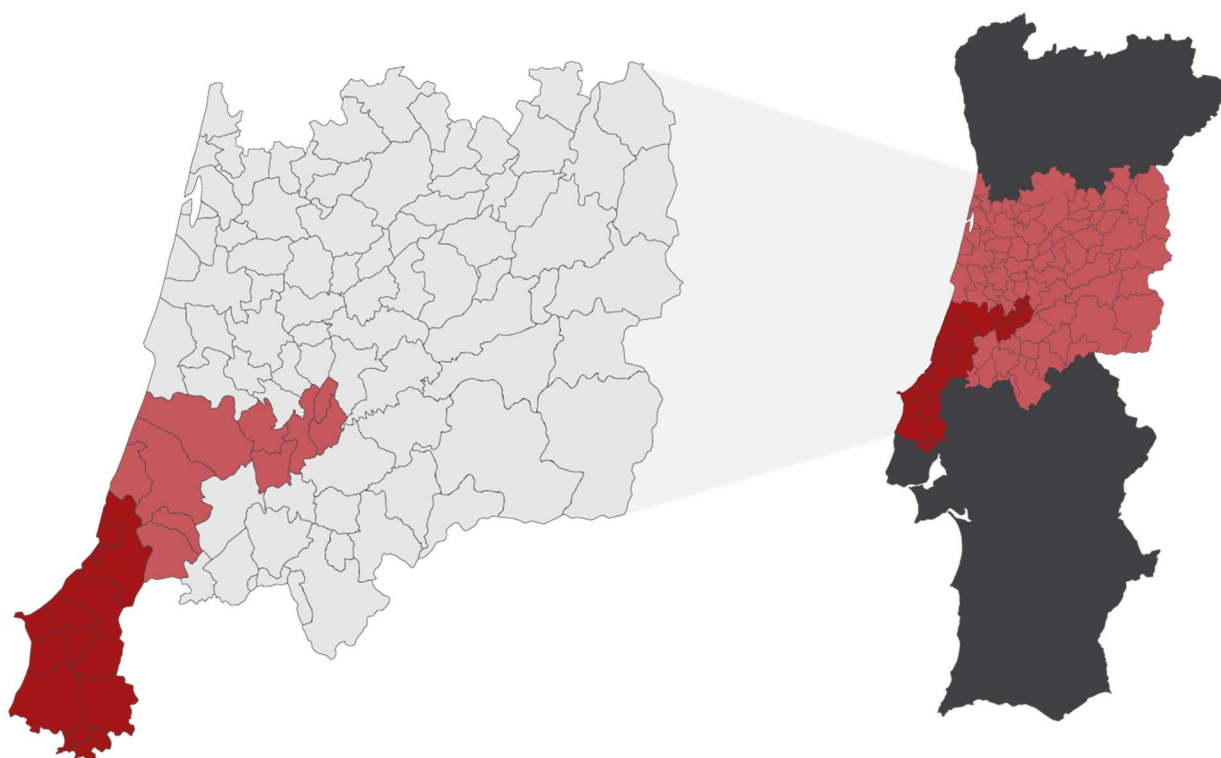


Figura 4. Regiões de Leiria e Oeste

Fonte: Gabinete de Imagem e Comunicação, Politécnico de Leiria

Em 2017 a população residente no concelho de Leiria, foi estimada em 125.307 pessoas (Tabela 1). Os concelhos de Caldas da Rainha e Peniche pertencem à Região do Oeste (NUTS III), e na mesma data aí residiam 51.605 e 26.683 pessoas, respetivamente. Segundo os dados INE de 2017, constantes da Tabela 1, o concelho de Leiria apresenta um índice de envelhecimento de 143,4 e um índice de poder de compra *per capita* para o ano de 2015 de 102,9 (o índice da média nacional é 100,00).

Caldas da Rainha apresentava, no ano de 2017, 51.605 habitantes, um índice de envelhecimento de 164,3 e um índice de poder de compra correspondente a 98,3.

---

<sup>4</sup> Região de Leiria e Oeste são duas das oito sub-regiões da Região Centro, configuração territorial que resultou da alteração ocorrida pela entrada em vigor da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e pelo Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.

Em Peniche, no ano de 2017, residiam 26.683 pessoas. Este concelho apresentava um índice de envelhecimento de 155,8 e um índice de poder de compra correspondente a 85,9.

Tabela 1. Resumo dos indicadores de caracterização sociodemográfica

	Portugal NUTS I	Centro NUTS II	Região de Leiria NUTS III	Leiria	Oeste NUTS III	Caldas da Rainha	Peniche
População residente (2017)	10.291.027	2.231.346	286.309	125.307	357.706	51.605	26.683
0-14 anos	1.423.896	275.886	37.124	17.368	49.183	6.802	3.812
15-24 anos	1.093.201	230.503	30.425	13.425	39.205	5.542	2.744
25-64 anos	5.560.656	1.189.712	154.881	69.614	192.733	28.083	14.189
65 + anos	2.213.274	535.245	63.879	24.900	76.585	11.178	5.938
Taxa bruta de natalidade (2017) ‰ <sup>5</sup>	8,4	7,1	7,7	8,8	7,7	6,7	8
Taxa bruta de mortalidade (2017) ‰	10,6	12,5	11,1	9	11,7	11,5	12,1
Índice de envelhecimento (2017) N	155,4	194	172,1	143,4	155,7	164,3	155,8
Número de hospitais (2016)	225 & <sup>6</sup>	57 &	7 &	3 &	7 &	2 &	1 &
Médicos/as por 1000 habitante (2017)	5	4,7	2,4	3,6	2	3,6	1,4
PIB per capita (2016) €	17.934	15.677	18.068	X <sup>7</sup>	14.796	X	X
Poder de compra per capita (2015)	100	88,8	92,2	102,9	88,9	98,3	85,9
População empregada (2011)	4.361.187	940.211	--	57.777	152.172	21.097	10.972
Taxa de desemprego (2011)	↓13,2 <sup>8</sup>	↓11,0	↓9,6	↓9,0	↓11,4	↓13,7	↓14,5
Taxa de atividade (2011)	↓55,9 <sup>9</sup>	↓52,6	↓54,8	↓59,0	↓55,8	↓55,3	↓54,4

Fonte: INE, PORDATA (acedido entre 15 e 17 de outubro de 2018)

Constata-se que o 1º ciclo do ensino básico atinge o valor mais elevado para o total da população portuguesa em 2017, no que se refere ao nível de escolaridade completo mais elevado (Tabela 2). Todavia, é seguido de muito perto pelo ensino secundário e pós-secundário. Também o número de portugueses com ensino superior assume um valor bastante expressivo, testemunhando a melhoria dos padrões educacionais da população em idade ativa que resulta, em grande medida, da democratização do ensino superior na sociedade portuguesa nos últimos 30 anos.

<sup>5</sup> ‰ Permilagem

<sup>6</sup> & Dado Provisório

<sup>7</sup> X – Dado não disponível

<sup>8</sup> ↓ Quebra de Série. Última atualização PORDATA: 2015-06-26

<sup>9</sup> ↓ Quebra de Série. Última atualização PORDATA: 2015-06-26

Tabela 2. População residente com 15 a 64 anos e 65 e mais anos: por nível de escolaridade completo mais elevado

(Indivíduo – Milhares)	Sem nível de escolaridade	Ensino Básico			Ensino Secundário e pós-secundário	Ensino Superior	Total
		1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo			
Total	646,7	1.986,7	944,9	1.805,2	1.865,6	1.604,2	8.853,3
15-64 anos	132,7	864	849,7	1.593,4	1.771,8	1.447,4	6.659,0
65+ anos	514	1.122,6	95,2	211,8	1.771,8	156,7	3.872,1

Fonte: PORDATA, 2017 (acedido a 20 novembro 2018)

Segundo os dados disponíveis para o ano letivo de 2017/2018, a Região de Leiria e Oeste, juntas, concentram 13,6% dos estudantes matriculados no Ensino Superior na Região Centro. Do conjunto de estudantes matriculados no ensino superior na Região de Leiria, 98,6% estudam em Leiria, e dos matriculados no Oeste, 98% estudam em Caldas da Rainha ou em Peniche.

Tabela 3. Estudantes matriculados no ano letivo 2016/2017 por nível de ensino<sup>10</sup>

Número de alunos matriculados (2016/2017)	Educação pré-escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário	Ensino Superior (2017/2018)
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo		
		Centro	50.298	77.998		
Região de Leiria (NUTSIII)	6.813	10.432	5.892	9.795	10.770	8.008
Leiria	3.196	4.763	2.629	4.227	4.671	7.899
Oeste (NUTS III)	8.592	13.659	7.692	13.137	12.770	3.009
Caldas da Rainha	1.276	1.938	1.192	2.170	2.733	1.571
Peniche	646	1.092	585	892	634	1.378

Fonte: DGEEC – Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, Regiões em Números 2016/2017 e 2017/2018 – Região Centro (disponível em <http://www.dgeec.mec.pt>)

<sup>10</sup> Valores da tabela refletem a Oferta de Educação e Formação Público e Privado. De acordo com as estatísticas publicadas pela DGEEC, considerou-se o número de alunos matriculados no ano letivo de 2016/2017 para os níveis de ensino “Educação pré-escolar”, “Ensino Básico” e “Ensino Secundário” e o ano letivo de 2017/2018 para o “Ensino Superior”.

No caso do nível de “Ensino Superior” o valor da Região de Leiria (NUTS III) inclui os inscritos no ensino politécnico privado da Marinha Grande (concelho que integra a Região de Leiria), o mesmo acontecendo com a Região Oeste (NUTS III) que engloba os inscritos no ensino politécnico privado de Torres Vedras (concelho que integra o Oeste).

## 3 MATERIAL E MÉTODOS

---

### 3.1 ELABORAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

O modelo simplificado desenvolvido por Fernandes (2009) exige a recolha da informação relevante, nomeadamente a caracterização pessoal e familiar dos respondentes, as condições de vida (alojamento, gastos e rendimentos), o percurso escolar dos estudantes e a situação profissional dos colaboradores docentes e técnicos e administrativos. Para esse efeito foram construídos três inquéritos diferentes - um para cada um dos corpos (estudantes, funcionários docentes e não docentes). Num estudo de 2012 (Nicolau, Pereira, Lucas *et al.*, 2014), os inquéritos foram construídos tendo por base os trabalhos de Buchanan (1984), Caffrey e Isaacs (1971), Martins, Mauritti, e Costa (2005), Seybert (2003) e Fernandes (2009). A versão atual dos inquéritos foi desenvolvida a partir dos modelos de 2012, tendo sido introduzidas ligeiras modificações que permitiram melhorar a legibilidade e compreensão das perguntas. A versão final foi, assim, o resultado de uma discussão aprofundada entre todos os elementos em representação dos 12 institutos politécnicos participantes no estudo.

O questionário aos estudantes (Anexo I), com 52 questões, foi estruturado em seis secções:

- 1- Caracterização pessoal (estado civil, concelho de residência de origem e concelho enquanto estudante);
- 2- Percurso escolar (curso que frequenta, regime de frequência, ano de matrícula, via de acesso ao ensino, se o curso frequentado correspondeu à primeira opção, razões que determinaram a opção pelo politécnico frequentado e qual a opção tomada caso não ingressasse nesse politécnico);
- 3- Situação escolar atual (permanência na escola, residência futura após conclusão do ciclo de estudo e, no caso de trabalhadores estudantes, quais as horas de trabalho e qual a relação entre atividade profissional e área de estudo);
- 4- Condições de vida (alojamento, origem dos rendimentos, gastos mensais, situação financeira, local das refeições, distância à escola e meios de transporte usados, bem como visitas recebidas);
- 5- Caracterização familiar (situação profissional e escolaridade dos pais e rendimentos do agregado familiar);
- 6- Mobilidade internacional (frequência de instituições de ensino no estrangeiro e programas de mobilidade).

Os questionários dos docentes e aos colaboradores técnicos e administrativos, muito semelhantes e compreendendo 40 questões cada (Anexos II e III), foram organizados em três secções:

- 1- Caracterização profissional (categoria profissional, vínculo de emprego e local de trabalho);
- 2- Caracterização pessoal e familiar (estado civil, habilitações académicas, estrutura familiar e concelho de residência);
- 3- Condições de vida (alojamento, rendimentos, gastos, transportes, visitas recebidas, empréstimos e poupanças).

### 3.2 SELEÇÃO DA AMOSTRA E RECOLHA DE DADOS

No que respeita à amostragem dos estudantes, a unidade de seleção foram as turmas práticas em funcionamento no período de recolha da informação (de março a abril de 2018), assumindo-se um número médio de 20 estudantes por turma. A amostra de estudantes correspondeu a, pelo menos, 10% da população estudantil, até um limite superior aproximado de 500 inquéritos. Na prática, o número de turmas selecionado foi o dobro das necessidades para acomodar eventuais flutuações no número de estudantes por turma. A amostra foi dividida de forma proporcional tendo em conta o número de estudantes em cada concelho onde o Politécnico de Leiria tem as suas escolas. Em relação aos docentes e

técnicos e administrativos optou-se por enviar o inquérito à totalidade das duas populações, por forma o anonimato das respostas. Por conseguinte obteve-se um total de 985 repostas válidas, cuja taxa de resposta foi sempre superior a 5% (Tabela 4). Para a análise foram consideradas apenas as respostas completas.

Tabela 4. Número de colaboradores docentes, técnicos e administrativos e estudantes inquiridos e taxas de resposta

	<b>Docentes</b>	<b>Técnicos e Administrativos</b>	<b>Estudantes</b>
<b>N</b>	915	324	10914
<b>n</b>	197	106	682
<b>Taxa de resposta</b>	21,5%	32,7%	6,2%

A disponibilização dos questionários foi realizada online. Por conseguinte, os docentes e os colaboradores técnicos e administrativos receberam, via correio eletrónico, a ligação para o respetivo inquérito, garantindo-se assim o anonimato das respostas. Os estudantes responderam em contexto de sala de aula, com terminais, onde tinham acesso à versão digital do inquérito, sendo possível o esclarecimento de eventuais dúvidas sobre alguma das questões colocadas.

### 3.3 TRATAMENTO DOS DADOS

Numa primeira fase os resultados foram sintetizados através de uma análise exploratória, com recurso à interpretação de tabelas de frequências e respetivas representações gráficas, para os dados considerados com maior relevância para a investigação.

A análise prosseguiu com a aplicação métodos estatísticos inferenciais essencialmente não-paramétricos. Para uma melhor clarificação do procedimento realizado, os métodos são apresentados de forma separada para cada uma das dimensões estudadas.

Todas as diferenças foram consideradas estatisticamente significativas ao nível de 5% (isto é, sempre que o *p-value* < 0,05). Sempre que aplicável, os resultados são apresentados na forma média ± desvio-padrão. Todos os cálculos e representações gráficas foram realizados com recurso ao software IBM SPSS Statistics 25.

## 4 ESTUDANTES

### 4.1 COMPARAÇÃO DA AMOSTRA COM A POPULAÇÃO

A presente secção apresenta a análise dos dados obtidos pela aplicação do inquérito por questionário aos estudantes do Politécnico de Leiria

Para o efeito, num primeiro momento procura-se aferir da comparabilidade entre a amostra inquirida e a população alvo do estudo, segundo o género, a idade, a escola de origem e a área de estudo.

Na distribuição do género constata-se uma predominância do sexo feminino relativamente ao masculino, quer na amostra quer na população estudantil (Tabela 5). Por conseguinte, pelos resultados obtidos conclui-se que há um ajustamento estatisticamente significativo entre a amostra e a população<sup>11</sup>. Em termos percentuais, as mulheres representam 57,8% (n=394) da amostra e 52,4% (n=5714) da população de estudantes (Tabela 5), valores alinhados com a tendência de feminização da população estudantil no ensino superior a nível nacional<sup>12</sup>.

Tabela 5. Comparação entre a população e a amostra de estudantes por género

Sexo	População		Amostra	
	N	%	N	%
Feminino	5.714	52,4	394	57,8
Masculino	5.197	47,6	288	42,2
Total	10.911	100	682	100

Fonte: DSPDE - GPLAN e Questionário aos Estudantes

Para a distribuição populacional dos estudantes segundo a idade, o padrão predominante situa-se entre os 19 e os 20 anos (15,3%; n=1672 e 16,1%; n=1761, respetivamente), seguindo-se os estudantes com 27 ou mais anos (15,9%; n=1730) (Tabela 6). No que respeita à amostra, o padrão de idades é predominante para os 18 anos (ou menos), 19 anos e 20 anos (ou seja, 18,9%, 24,1% e 20,3%, respetivamente). Para os estudantes com idade igual ou superior a 27 anos, estes representam apenas 4,1% (n=28) dos inquiridos (Tabela 6)<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> Teste de ajustamento do Qui-Quadrado,  $p\text{-value}=0,180 > 0,05$

<sup>12</sup> O boletim “Estatísticas da Educação 2016/2017 – Principais resultados relativos ao Ensino Superior” publicava que em relação aos estudantes inscritos “A representação dos alunos do sexo feminino no ensino superior era de 53,6% (194.024)” (disponível em <http://www.dgeec.mec.pt/np4/estatglobal/>). Também o Livro Branco *Homens e Igualdade de Género em Portugal*, publicado pela CITE e ICS-UL (2016) e coordenado por Wall, K. onde se afirmava: “A proporção de estudantes do ensino superior ou licenciados do sexo masculino tem sido sistematicamente inferior à do sexo feminino, tanto nos cursos politécnicos como nos universitários.” (p. 20). Por último, uma breve referência para a análise sugerida no âmbito do documento da CCIJ (2017), *Igualdade de género em Portugal: Boletim Estatístico 2017* onde pode ler-se: “(...) no ensino superior há um predomínio significativo de mulheres (961 mil) sobre os homens (616 mil).” (p. 8).

<sup>13</sup> Por aplicação do teste de ajustamento do Qui-Quadrado, o ajustamento não pode ser considerado estatisticamente significativo, uma vez que  $p\text{-value}=0,005 < 0,05$ . Contudo, dada a dimensão da amostra recolhida, bem como a homogeneidade da sua variabilidade, os resultados consideraram-se suficientemente robustos, por forma a prosseguir a análise.



Em suma, a grande maioria dos estudantes do Politécnico de Leiria enquadra-se nos escalões etários mais jovens, sendo que 55,4% (N=6.047) dos estudantes da instituição têm até 21 anos, e na amostra 75,9% (n=517) dos inquiridos no estudo está nesta faixa etária.

Tabela 6. Comparação entre a população e a amostra de estudantes por idade

Idade	População		Amostra	
	N	%	N	%
≤ 18 anos	1.166	10,7	129	18,9
19 anos	1.672	15,3	164	24,1
20 anos	1.761	16,1	138	20,3
21 anos	1.448	13,3	86	12,6
22 anos	1.072	9,8	50	7,3
23 anos	788	7,2	38	5,6
24 anos	549	5,0	18	2,6
25 anos	399	3,7	16	2,3
26 anos	326	3,0	14	2,1
27 ou mais anos	1.730	15,9	28	4,1
Total	10.911	100	681	100

Fonte: DSPDE - GPLAN e Questionário aos Estudantes

Comparando os valores da população estudantil do Politécnico de Leiria e a amostra inquirida<sup>14</sup> relativamente à distribuição por Escola onde os estudantes se encontram matriculados, verifica-se que a Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG) integrava 45,3% (N=4.948) dos estudantes da instituição, seguida pela Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) com 16,9% (N=1.844) dos estudantes, Escola Superior de Arte e Design (ESAD.CR) com 13,9% (N=1.518) e Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar (ESTM), com 13,4% (N=1.465). A Escola Superior de Saúde (ESSLei), Escola mais recente no universo do Politécnico de Leiria, integrava no ano em análise 1.139 estudantes, ou seja, 10,4% do total. A amostra não representa na íntegra o alinhamento em termos de distribuição dos estudantes por Escola, uma vez que a ESTM é a Escola com maior representatividade, com 34,9% (n=238) dos estudantes, imediatamente seguida pela ESTG, com 32,6% (n=222) dos estudantes (Tabela 7).

Tabela 7. Comparação da população e da amostra dos estudantes por Escola onde se encontram matriculados

Unidade Orgânica	População		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
ESAD.CR	1.518	13,9	93	13,6
ESECS	1.844	16,9	63	9,2
ESSLei	1.139	10,4	66	9,7
ESTG	4.948	45,3	222	32,6
ESTM	1.465	13,4	238	34,9
Total	10.914	100	682	100

Fonte: DSPDE - GPLAN e Questionário aos Estudantes

Relativamente ao ciclo de estudos frequentado observa-se que cerca de 70% (N=7.640) dos estudantes do Politécnico de Leiria estão inscritos em licenciaturas, 16% (N=1.749) dos estudantes frequentam cursos Técnicos Superiores

<sup>14</sup> Por aplicação do teste de ajustamento do Qui-Quadrado, o ajustamento não pode ser considerado estatisticamente significativo, uma vez que  $p\text{-value}=0,043 < 0,05$ . Contudo, dada a dimensão da amostra recolhida, bem como a homogeneidade da sua variabilidade, os resultados consideraram-se suficientemente robustos, por forma a prosseguir a análise.

Profissionais (TeSP) e 14% (N=1.525) mestrados (Tabela 8). Adicionalmente, pelos resultados obtidos conclui-se que há um ajustamento estatisticamente significativo entre a amostra e a população<sup>15</sup>.

Tabela 8. Comparação entre a população e a amostra dos estudantes por grau do ciclo de estudos que frequentam

Grau do ciclo de estudos	População		Amostra	
	N	%	N	%
1 – TeSP <sup>16</sup>	1.749	16,0	151	22,1
2 – Licenciatura	7.640	70,0	481	70,5
3 – Mestrado	1.525	14,0	50	7,3
Total	10.911	100	682	10%

Fonte: DSPDE - GPLAN e Questionário aos Estudantes

## 4.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A idade média dos estudantes que participaram no inquérito<sup>17</sup> foi de 21 anos ( $\pm 3,79$ ), sendo a idade mínima de 18 anos e a máxima de 54 anos.

Quando se consideram apenas os estudantes em regime de tempo integral (n=604), a idade média é ligeiramente mais baixa, ou seja, 20 anos ( $\pm 2,50$ ), tendo o estudante mais novo 17 anos e o mais velho 54 anos.

No caso dos estudantes com estatuto formalizado de trabalhador-estudante (n=30), o cenário apresenta alterações um pouco mais relevantes, sendo a média de 26 anos ( $\pm 8,37$ ). Para o caso do trabalhador-estudante sem estatuto formalizado (n=47), a média desce relativamente à anterior, situando-se nos 24 anos de idade ( $\pm 7,03$ ).

Em suma, no que diz respeito à idade, a maior parte dos inquiridos situa-se nas faixas etárias dos que prolongam ininterruptamente a sua escolaridade até ao ensino superior (até 18 anos e 19-21 anos).

No que concerne ao género, é notória a presença maioritária das mulheres no ensino superior no Politécnico de Leiria (57,8%; n=394), acompanhando assim a tendência do Ensino Superior em geral (Figura 5).

<sup>15</sup> Teste de ajustamento do Qui-Quadrado,  $p\text{-value} = 0,109 > 0,05$ .

<sup>16</sup> TeSP - Curso Técnico Superior Profissional

<sup>17</sup> Foram validadas 681 respostas e registada uma resposta omissa

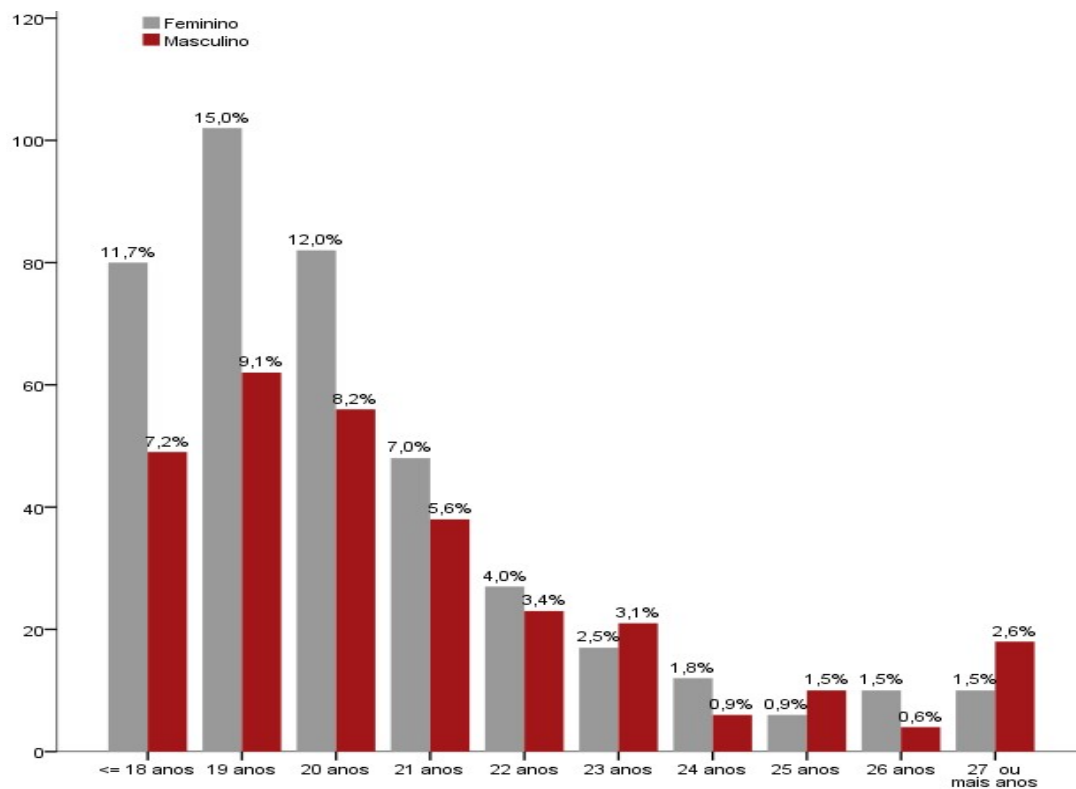


Figura 5. Distribuição dos estudantes inquiridos por idade segundo o género  
 Fonte: Questionário aos estudantes

Dos resultados obtidos relativamente ao número de anos em que os estudantes estão a frequentar o Politécnico de Leiria (n=682), verificou-se que 68,9% (n=470) dos inquiridos estão no instituto há um ano (ou menos). Adicionalmente, verifica-se que é residual o peso dos estudantes que estão no Politécnico de Leiria há 3 ou mais anos (9,0%; n=51) (Figura 6).

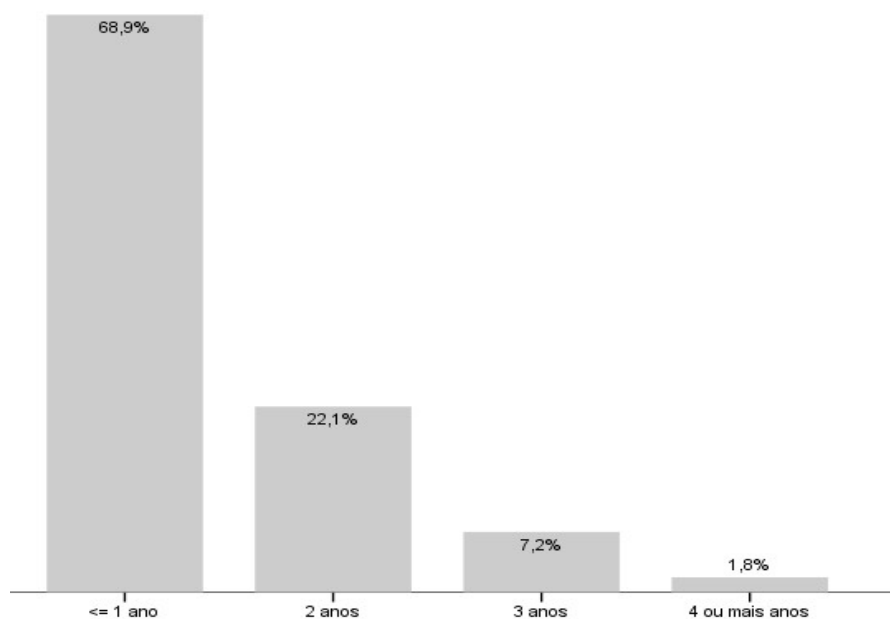


Figura 6. Distribuição dos estudantes inquiridos pelo número de anos de inscrição no Politécnico de Leiria  
 Fonte: Questionário aos estudantes

Relativamente ao ano em que os estudantes da amostra estão matriculados, o cenário mantém-se muito semelhante, uma vez que, dos 682 inquiridos, 463 (67,9%) estudantes estão matriculados no 1.º ano e 160 (23,5%) estudantes no 2.º ano, sendo portanto, nos dois primeiros anos onde se concentra a maioria, isto é, 623 (91,3%) estudantes matriculados/inquiridos (Figura 7). No 3.º e 4.º ano obteve-se um valor percentual menor de respostas de estudantes, 7,5% (n=51) e 1,2% (n=8) respetivamente, o que pode ser explicado pelo facto dos TeSP e dos Mestrados funcionarem apenas durante 2 anos letivos.

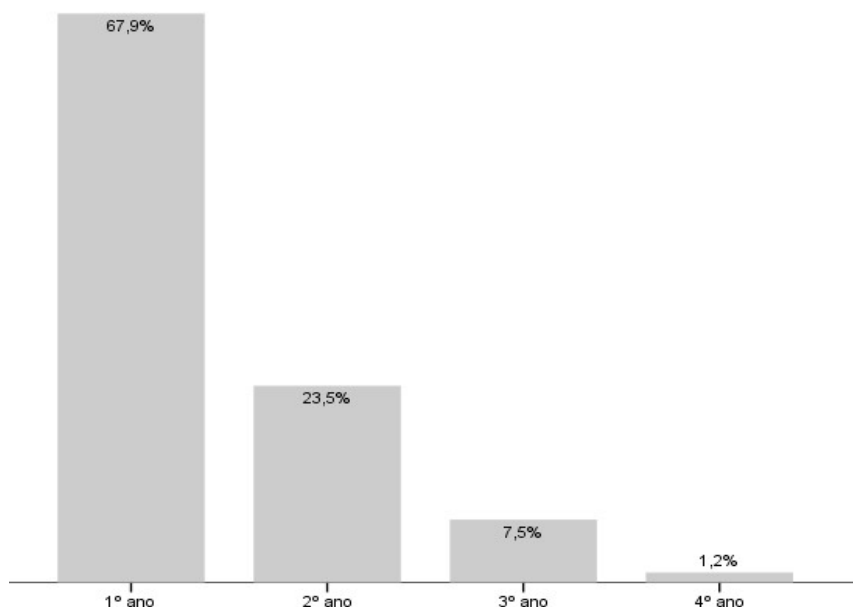


Figura 7. Distribuição dos estudantes da amostra pelo ano em que estão matriculados

Fonte: Questionário aos estudantes

A área de estudos com maior número de estudantes na amostra é a área de Ciências, Engenharias e Tecnologias, com 32% (n=217) seguindo-se a área de Economia e Gestão é igualmente expressiva, ao representar 22,6% (n=153) dos estudantes inquiridos (Tabela 9).

Tabela 9. Distribuição dos estudantes da amostra segundo a área de estudo

Área de estudo	Amostra	
	N	%
Ciências, Engenharias e Tecnologias	217	32,0
Serviços, Ciências Sociais e Humanísticas	121	17,8
Economia e Gestão	153	22,6
Saúde	66	9,7
Outros	121	17,8
<b>Total</b>	<b>678</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Questionário aos estudantes

Segundo os resultados obtidos da análise à relação entre a área de estudos dos estudantes e o número de anos matriculados no Politécnico de Leiria, verificou-se que estes apresentam um padrão de dependência<sup>18</sup>. Deste modo, confirma-se a preponderância das áreas com mais peso no Politécnico de Leiria (isto é, Ciências, Engenharias e

<sup>18</sup> Teste de independência do Qui-Quadrado,  $\chi^2=97,097$ ,  $p\text{-value} < 0,05$ .

Tecnologias e Economia e Gestão) por parte dos estudantes que se encontram há menos tempo no Politécnico de Leiria (Tabela 10).

Tabela 10. Relação entre a área de estudos dos estudantes e o número de anos no Politécnico de Leiria

		Nº de anos no Politécnico de Leiria			Total
		<= 1 ano	2 anos	3 ou mais anos <sup>19</sup>	
<b>Área de estudos</b>	Ciências, Engenharias e Tecnologias	155	42	20	217
	Serviços, Ciências Sociais e Humanísticas	76	40	5	121
	Economia e Gestão	137	13	3	153
	Saúde	20	34	12	66
	Outros	79	22	20	121
<b>Total</b>		467	151	60	678

Fonte: Questionário aos estudantes do Politécnico de Leiria

Um outro aspeto relevante para a caracterização sociodemográfica da amostra refere-se à condição dos estudantes perante o ensino, ou seja, o estudante que frequenta o ensino superior em regime de tempo integral e o “trabalhador-estudante”<sup>20</sup> (com e sem estatuto formalizado). Neste sentido, pelos resultados obtidos, 88,7% dos inquiridos são apenas estudantes e 11,3% trabalham e estudam em simultâneo. Destes, 4,4% têm estatuto trabalhador-estudante formalizado e 6,9% não têm estatuto formalizado.

A análise dos dados incidiu ainda no cruzamento da questão “Escola do curso onde o estudante está matriculado” e a condição de “Estudante versus Trabalhador-estudante”. Assim, pelos resultados obtidos conclui-se que não existe qualquer associação significativa entre a condição “Estudante versus Trabalhador-estudante” e o estabelecimento de ensino que frequenta<sup>21</sup>. No entanto, observa-se uma maior percentagem de trabalhadores estudantes na ESTG (4,1%; n=28) e na ESTM (4,7%; n=32), relativamente às restantes Escolas do Politécnico, sendo também nessas duas Escolas onde o número de estudantes em regime integral da amostra é mais elevado (Figura 8).

<sup>19</sup> De notar porém, que por forma a cumprir os pressupostos do Teste do Qui-Quadrado, as duas últimas classes foram agregadas numa só, ou seja, procedeu-se à agregação da classe “3 anos” com a classe “4 ou mais anos”.

<sup>20</sup> O regime aplicável ao trabalhador-estudante é o que consta do Código do Trabalho e da legislação que regulamenta e altera aquele Código, nomeadamente a Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro (Código do Trabalho) e a Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro (Regulamentação do Código do Trabalho). Artigo 89.º Noção de trabalhador-estudante: “*considera-se trabalhador-estudante o trabalhador que frequenta qualquer nível de educação escolar, bem como curso de pós-graduação, mestrado ou doutoramento em instituição de ensino, ou ainda curso de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens com duração igual ou superior a seis meses*”.

<sup>21</sup> Teste de independência do Qui-Quadrado,  $\chi^2=4,423$ ,  $p\text{-value} > 0,05$ .

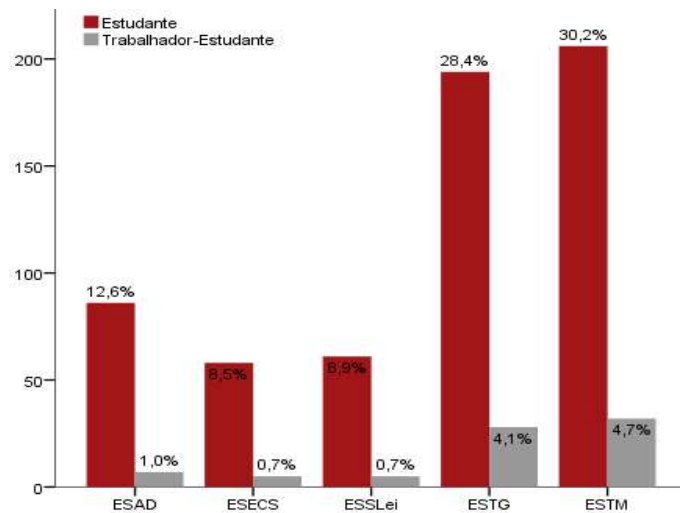


Figura 8. Distribuição dos estudantes inquiridos por Escola e por condição perante o ensino

Fonte: Questionário aos estudantes do Politécnico de Leiria

No que respeita à distribuição dos estudantes segundo a Escola frequentada e a idade, observa-se a existência de um padrão de associação significativo entre as variáveis<sup>22</sup> (Figura 9). Mais concretamente, observa-se uma média de idade dos estudantes de 20 anos na ESAD.CR, ESSLei e ESTG, e de 21 anos na ESTM e na ESECS.

Ao considerar os resultados da amplitude de idades por Escola<sup>23</sup>, verifica-se o padrão de 18-30 anos na ESSLei, 19-39 anos na ESECS, 18-50 anos na ESAD.CR, 18-51 anos na ESTG e 17-54 anos na ESTM.

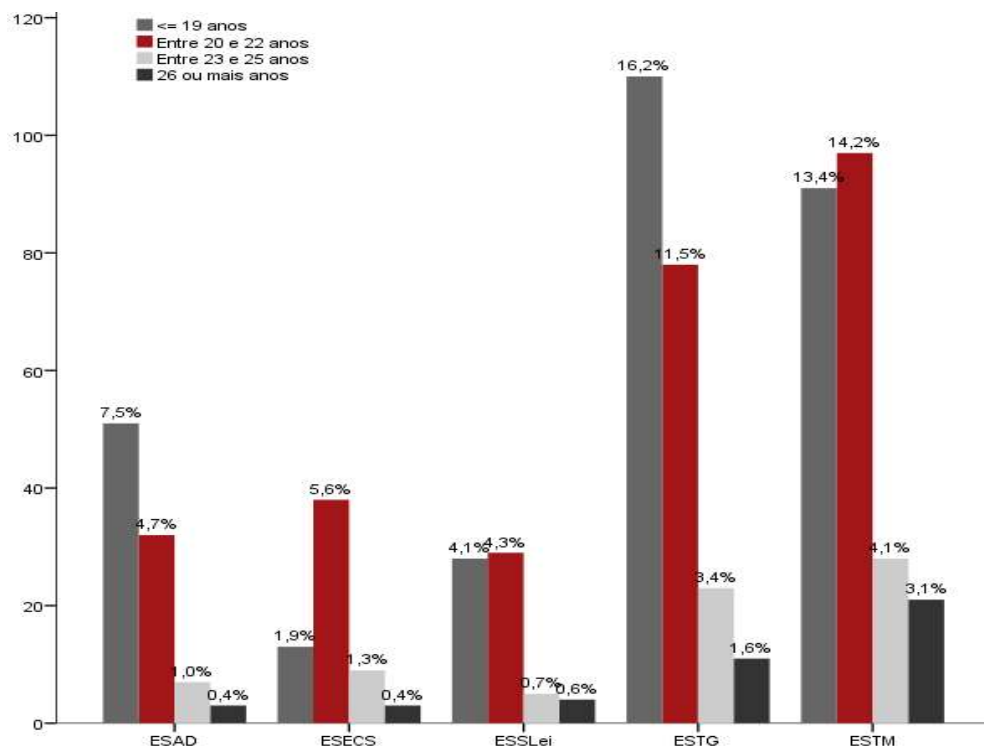


Figura 9. Distribuição dos estudantes inquiridos por Escola e por idade

Fonte: Questionário aos estudantes

<sup>22</sup> Teste de independência do Qui-Quadrado,  $\chi^2=29,905$ ,  $p\text{-value} < 0,05$

<sup>23</sup> idade mínima 17 anos e idade máxima 54 anos.

Na Figura 10, ao observar os resultados referentes ao cruzamento da condição perante o ensino (Estudante ou Trabalhador-estudante) com a idade, constata-se que o maior número de estudantes se concentra nas faixas etárias mais jovens, entre os 18 anos (ou menos) e os 20 anos, reforçando a tendência para a continuidade do percurso escolar entre o ensino secundário e o ensino superior. Por contraposição, o trabalhador-estudante tem idade mais elevada prevalecendo de forma mais preponderante na faixa etária dos 27 ou mais anos<sup>24</sup>.

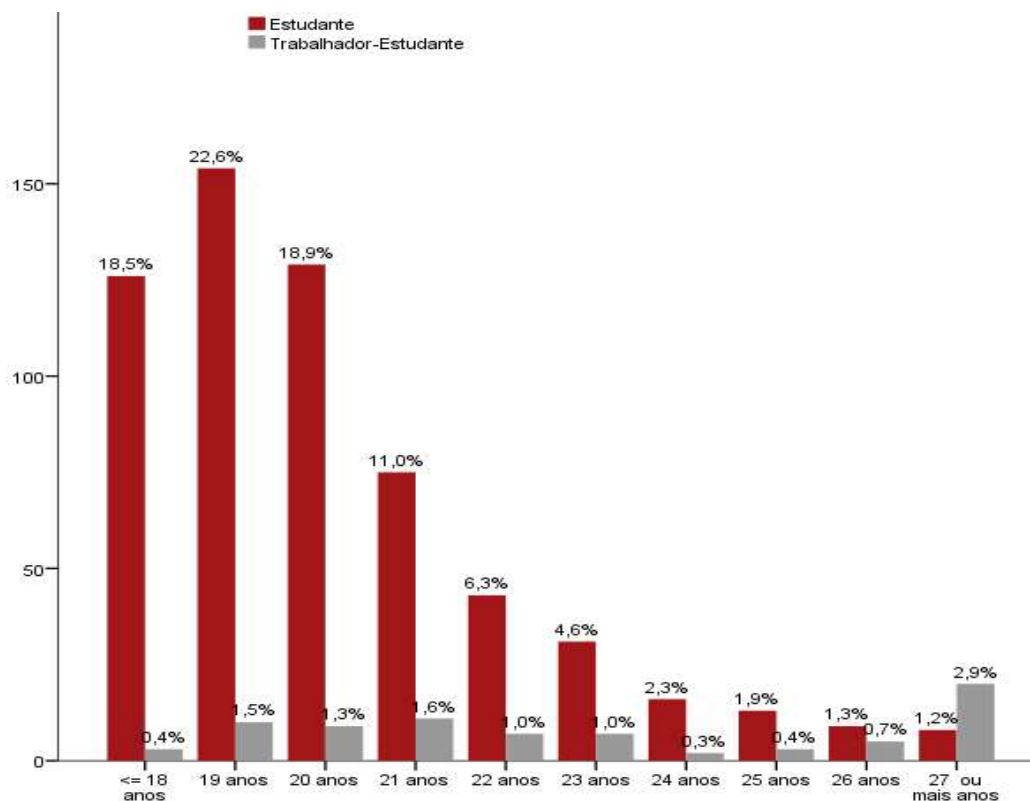


Figura 10. Distribuição dos estudantes inquiridos por idade e condição perante o ensino

Fonte: Questionário aos estudantes do Politécnico de Leiria

Os estudantes do Politécnico de Leiria foram também inquiridos sobre outras dimensões de caracterização pessoal, nomeadamente a nacionalidade, o estado civil e (se tem ou não) filhos.

Dos resultados obtidos, observou-se que os estudantes do Politécnico de Leiria são maioritariamente de nacionalidade portuguesa, 92,8% (n=631), e apenas 7,2% (n=49) são provenientes de outras nacionalidades, das quais se destacam a Equatoriana (3,1%; n=21) e a Brasileira (1,6%; n=11). No entanto, importa destacar a presença de um conjunto diversificado de estudantes de outros países, como Angola, Espanha, Bolívia, França, México, Nepal, Panamá, São Tomé e Príncipe, Ucrânia, Venezuela e Suazilândia.

A distribuição dos estudantes inquiridos segundo o estado civil permite aferir que 96,5% (n=658) são solteiros e 3,1% (n=21) são casados e/ou vivem em união de. O peso dos estudantes com filhos é pouco expressivo, correspondendo simplesmente a 1,6% (n=11) do total de respondentes, como tal 98,4% (n=671) não tem filhos.

Uma das dimensões de maior relevância para a avaliação do impacto do Politécnico de Leiria no desenvolvimento económico dos concelhos onde detém oferta educativa e formativa prende-se com a origem geográfica dos seus

<sup>24</sup> Teste de independência do Qui-Quadrado,  $\chi^2=87,941$ ,  $p\text{-value} < 0,05$

estudantes, ou seja, com o seu local de residência habitual, contemplando neste caso a mudança ou não de residência para frequentar esta instituição de ensino superior.

Pelos resultados obtidos, é evidente que a maioria dos estudantes (59,1%; n=403) que frequentam o Politécnico de Leiria mudou de residência para frequentar uma das ofertas de educação e formação promovidas pela instituição (CTeSP, Licenciatura ou Mestrado) (Tabela 11).

Tabela 11. Número de estudantes inquiridos que mudaram de residência para frequentar o curso atual

Mudança de residência	N	%
Sim	403	59,1
Não	279	40,9
Total	682	100,0

Fonte: Questionário aos estudantes

Quando inquiridos sobre o principal motivo para residirem no concelho (da Escola do Politécnico que frequentam, isto é, Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche), a resposta “frequência do ensino superior” sobressai de forma inequívoca (61,8%; n=419). Não obstante este resultado, importa salientar que existe um peso relevante para o facto de ser natural da região (33,5%; n=227) (Figura 11).

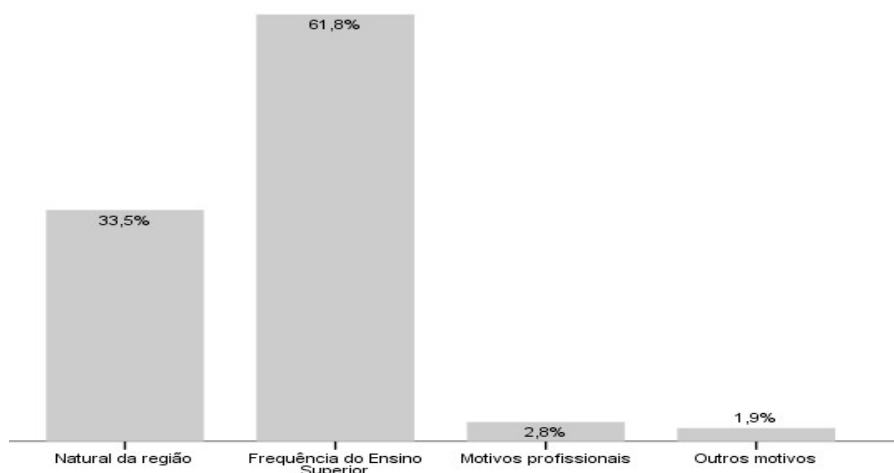


Figura 11. Motivo pelo qual os estudantes residem no concelho da Escola frequentada

Fonte: Questionário aos estudantes do Politécnico de Leiria

Por conseguinte, a associação entre a mudança de concelho de residência para frequentar o ensino superior no curso atual e o motivo pelo qual o/a estudante reside nesse concelho apresenta um padrão significativo na comunidade estudantil<sup>25</sup>.

Estes são resultados relevantes para o contexto deste estudo, mas também por enquadrarem neste contexto a importância da convivência entre estudantes de proveniências territoriais e geográficas diversas, gerando inevitavelmente uma dinâmica própria das diferenças nos mapas culturais. Por outro lado, pode ainda funcionar como um fator de rutura na vida dos estudantes, não só em relação ao universo familiar de origem, mas também em termos

<sup>25</sup> Teste de independência do Qui-Quadrado,  $\chi^2=482,726$ , p-value < 0,05



de dificuldades de adaptação a um novo espaço geográfico e social com necessárias exigências de reconstrução identitária ou ainda eventuais dificuldades económicas, entre outros.

De salientar também para esta análise um outro dado importante que se refere à escolha do curso como primeira opção no concurso de acesso ao ensino superior pelos estudantes que compõe a amostra. Assim, 74,6% das respostas (356 estudantes) confirmam o atual curso do Politécnico de Leiria como primeira escolha. Por outro lado, 25,4% (121) referem não ter sido o atual curso a sua primeira opção de ingresso. Adicionalmente, os resultados indicam que, independentemente da mudança ou não de concelho de residência, o curso atual frequentado no Politécnico de Leiria foi a primeira opção de ingresso registando o “Sim” percentagens bastante expressivas (Figura 12).

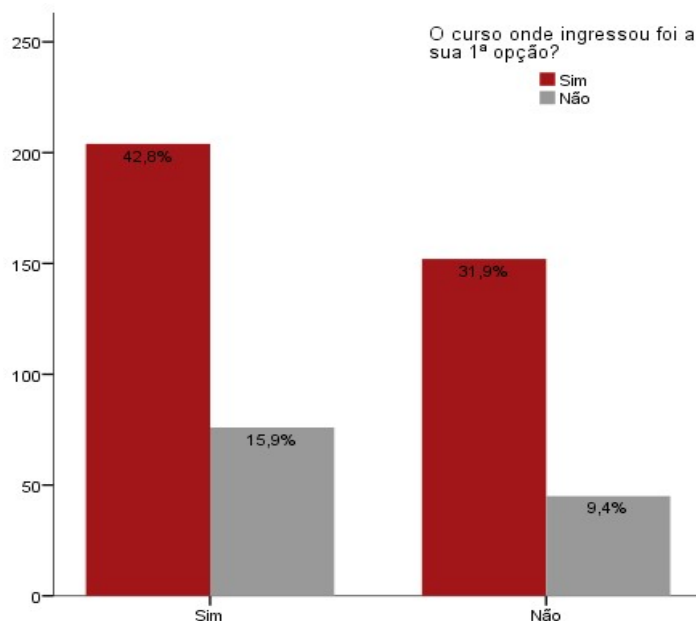


Figura 12. Distribuição dos estudantes inquiridos por mudança de concelho de residência e primeira opção de ingresso  
Fonte: Questionário aos estudantes

No que concerne ao distrito de origem antes do ingresso no ensino superior, os estudantes do Politécnico de Leiria são, na sua maioria, provenientes dos distritos de Leiria (17,9%), Santarém (15,1%), Lisboa (14,9%) e Coimbra (4,0%) (Figura 13). Com estes resultados é possível perceber de uma forma mais fidedigna a abrangência do Politécnico de Leiria e da sua atratividade relativamente a outras IES. De realçar igualmente que cerca de 5% (n=33) dos estudantes são oriundos de outros países.

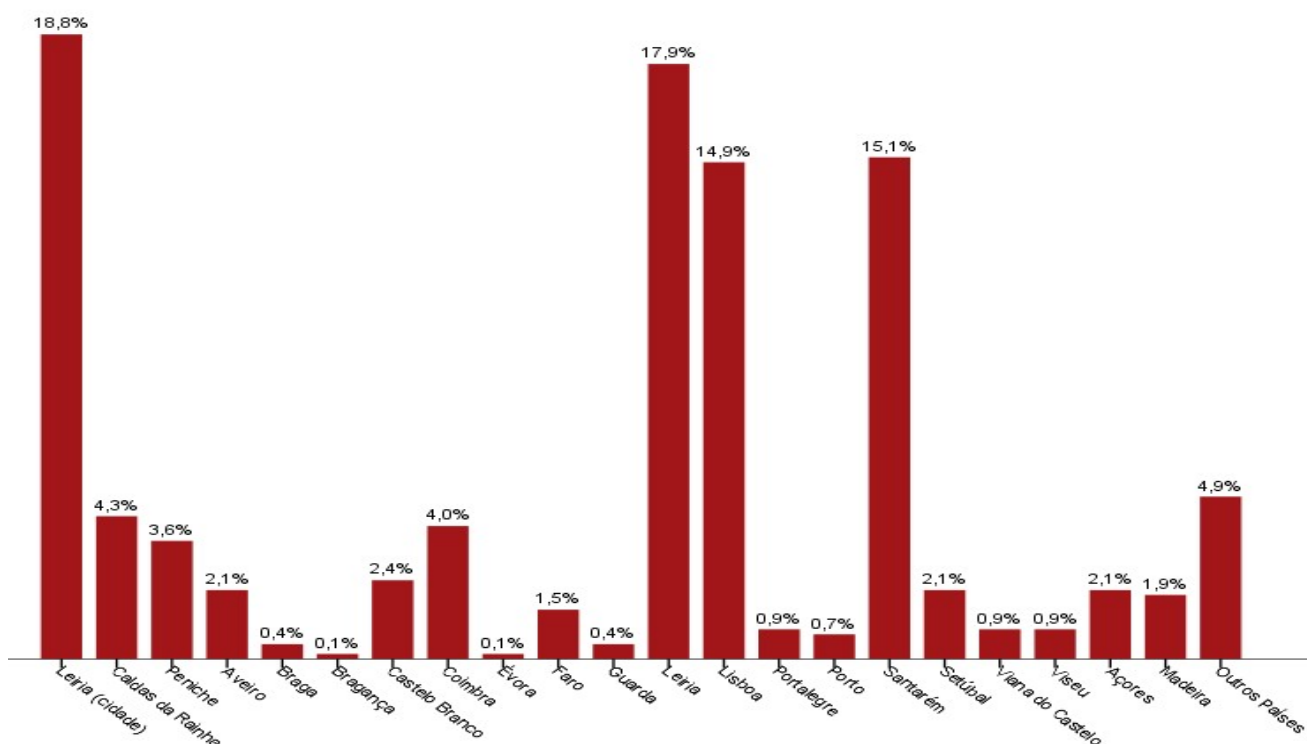


Figura 13. Distribuição dos estudantes por distrito de residência de origem<sup>26</sup>

Fonte: Questionário aos estudantes do Politécnico de Leiria

Um dos aspetos que com este estudo foi possível perceber diz respeito à capacidade de atração que o Politécnico de Leiria exerce na região de implantação das suas Escolas Superiores, em particular nos concelhos de Leiria, Caldas da Rainha e Peniche. Porém, como se poderá observar pela informação recolhida junto da amostra, a influência do Politécnico de Leiria é bastante superior a um raio de 50 km (*Figura 14*), não obstante continuar a ser mais preponderante até aos 100 km de distância. Tal poderá despoletar duas questões para reflexão, uma associada aos eventuais trajetos entre o local de residência e o local de estudo, ao nível da duração das viagens e o tipo de transporte utilizado, e outra relacionada com a habitação dos estudantes e respetivas condições de habitabilidade quando optam por residir próximo do local onde estudam, afastando-se temporariamente (ou de forma mais prolongada) dos pais/família nuclear, com repercussões óbvias em termos da sua autonomização.

No caso das três Escolas de Leiria, 87,2% (n=306) dos estudantes da amostra é proveniente da área geográfica circunscrita a um raio máximo de 100 km, demonstrando que estas Escolas exercem uma grande influência no concelho de Leiria, mas também nos concelhos limítrofes (*Figura 15*).

<sup>26</sup> Significa o distrito da residência anterior à frequência no Politécnico de Leiria como estudantes num dos seus ciclos de estudo.

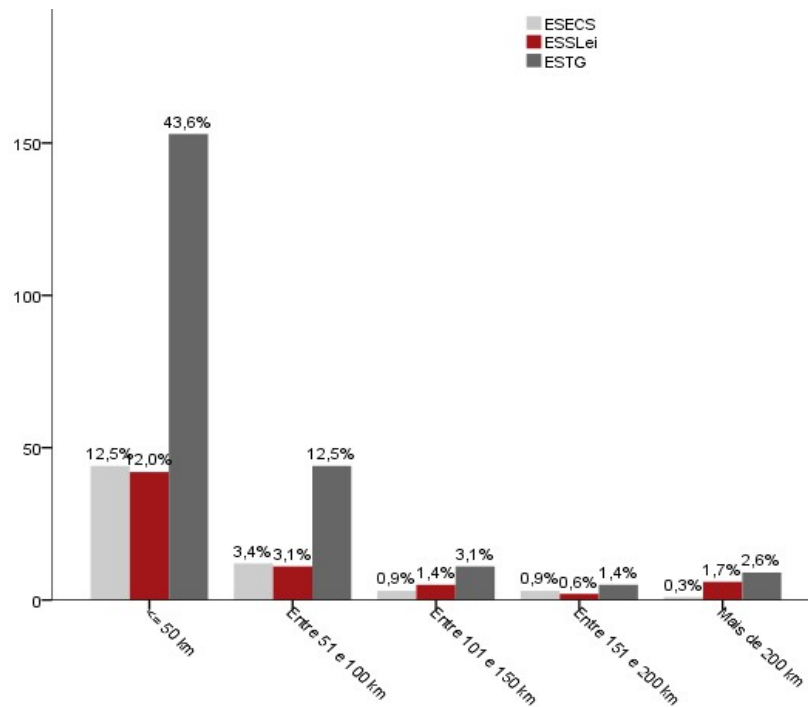


Figura 14. Distância entre a residência de origem e as Escolas em Leiria  
 Fonte: Questionário aos estudantes

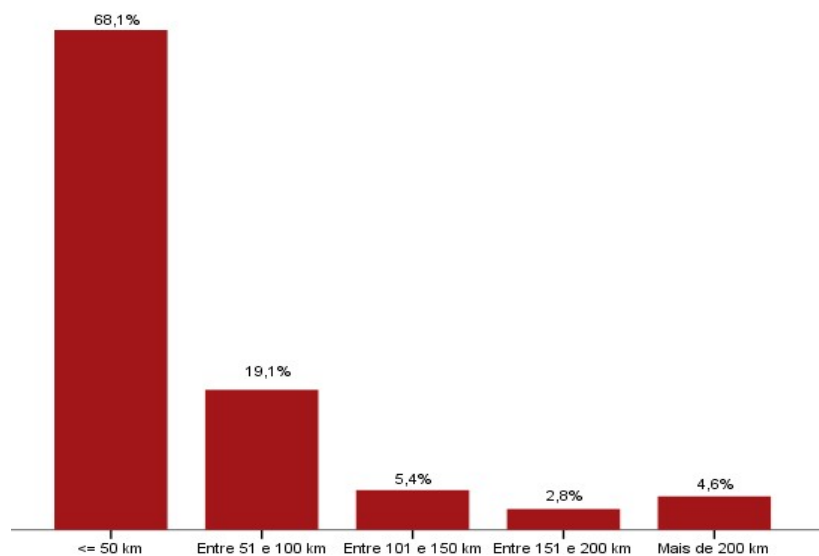


Figura 15. Distância entre a residência habitual dos estudantes e as Escolas em Leiria (ESECS, ESTG e ESSLei)  
 Fonte: Questionário aos estudantes

No caso da ESAD.CR, é visível que a maioria dos estudantes inquiridos (60,2%; n=56) tem a sua residência habitual num raio máximo de 100 km, sendo que 18,3% (n=17) reside numa distância igual ou superior a 150 km da Escola onde estuda (Figura 16).

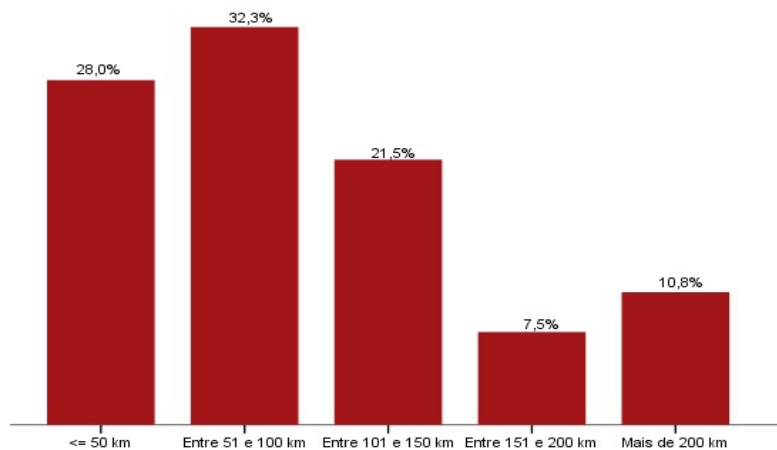


Figura 16. Distância entre a residência habitual dos estudantes e a Escola em Caldas da Rainha (ESAD.CR)  
 Fonte: Questionário aos estudantes

No que respeita à ESTM, verifica-se que a maioria dos estudantes inquiridos (64,3%; n=153) têm a sua residência habitual a um raio de 100 km de distância e 14,3% (n=34) dos estudantes estão a uma distância da sua residência superior a 150 km (Figura 17).

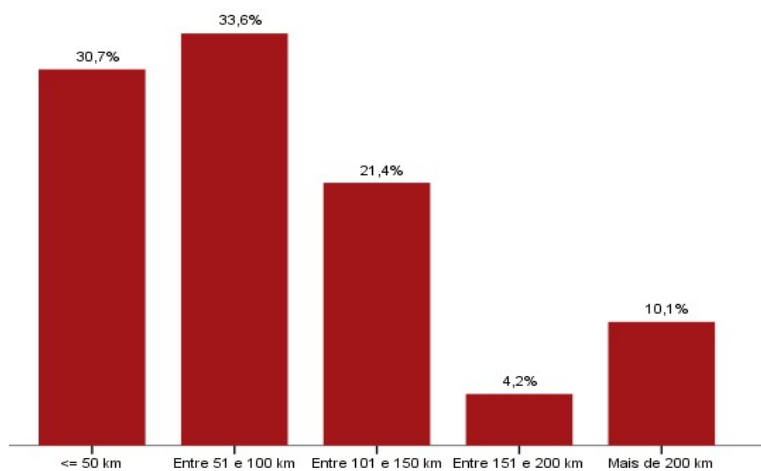


Figura 17. Distância entre a residência habitual dos estudantes e a Escola sediada em Peniche (ESTM)  
 Fonte: Questionário aos estudantes

Em suma, a área de influência do Politécnico de Leiria não está circunscrita a Leiria, Caldas da Rainha e Peniche. É notório o poder exercido por Leiria, enquanto sede de concelho e de distrito na captação de estudantes provenientes deste contexto geográfico para as Escolas aí localizadas, a ESECS, a ESTG e a ESSLei. Contudo, nos casos da ESAD.CR, sediada nas Caldas da Rainha, e da ESTM, sediada em Peniche, o poder de atração ultrapassa os limites concelhios e estende-se num raio até 200 km ou mais (Figura 18).

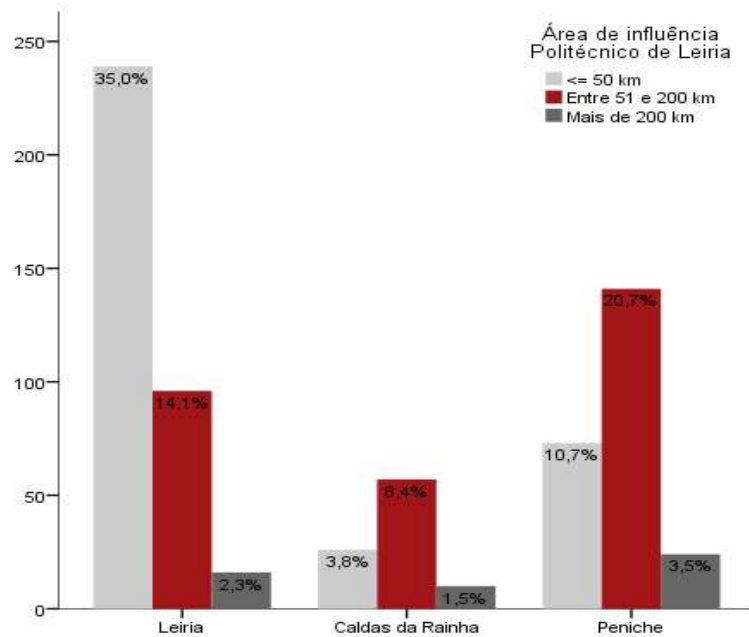


Figura 18. Distância entre a residência habitual e o concelho de localização da Escola  
 Fonte: Questionário aos estudantes

No ano letivo de 2017/2018 observou-se que o número de estudantes internacionais matriculados no Politécnico de Leiria se evidenciou de forma relevante, cuja representatividade na amostra foi de 4,84% (n=33) (Figura 21). Ao analisar os resultados por Escola, verifica-se que a ESTG se destaca, sendo o peso destes estudantes de 54,5% (n=18). A ESTM ocupa o segundo lugar, registando 30,3% (n=10) de estudantes internacionais matriculados no ano letivo em estudo (Figura 19).

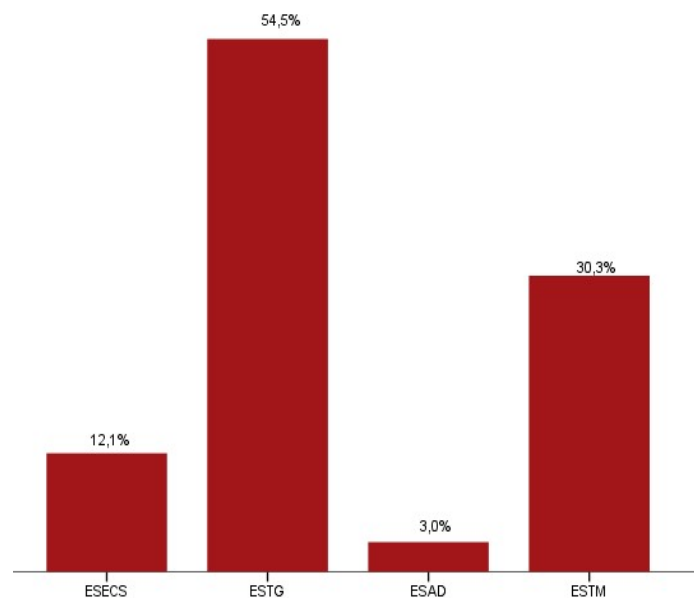


Figura 19. Distribuição dos estudantes internacionais por Escola  
 Fonte: Questionário aos estudantes

No que respeita à atratividade do Politécnico de Leiria para os indivíduos com origem nos Açores e na Madeira, verifica-se que no ano letivo de 2017/2018, estes representaram 3,96% da amostra (n=27). As Escolas que se destacam com estudantes oriundos das ilhas são a ESTM e a ESTG (40,7% e 14,8%, respetivamente) (Figura 20).

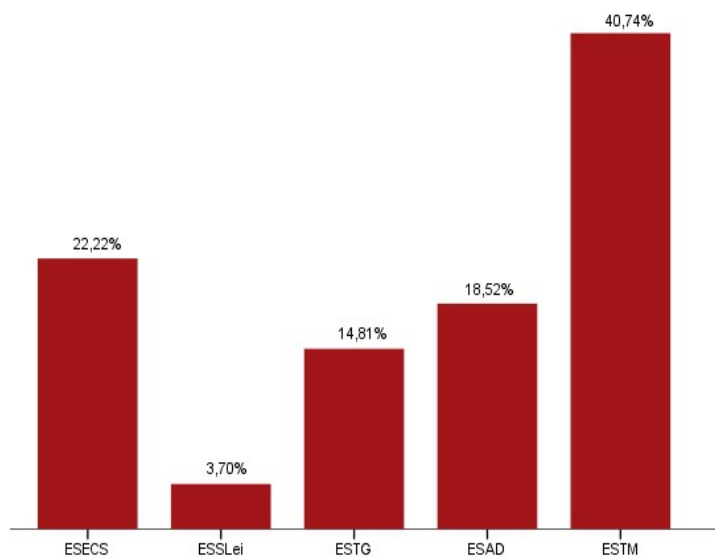


Figura 20. Distribuição dos estudantes provenientes das Ilhas da Madeira e Açores por Escola  
Fonte: Questionário aos estudantes

### 4.3 PERCURSO ESCOLAR E SITUAÇÃO ESCOLAR ATUAL

*“A educação pode e deve contribuir para uma nova visão de desenvolvimento global sustentável”<sup>27</sup> (UNESCO, 2015).*

Todos os níveis de educação estão implicados na prossecução deste desígnio, e às IES cabe, no cumprimento da sua missão, a capacitação e o empenho dos cidadãos/cidadãs para um desenvolvimento sustentável do planeta. Uma educação de qualidade é primordial para captar e valorizar todo o potencial humano das comunidades, em especial para estimular os mecanismos de inclusão social.

Atualmente, a diversidade de modalidades de ensino garante uma maior equidade no domínio do acesso ao ensino superior. Em Portugal, e de acordo com os documentos legais em vigor<sup>28</sup>, o acesso ao ensino superior processa-se através de diferentes regimes (geral e especiais) e concursos especiais. No âmbito do Regime Geral e Concurso Nacional considerou-se, enquanto forma de acesso ao ensino superior, o “Contingente Geral<sup>29</sup>” e o “Contingente Especial”, neste caso para englobar a especificidade dos candidatos oriundos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, bem como dos estudantes internacionais. Os Concursos Especiais, por sua vez, enquadram, entre outros, os estudantes que acedem ao ensino superior “Maiores de 23 anos”. Por último, contemplou-se o Concurso que enquadra o acesso dos estudantes aos Cursos Técnicos Superiores Profissionais.

O que se observa neste estudo é ainda uma forte prevalência do “Contingente Geral” como porta de entrada ao ensino superior. Na amostra em estudo, o acesso ao Politécnico de Leiria foi maioritariamente realizado através da via “Contingente Geral” com 78,4% (373) das respostas. Os Cursos Técnicos Superiores Profissionais, embora não conferente de grau académico, são uma alternativa de acesso ao ensino superior, representando 6,1% (29) da amostra. Os Cursos de Especialização Tecnológica (CET), formação pós-secundária não superior, ministrados por instituições de ensino superior até dezembro de 2016, representaram 6,1% (29) das entradas no ensino superior junto dos estudantes que participaram no inquérito. O acesso através do concurso especial “Maiores de 23 anos” foi a opção de 2,1% (10) dos estudantes inquiridos (Figura 21).

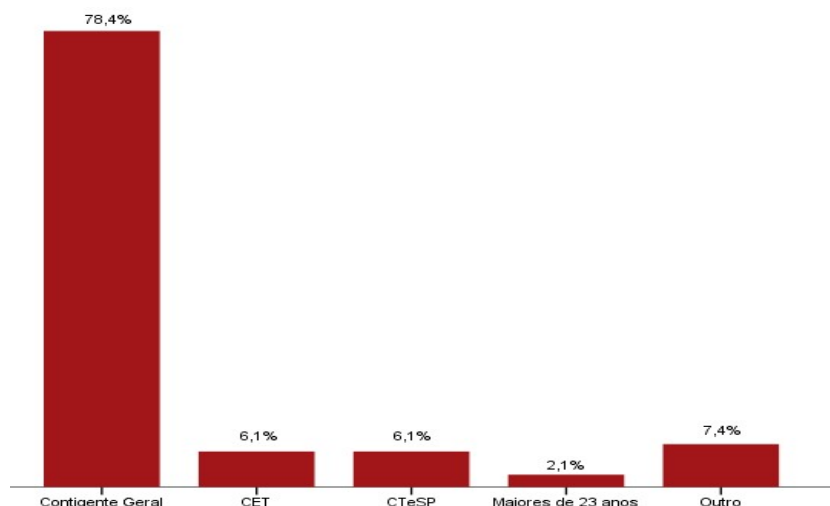


Figura 21. Via de acesso ao ensino superior dos estudantes da amostra

<sup>27</sup> Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000252197>.

<sup>28</sup> Decreto-Lei n.º 296-A/98 de 25 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 90/2008 de 30 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 393-A/99, de 2 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 272/2009, de 1 de outubro, regulamentação afeta.

<sup>29</sup> Contingente geral – advém dos cursos científico-humanísticos, oferta formativa preferencialmente vocacionada para o prosseguimento de estudos de nível superior, universitário ou politécnico

Embora, tendencialmente, os estudantes do ensino superior sejam provenientes diretamente do ensino secundário, os resultados obtidos demonstram existir uma associação significativa entre a existência ou não de experiência profissional prévia à frequência no Politécnico de Leiria e a idade<sup>30</sup>. Assim, os resultados evidenciam que 54,9% dos estudantes (n=373) afirmam ter tido alguma experiência profissional antes de ingressar no ensino superior. Ao detalhar estes resultados por faixa etária, observa-se que 67,3% (n=251) dos estudantes que indicam a existência de experiência profissional prévia se situam entre os 18 e os 21 anos.

Contudo, de uma forma geral, verificou-se que até aos 20 anos a maioria dos estudantes nunca teve qualquer experiência profissional e a partir dos 20 anos, em todas as classes etárias a maioria dos estudantes inquiridos tem alguma experiência profissional prévia ao ingresso no ensino superior (*Figura 22*).

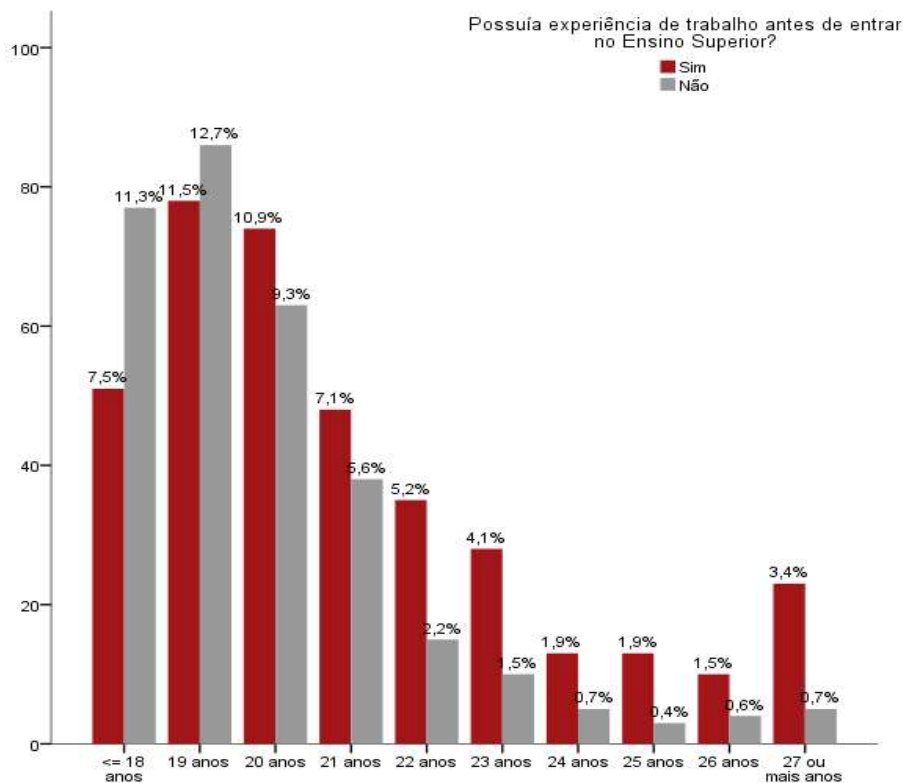


Figura 22. Associação entre a existência de experiência profissional anterior ao ingresso e a idade dos estudantes

Fonte: Questionário aos estudantes

A frequência no ensino superior, hoje, mais do que em outros momentos do passado, contempla a possibilidade de conciliar, em simultâneo, os estudos com a condição de trabalhador, sob condições específicas para o efeito que se materializam no estatuto de trabalhador-estudante.

No presente estudo, 88,7% (n=605) dos estudantes inquiridos dedicam-se aos estudos em exclusividade. Na condição de trabalhador-estudante encontravam-se 4,4% (n=30) dos estudantes inquiridos com estatuto formalizado e 6,9% sem estatuto formalizado (n=47) (*Figura 23*).

<sup>30</sup> Teste de independência Qui-Quadrado,  $\chi^2=41,990$ ; p-value<0,05.



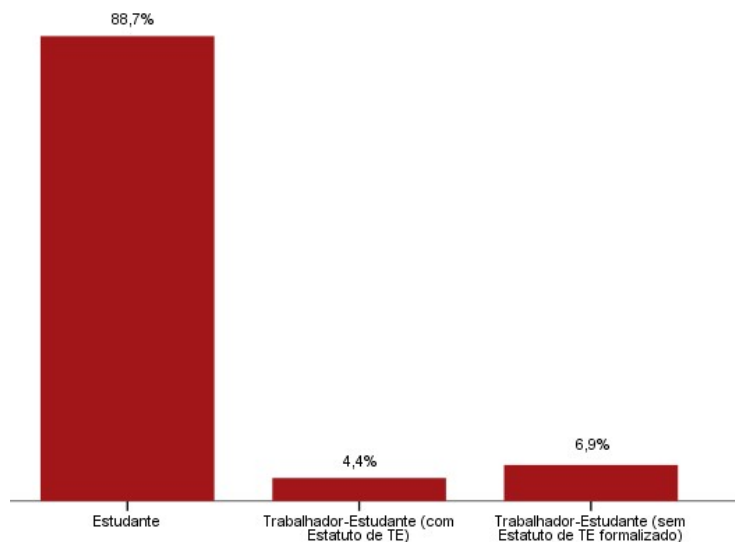


Figura 23. Distribuição dos estudantes segundo a condição perante o ensino  
Fonte: Questionário aos estudantes

Dos estudantes inquiridos que confirmam ter uma ocupação profissional, 75,8% (n=50) dos casos trabalham por conta de outrem e apenas 4,5% (n=3) das situações enquadram-se na categoria de empresário. A observação dos dados permite ainda confirmar que 6,1% (n=4) dos estudantes trabalham segundo a categoria de independente ou empresário sem empregados e 9,1% (n=6) dos estudantes trabalha numa empresa familiar, mas não auferem qualquer remuneração (Tabela 12).

Tabela 12. Situação perante o emprego/situação profissional atual dos estudantes com ocupação profissional

Situação perante o emprego/situação profissional atual	%
Trabalhador por conta de outrem	75,8%
Empresário (com empregados)	4,5%
Independente ou empresário (sem empregados)	6,1%
Familiar não remunerado (trabalha numa empresa/estabelecimento de um familiar, sem remuneração)	9,1%
Outro	4,5%

Fonte: Questionário aos estudantes

Os dados recolhidos (n=72) permitiram também analisar a complementaridade entre a sua situação profissional atual e a existência (ou não) de experiência profissional prévia à entrada no ensino superior, concluindo-se que não existe associação significativa entre as variáveis<sup>31</sup> (Figura 24).

<sup>31</sup> Teste de independência Qui-quadrado  $\chi^2=2,475$ , p-value > 0,05.

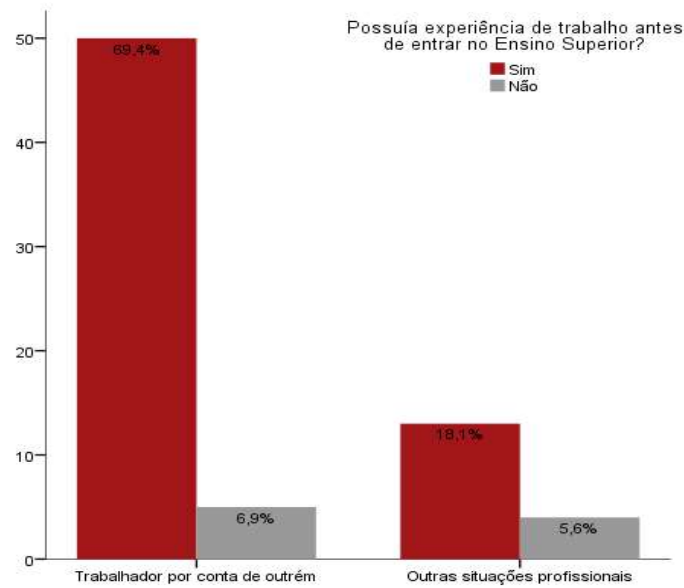


Figura 24. Situação profissional atual e a existência ou não de experiência de trabalho prévia

Fonte: Questionário aos estudantes

Relativamente à associação entre as variáveis situação profissional atual e condição perante o ensino ( $n=73$ ), verifica-se, mais uma vez, que não existe um padrão de associação significativo entre as variáveis<sup>32</sup>. De realçar, que só os estudantes que comprovem a sua situação profissional com declaração atualizada da inscrição na Segurança Social são enquadráveis no estatuto de trabalhador-estudante (Figura 25).

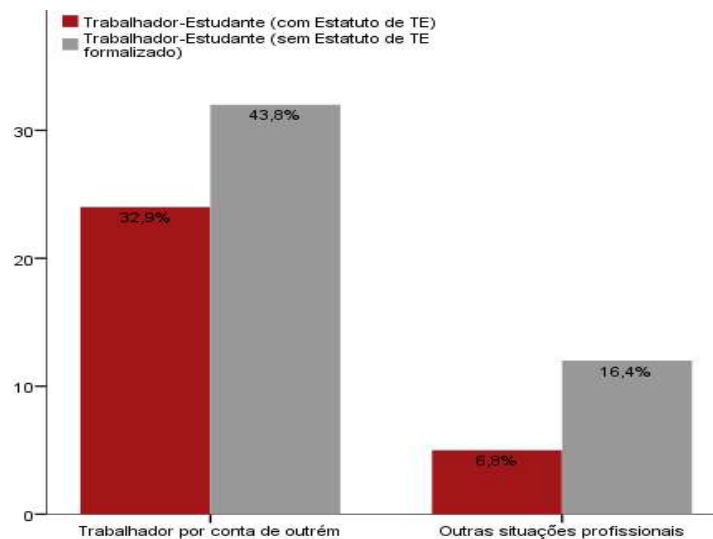


Figura 25. Situação profissional atual e a condição perante o ensino

Fonte: Questionário aos estudantes do Politécnico de Leiria

<sup>32</sup> Teste de independência Qui-quadrado  $\chi^2=0,985$ ,  $p\text{-value} > 0,05$ .

Quando questionados sobre o número de horas que dedicam à sua atividade profissional, 36,4% (n=28) dos trabalhadores-estudantes responderam que, semanalmente e em média, trabalham entre 16 e 35 horas e 27,3% (n=21) afirmam trabalhar mais de 35 horas semanais. Somente 18,2% (n=14) referem trabalhar, em média, por semana, entre 11 e 15 horas (Figura 26).

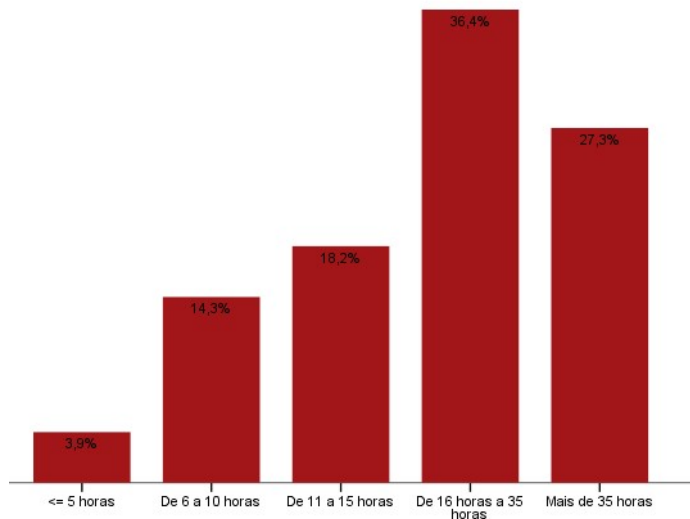


Figura 26. Número de horas de trabalho semanal dos trabalhadores-estudantes

Fonte: Questionário aos estudantes

Uma observação interessante neste estudo foi procurar compreender se o trabalhador-estudante considera que a atual atividade profissional mantém algum tipo de relação com a área de estudos do curso que frequenta no Politécnico de Leiria e 33,8% (n=26) dos inquiridos respondeu não estarem relacionados. Porém, importa salientar que 65,95% dos trabalhadores-estudantes reconhecem a existência de alguma relação entre estas duas dimensões, profissão e a área de estudos, dos quais 24,7% (n=19) referem que estão “pouco relacionadas”, 22,1% (n=17) “bastante relacionadas” e 19,5% (n=15) “completamente relacionadas” (Figura 27).

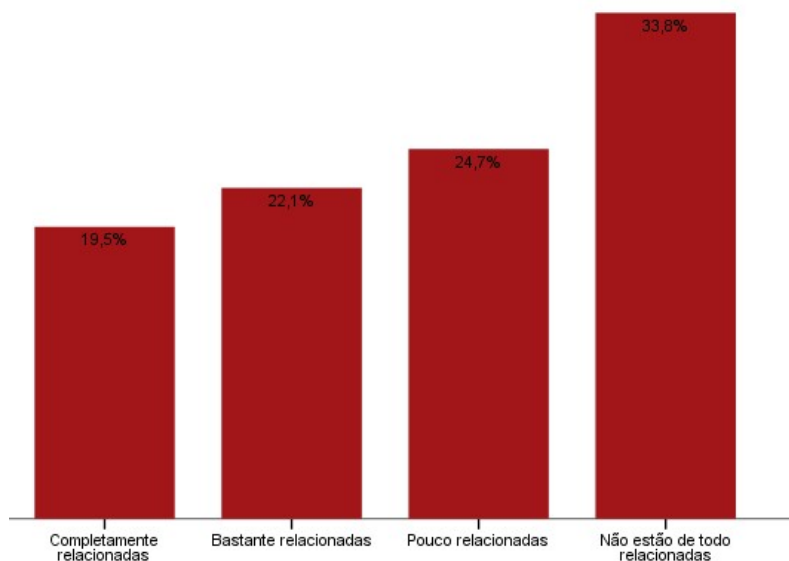


Figura 27. Relação entre a atividade profissional atual e a área de estudo

Fonte: Questionário aos estudantes

Em relação ao número de dias que os estudantes inquiridos estão, presencialmente, numa das Escolas do Politécnico de Leiria é notória uma diferença substancial entre o estudante a tempo integral e o trabalhador-estudante (Figura 28). Por conseguinte, observa-se que a condição de estar previamente inserido no mercado de trabalho coloca maiores restrições à frequência das aulas presenciais.

Na Figura 28 é possível verificar que 47,4% (n=323) dos estudantes responderam deslocar-se presencialmente à sua Escola 5 dias por semana e 33,9% (n=231) 4 dias por semana, enquanto que apenas 3,1% (n=21) dos trabalhadores-estudantes indicaram estar presencialmente na escola 4 dias por semana e 3,7% (n=25) 5 dias por semana. Estes resultados apresentam uma associação significativa entre a condição de estudante ou trabalhador-estudante e a disponibilidade semanal para frequentar presencialmente o seu curso nas instalações das Escolas do Politécnico de Leiria<sup>33</sup>, o que evidencia uma maior disponibilidade dos estudantes a tempo integral comparativamente à disponibilidade dos trabalhadores-estudantes.

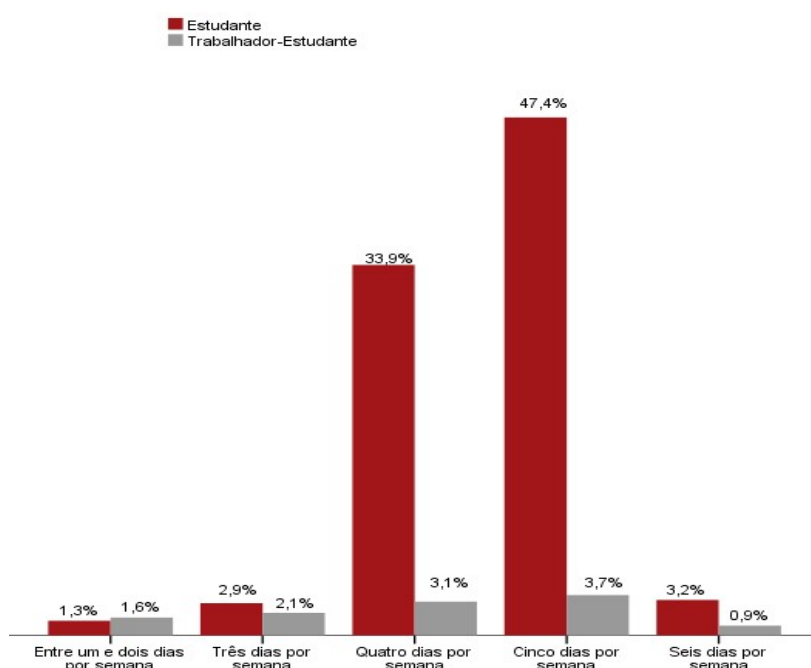


Figura 28. Comparação das horas de contacto semanal entre estudantes e trabalhadores-estudantes  
Fonte: Questionário aos estudantes

<sup>33</sup> Teste de independência Qui-Quadrado,  $\chi^2= 79,405$ , p-value < 0,05.

## 4.4 CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR

Em Portugal, a maioria dos estudantes do ensino superior permanece nos contextos familiares de origem até mais tarde, tornando-o num dos países da Europa onde os estudantes mais dependem da família para concluir o seu curso superior. Este foi precisamente um dos dados publicados, em 2018, no Relatório *Eurostudent VI*, que avalia as condições socioeconómicas da vida dos estudantes na Europa<sup>34</sup> e que, mais uma vez, (re)confirma que para os estudantes portugueses do ensino superior este é um aspeto mais relevante do que para os estudantes de outros países europeus (Noruega, Dinamarca, Finlândia), que revelam maior capacidade de autonomização em relação às suas famílias de origem.

Sendo os pais, o principal suporte da vida escolar dos filhos, particularmente no ensino superior, faz todo o sentido colocar também no centro da análise as origens sociais destes estudantes, nomeadamente da mãe e do pai, no que se refere ao seu enquadramento em termos das categorias socioprofissional e sócio educacional (escolaridade), indicadores cruciais para se aferir as condições e contextos da sua proveniência social, bem como dos recursos disponíveis.

Um dos indicadores mais profícuos na análise do contexto socioeconómico dos estudantes do ensino superior relaciona-se, precisamente, com a condição perante o trabalho dos seus pais. Na larga maioria das famílias dos estudantes inquiridos no Politécnico de Leiria, pai e mãe estão empregados, ou seja, mais de 70% em ambos os casos (Figura 29).

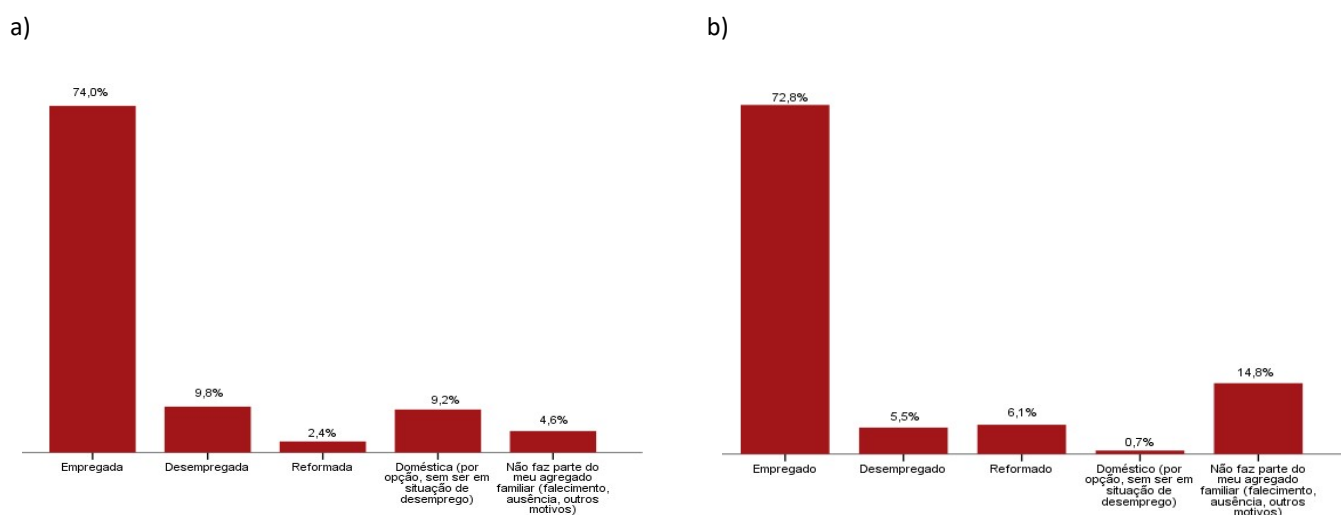


Figura 29. Condição perante o trabalho da mãe [a]) e do pai [b]) dos estudantes inquiridos

Fonte: Questionário aos estudantes

<sup>34</sup> Editor: German Centre for Higher Education and Science Studies (DZHW; Authors: Kristina Hauschilt, Eva Maria Vögtle, Christoph Gwosc; Project Sponsors: Erasmus+ and Members of project consortium; 2018. <http://www.eurostudent.eu/results/reports>

A situação de desemprego é mais significativa na situação da mãe (9,2%; n=66) do que na do pai (5,5%; n=37). A inatividade<sup>35</sup> é também uma situação mais acentuada nas mulheres, afetando 9,2% (n=62) das mães dos estudantes inquiridos, que as identificaram como domésticas, por opção e sem qualquer remuneração. Nos resultados obtidos, os pais que se encontram na situação de inativo (doméstico, por opção e sem qualquer remuneração) representam uma minoria de 0,7% (n=5). Verifica-se, no entanto, uma maior percentagem da situação de “reforma” do pai (6,1%; n=41), em comparação com a mãe (2,4%; n=16).

No que concerne à distribuição dos dados relativamente à mãe dos estudantes inquiridos segundo a profissão, esta acontece de forma bastante mais expressiva nas profissões “Trabalhadores não qualificados” (21,3%; n=122), “Pessoal administrativo” (19,9%; n=114) e “Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores” (17,4%; n=100). Dados igualmente interessantes nesta caracterização são observados no número de mães profissionalmente ocupadas como “Técnicos e profissionais de nível intermédio” (10,1%; n=58) e como “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices” (6,1%; n=35), tendo em conta a importância do tecido industrial na área de influência direta do Politécnico de Leiria (Tabela 13). Em 5,6% (n=32) dos casos da amostra, a mãe não faz parte do agregado familiar do(a) estudante.

Tabela 13. Comparação entre a profissão da mãe e a profissão da população portuguesa feminina

Profissões (Grande Grupo CPP2010) <sup>36</sup>	Amostra		População Portuguesa Feminina	
	N	%	N (em milhares)	%
Profissionais das Forças Armadas	3	0,5	0,00	0,00
Representantes do poder legislativo, de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	33	5,7	101,6	4,39
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	51	8,9	526,7	22,76
Técnicos e profissionais de nível intermédio	58	10,1	249	10,76
Pessoal administrativo	114	19,9	235,9	10,19
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	100	17,4	536,8	23,19
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, pescas e floresta	5	0,9	85,1	3,68
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	35	6,1	89,2	3,85
Operadores de instalações, máquinas e trabalhadores de montagem	21	3,7	136,7	5,91
Trabalhadores não qualificados	122	21,3	350,7	15,15
Não faz parte do meu agregado familiar (falecimento, ausência, outros motivos)	32	5,6	-----	-----
Total	574	100,0	2.314,3	100,00
NS/NA	108	---	---	---
Total	682	---	---	---

Fonte: Questionário aos estudantes e INE

<sup>35</sup> Segundo o INE – conceitos em vigor no Inquérito ao Emprego, considera-se “inativo” o indivíduo que, independentemente da sua idade, no período de referência não podia ser considerado economicamente ativo, isto é, não estava empregado nem disponível em

[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_faqs&FAQSfaq\\_boui=63632962&FAQSmodo=1&xlang=pt.](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_faqs&FAQSfaq_boui=63632962&FAQSmodo=1&xlang=pt.)

<sup>36</sup> CPP2010 - Classificação Portuguesa das Profissões de 2010, elaborada a partir da Classificação Internacional Tipo de Profissões de 2008 (CITP/2008) pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE, I.P.), para substituir a Classificação Nacional de Profissões de 1994 (CNP/94) do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Disponível em [www.ine.pt](http://www.ine.pt).

A comparação com a distribuição por profissões da população portuguesa feminina sugere algumas semelhanças, porém, neste caso em concreto, observa-se uma ocupação mais expressiva das mulheres nas profissões “Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores” (536.800 mulheres) e “Especialistas das atividades intelectuais e científicas” (526.700 mulheres), que representam 23,9% e 22,76% do total, respetivamente. Também na população portuguesa feminina se pode constatar, à semelhança da realidade das mães dos estudantes inquiridos, a preponderância assumida pelos “Trabalhadores não qualificados”, que, neste caso, representam 15,15% do total, o que corresponde em termos absolutos a 350.700 mulheres (Tabela 13).

Em relação à distribuição das profissões dos pais dos estudantes, as mais expressivas são “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artifices” (15,4%; n=105), “Operadores de instalações, máquinas e trabalhadores de montagem” (13,6%; n=93) e “Trabalhadores não qualificados” (9,5% ; n=65) (Tabela 14). À semelhança do que foi registado na profissão das mães dos estudantes inquiridos, também no caso do pai se observa alguma predominância da ocupação como “Técnicos e profissionais de nível intermédio” (6,5%; n=44). Uma das diferenças mais interessantes entre pai e mãe regista-se na ocupação de lugares de “Representantes do poder legislativo, de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos” que no caso masculino é mais relevante, representando 8,1% dos estudantes inquiridos (n=55), ou seja, mais 3,1% (n=22) que as mães. É de salientar, ainda que, em 15% dos inquiridos da amostra (n=102), o pai não integra o agregado familiar dos estudantes (Tabela 14).

Tabela 14. Comparação entre a profissão do pai dos estudantes inquiridos e a profissão da população portuguesa masculina

Profissões (Grande Grupo CPP2010) <sup>37</sup>	Amostra		População Portuguesa Masculina	
	N	%	N (em milhares)	%
Profissionais das Forças Armadas	30	4,4	17,2	0,70
Representantes do poder legislativo, de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	55	8,1	194,6	7,97
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	17	2,5	347	14,21
Técnicos e profissionais de nível intermédio	44	6,5	299,1	12,25
Pessoal administrativo	38	5,6	133,5	5,47
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	41	6,0	300	12,28
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, pescas e floresta	16	2,3	192,9	7,90
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artifices	105	15,4	530,6	21,73
Operadores de instalações, máquinas e trabalhadores de montagem	93	13,6	269,8	11,05
Trabalhadores não qualificados	65	9,5	157,6	6,45
Não faz parte do meu agregado familiar (falecimento, ausência, outros motivos)	102	15,0	-	-
Total	606	88,9	2442,3	100,00
NS/NA	76	11,1		
Total	682	100,0		

Fonte: Questionário aos estudantes e INE

<sup>37</sup> CPP2010 - Classificação Portuguesa das Profissões de 2010, elaborada a partir da Classificação Internacional Tipo de Profissões de 2008 (CITP/2008) pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE, I.P.), para substituir a Classificação Nacional de Profissões de 1994 (CNP/94) do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Disponível em [www.ine.pt](http://www.ine.pt), acedidos em 5/12/2018.

A comparação com a distribuição pelas profissões da população portuguesa masculina sugere um padrão diferente onde se salientam profissões como “Especialistas das atividades intelectuais e científicas” (n=347 000), “Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores” (n=300 000) e “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artificies” (n=530 600), com 14,21%, 12,28 e 21,73%, respetivamente (Tabela 14).

Numa dimensão complementar, a análise dos indicadores de escolaridade dos pais dos estudantes do Politécnico de Leiria permitiu observar dois perfis distintos. A escolaridade da mãe situa-se maioritariamente ao nível do ensino secundário com 30,4% (n=201) da amostra, seguindo-se o 3º ciclo do ensino básico com 19,5% (n=129) (Tabela 15). Agregando valores, verifica-se que 25,9% (n=171) das mães têm formação de nível superior.

A escolaridade do pai dos estudantes inquiridos surge com apenas com 22,9% (n=150) ao nível do ensino secundário e 22,9% (n=150) no 3º ciclo do ensino básico. Estas diferenças de perfil são ainda mais relevantes na detenção de qualificação académica de nível superior, onde apenas 17,1% (n= 112) dos pais possui um grau de ensino superior, diferenças estas relativas a uma escolaridade mais elevada nas mulheres/mães que vem sendo corroborada por outros estudos<sup>38</sup>.

Tabela 15. Caracterização da escolaridade do pai e da mãe dos estudantes da amostra

	Nível escolaridade da mãe		Nível de escolaridade do pai	
	N	%	N	%
Nenhum	2	0,3	2	0,3
1º Ciclo incompleto	11	1,7	17	2,6
Ensino Básico 1º Ciclo	61	9,2	76	11,6
Ensino Básico 2º Ciclo	69	10,4	85	13,0
Ensino Básico 3º Ciclo	129	19,5	150	22,9
Ensino Secundário	201	30,4	150	22,9
Bacharelato	25	3,8	19	2,9
Licenciatura	90	13,6	60	9,1
Pós-graduação	16	2,4	9	1,4
Mestrado	23	3,5	15	2,3
Doutoramento	17	2,6	9	1,4
Não faz parte do meu agregado familiar (falecimento, ausência, outros motivos)	17	2,6	64	-

Fonte: Questionário aos estudantes

<sup>38</sup> “Os homens em Portugal são menos escolarizados do que as mulheres. No contexto de uma população onde predomina um baixo nível de escolaridade (ensino básico), os homens têm maioritariamente o ensino básico e secundário e uma proporção inferior de licenciados;” in Wall, K., Cunha, V., Atalaia, S., Rodrigues, L., Correia, R., Correia, S. V., Rosa, R (2016). Livro Branco. Homens e Igualdade e Género em Portugal. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/ CITE, ISBN 978-972-8399-75-7. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/26649>;Acedido em 20/01/2019.



No sentido de analisar com mais detalhe os indicadores sócios-educacionais das famílias dos estudantes inquiridos, e tendo presente as diferenças de qualificação no contexto familiar, bem como o seu papel diferenciador no acesso ao ensino superior, foi construída uma nova variável, “escolaridade máxima agregada”, que considera apenas o nível mais elevado de escolaridade entre o pai e mãe.

Neste sentido, é possível perceber o padrão referente à escolaridade máxima agregada dos pais dos estudantes inquiridos, no qual é notória a preponderância do nível secundário como nível de escolaridade concluído, ou seja, 32,2% (n=211). Porém, não menos relevante, é a percentagem de pais com habilitação académica de nível superior, quer com licenciatura/bacharelato (21,6%; n=142), quer com ensino pós-graduado de mestrado e doutoramento (7,6%; n=50) (Figura 30).

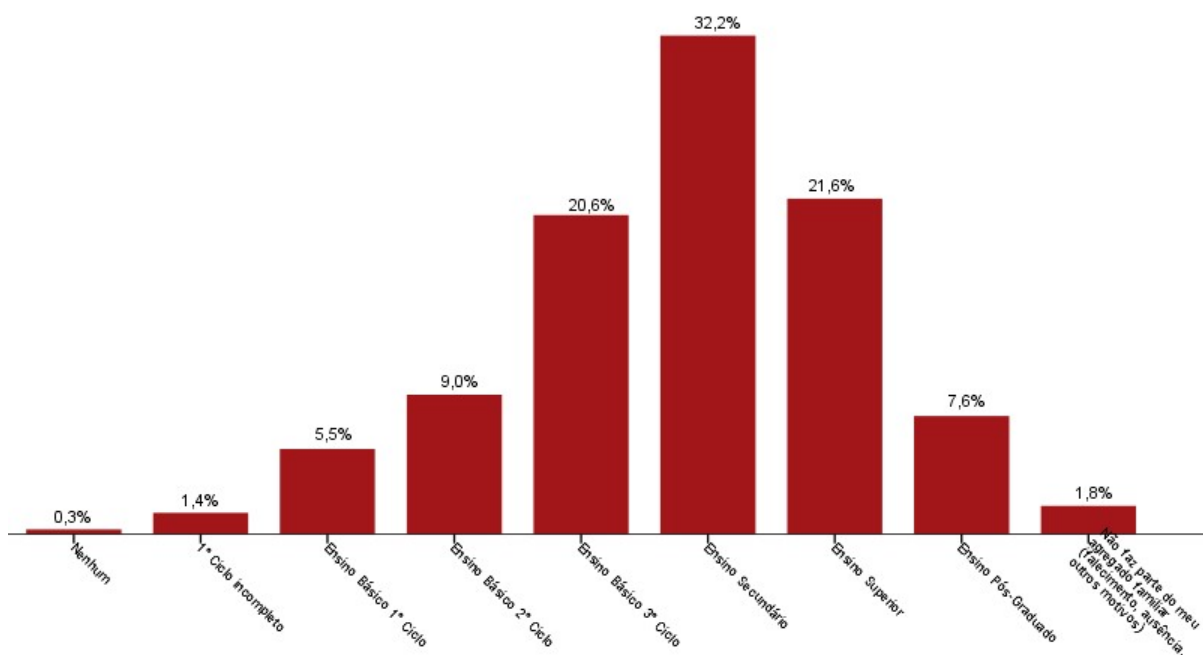


Figura 30. Escolaridade máxima agregada

Fonte: Questionário aos estudantes

Ao comparar o nível de escolaridade completo mais elevado do agregado familiar dos estudantes (mãe e pai) com o registo do nível de escolaridade da população ativa portuguesa em 2017, os resultados<sup>39</sup> confirmam a expressividade da população portuguesa ativa sem nenhum nível de escolaridade, situando-se ainda nos 7,26% da população. Segundo o Conselho Nacional de Educação a “qualificação da população ativa residente em Portugal continua a melhorar. Tanto nos homens como nas mulheres existe uma redução da percentagem de indivíduos sem nível de escolaridade ou com nível até ao 2.º CEB” (CNE, 2018: 47).<sup>40</sup>

Adicionalmente, importa realçar que mais de metade da população ativa completou o Ensino Básico (53,21%; n=4486 200) e 21,22% o ensino secundário e pós-secundário (Tabela 14). A este propósito o Relatório do Estado da Educação de 2017 refere, na sua análise, que “A percentagem de indivíduos com 3.º CEB, ensino secundário e pós-secundário e ensino superior completos aumenta. Enquanto que o maior

<sup>39</sup> Na amostra de estudantes do Politécnico de Leiria foram apenas identificadas 2 respostas (0,3%) (Tabela 14)

<sup>40</sup> Conselho Nacional de Educação. (2018). Estado da Educação 2017. Lisboa: 1.ª edição, ISBN: 978-989-8841-20-9.

crescimento nos homens se regista no nível secundário e pós-secundário (+3,6 pp), nas mulheres ocorre no ensino superior (+4,7 pp).” (CNE, 2018: 47).

Na amostra inquirida, com qualificação de nível superior observaram-se 142 casos (22%) de pais com licenciatura, bacharelato e/ou pós-graduação e 50 casos (7,8%) com formação superior de mestrado e/ou doutoramento. A comparação com a realidade da população portuguesa só é possível considerando, para esta última, uma categoria única designada por “Ensino Superior” que agrega “Ensino Superior” e “Ensino Pós-Graduado”. Em 2017 detinham qualificação de nível superior 18,32% da população residente (Tabela 16).

Tabela 16. Comparação entre o nível de escolaridade completo mais elevado do agregado familiar dos estudantes e da população portuguesa residente com 15 e mais anos, em 2017

Escolaridade máxima agregada	Amostra		População Portuguesa	
	N.º	%	N.º (em milhares)	%
Nenhum <sup>41</sup>	2	0,3	611,8	7,26
1º Ciclo incompleto	9	1,4	a)	a) <sup>42</sup>
Ensino Básico (1º, 2º e 3º Ciclos)	230	35,7	4.486,2 <sup>43</sup>	53,21
Ensino Secundário	211	32,8	1788,7	21,22
Ensino Superior (Licenciatura, Bacharelato e Pós-Graduação)	142	22,0		
Ensino Pós-Graduado (Mestrado e Doutoramento)	50	7,8	1.544,1 b)	18,32 b) <sup>44</sup>

Fonte: Questionário aos estudantes, PORDATA e INE

Para completar a caracterização das famílias dos estudantes e os seus recursos, foi realizada uma breve análise sobre a distribuição do rendimento líquido médio mensal auferido pelos pais. Assim, metade das famílias auferem entre 581€ e 1500€ (55,3% que corresponde a 323 agregados familiares) (Figura 31). Contudo, importa realçar que neste nível salarial, 27,7% (n=162) dos pais auferem entre 1001€ e 1500€ e 27,6% (n=161) auferem entre 581€ e 1000€. É de salientar que 12,2% (n=71) dos agregados familiares auferem um valor mensal igual ou inferior à Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG), que em 2018 foi de 580€<sup>45</sup>.

<sup>41</sup> Designação INE: “Sem nível de escolaridade”

<sup>42</sup> a) Informação não disponível.

<sup>43</sup> Fonte: PORDATA e INE,

Básico - 1º ciclo	1885,5	22,36
Básico - 2º ciclo	879,8	10,44
Básico - 3º ciclo	1720,9	20,41

<sup>44</sup> b) Agregação das categorias do inquérito “Ensino Superior” e “Ensino Pós-Graduado” numa só “Ensino Superior”

<sup>45</sup> Valor da retribuição mínima mensal garantida para 2018 (RMMG). Decreto-Lei n.º 156/2017, de 28 de dezembro. Porém importa salientar que algumas das respostas podem ter tido em consideração o valor da RMMG em vigor em 2017, no valor de 557,00€ (Decreto-Lei n.º 86B/2016, de 29 de dezembro).

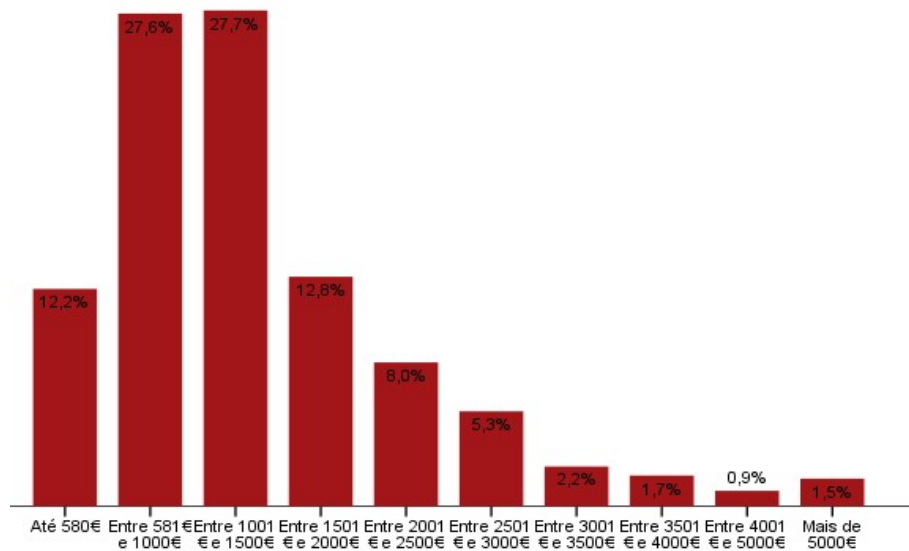


Figura 31. Rendimento líquido médio mensal do agregado familiar dos estudantes  
 Fonte: Questionário aos estudantes

Em suma, os resultados permitem concluir por uma forte desigualdade dos rendimentos das famílias dos estudantes da amostra, com tendência para a prevalência de baixos e assimétricos rendimentos líquidos mensais. Esta é uma realidade que está alinhada com o retrato elaborado pelo Inquérito às Condições de Vida e Rendimento realizado em 2018 sobre os rendimentos do ano anterior que não só indica que “A taxa de risco de pobreza correspondia, em 2017, à proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos (por adulto equivalente) inferiores a (...) 468€ por mês” (INE, 2018: 1), como realça que os “rendimentos monetários em Portugal continuam a pautar-se por uma distribuição fortemente assimétrica” (INE, 2018: 1)<sup>46</sup>.

<sup>46</sup> INE (2018). Rendimento e Condições de Vida- 2018 (Dados Provisórios).

## 4.5 CONDIÇÕES DE VIDA

Neste ponto caracterizam-se as condições de vida dos estudantes do Politécnico de Leiria durante o período letivo, as quais resultam do orçamento que cada estudante tem disponível para fazer face às despesas com o custo de estudar no ensino superior, particularmente no que se refere às despesas de alojamento, alimentação, transportes e outras despesas diárias (livros, equipamentos e material escolar), bem como taxas e propinas.

Como foi possível apurar, o orçamento disponível (dos estudantes) provém de diferentes fontes, da família, de apoio estatal (na forma de subsídio, empréstimo ou bolsa de estudo), apoio não estatal, rendimento próprio e outras.

O orçamento disponível da fonte “família” refere-se aos valores que a família de origem, ou constituída, disponibiliza mensalmente. O orçamento disponível da fonte “apoio estatal”, pode surgir sob três formas possíveis, ou seja, subsídio, quando se refere a um valor atribuído por entidades públicas ao abrigo de programas específicos (como, por exemplo, subsídios de Câmaras Municipais aos estudantes do ensino superior), empréstimo, quando os estudantes recorrem a estes através de programas institucionais, e bolsa de estudo, quando o montante mensal é atribuído pela instituição de ensino superior.

O “apoio não estatal” refere-se a valores recebidos mensalmente de instituições não públicas, como por exemplo, entidades bancárias que atribuem bolsas escolares. O “rendimento próprio” refere-se ao montante auferido mensalmente fruto do próprio trabalho.

Esta tipologia de orçamento disponível é, de seguida, discriminada, em função da fonte específica. Assim, o primeiro orçamento descrito é o montante que a família de origem, ou a família constituída, disponibiliza para fazer face aos custos de frequência no ensino superior.

Considerando o número válido de respostas ( $n=464$ )<sup>47</sup> a esta questão, constata-se que, em média, cada estudante do Politécnico de Leiria dispõe de 260,88€/mês ( $\pm 248,862\text{€}$ ), proveniente do apoio familiar ou do(a) companheiro(a) (Figura 32)<sup>48</sup>.

Pelos resultados obtidos destaca-se a importância da fonte de financiamento familiar, ou seja, os estudantes do Politécnico de Leiria dependem em grande medida da família e/ou companheiro(a) financeiramente para assegurar a sua condição de estudante. Numa análise mais detalhada relativamente ao valor financeiro proveniente da família e/ou companheiro(a) que os estudantes têm disponível para suportar as despesas inerentes à sua condição de estudante, observa-se que a maioria ( $n=353$ , 76,1%) estudantes dispõem até 300,00€ para o efeito. Destes estudantes, 185 (39,9%) dispõem de um valor até 150,00€ e 168 (36,2%) estudantes dispõem de um valor entre 151,00€ e 300,00€. Os restantes estudantes que responderam à questão dispõem de valores que oscilam entre 301 € e 600€ (19,4%;  $n=90$ ) e de mais de 600€ (4,5%;  $n=21$ ) (Figura 32).

---

<sup>47</sup> Respostas omissas a esta questão: 218.

<sup>48</sup> O valor médio mensal disponível para os estudos poderá apresentar-se pouco homogéneo, considerando a dispersão da amostra a este respeito (nomeadamente, tendo em conta desvio-padrão obtido, ou seja, 248,862€/mês).

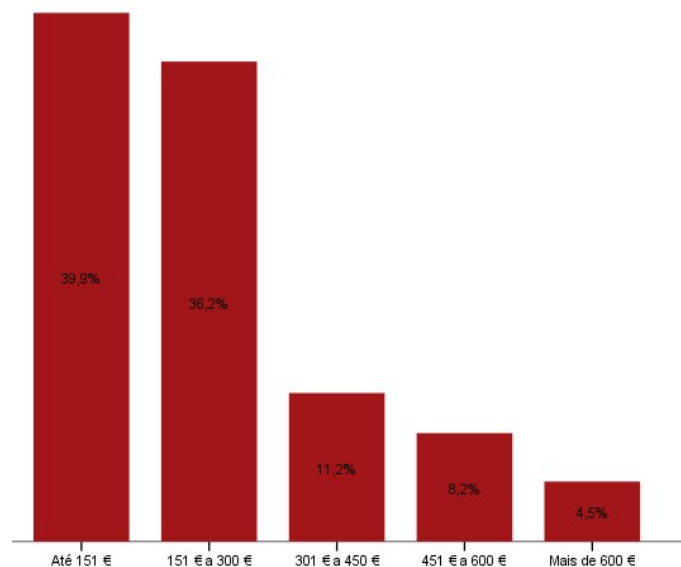


Figura 32. Valor médio mensal disponibilizado pela família ou companheiro/a  
 Fonte: Questionário aos estudantes

As Bolsas de Estudo <sup>49</sup> (apoio estatal não reembolsável) são prestações pecuniárias destinadas a estudantes matriculados ou candidatos à matrícula/inscrição no ensino superior e que estejam enquadrados em cursos que confirmam o grau de licenciado ou mestre e que reúnam um conjunto específico de condições consideradas legalmente. Este apoio aos estudantes é um contributo estatal que permite garantir as condições necessárias para o prosseguimento dos estudos, particularmente nos casos em que não haja um nível mínimo adequado de recursos financeiros do próprio e/ou do agregado familiar.

É de notar que as Bolsas de Estudo contempladas pelo presente estudo diferem de outro tipo de bolsas atribuídas aos estudantes no Politécnico de Leiria, nomeadamente das Bolsas de Estudo para Frequência do Ensino Superior com incapacidade igual ou superior a 60 por cento e as Bolsas FASE.

Os estudantes (n=216; 31,7%) contemplados com uma bolsa de estudo não reembolsável recebem, em média, uma prestação no valor de 265,82€/mês ( $\pm 366,18\text{€}$ ) (Figura 33). Foi igualmente aferido que 31,5% (n=68) dos estudantes recebem uma bolsa de estudo de valor médio mensal inferior a 100€/mês.

A análise à distribuição do valor médio mensal das bolsas de estudo auferidas pelos estudantes apoiados (n=216) permite confirmar que 31,5% dos estudantes (n=68) dispõem, por esta via, de um valor até 100€/mês para os seus estudos. As classes de valores médios mensais situadas entre 101€/mês a 150€/mês (15,3%; n=33) e 151€/mês a 200€/mês (16,2%; n=35) representam igualmente 31,5% dos estudantes (n=68).

Por último, 18% dos estudantes (n=39) indicaram que recebem uma bolsa pecuniária de apoio aos estudos no valor médio mensal acima de 300€, revelando-se este um dos instrumentos essenciais para garantir o acesso e a permanência no ensino superior (Figura 33).

<sup>49</sup> Despacho n.º 5404/2017 de 21 de junho regulamenta a atribuição de bolsas de estudo no ensino superior português.

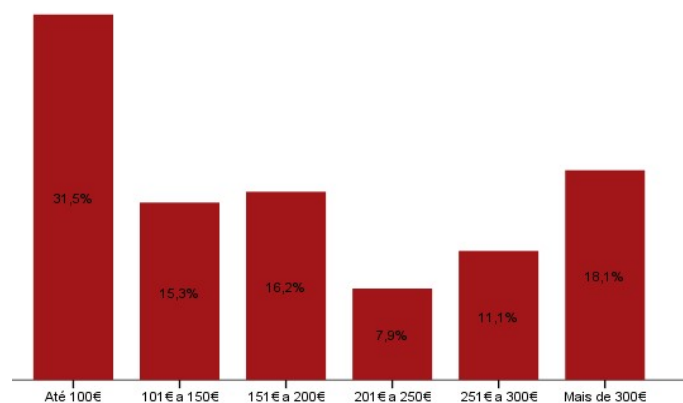


Figura 33. Valor médio mensal disponibilizado sob a forma de subsídio estatal não reembolsável  
 Fonte: Questionário aos estudantes

Atualmente, a atribuição de bolsas de estudo não se esgota apenas no apoio estatal, ou seja, nos subsídios que são concedidos no âmbito do Sistema de Ação Social do Ensino Superior. É cada vez mais frequente o contributo de outras entidades como as fundações, as autarquias e as empresas, para a formação académica dos jovens que não dispõem de recursos suficientes para o prosseguimento de estudos no ensino superior ou no decurso da frequência de um curso que confira grau de licenciado ou mestre.

O valor médio mensal de apoio aos estudantes no Politécnico de Leiria proveniente deste tipo de entidades, segundo os dados recolhidos (n=18), situa-se nos 156,11€/mês.

A análise à distribuição do valor médio mensal das bolsas de estudo, por classes de valores, com origem nas fundações, autarquias e/ou empresas, no caso em concreto, permite concluir que 44,4% (n=8) recebe um valor inferior a 75€, 27,8% (n=5) recebe de 76€ a 175€ e 27,8% (n=5) recebe mais de 175€ (Figura 34).

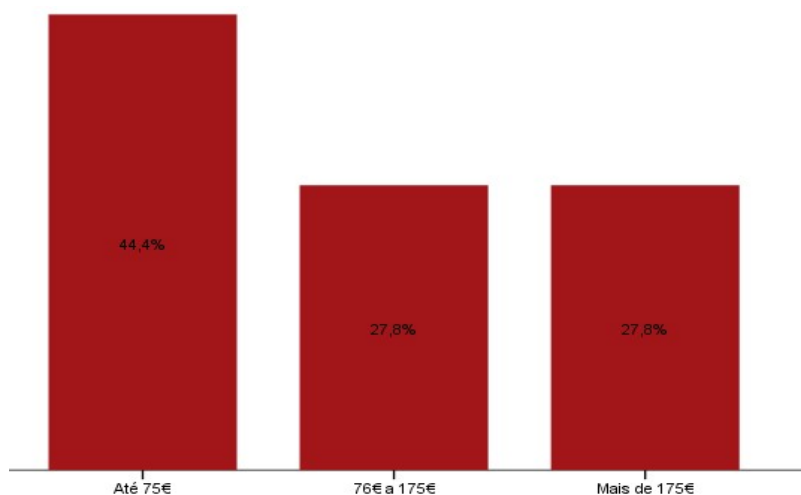


Figura 34. Valor médio mensal disponibilizado sob a forma de apoio financeiro de fundações, autarquias, empresas, IPSS ou outros  
 Fonte: Questionário aos estudantes

Os estudantes que responderam ter recorrido a empréstimo para financiar os seus estudos no ensino superior representam 1,5% (n=10) dos inquiridos. O valor médio mensal apurado situa-se nos 780€ (± 881,67€). Acresce ainda que 60% (n=6) dos casos considerados respondeu ter disponível um valor superior a 300€/mês proveniente do empréstimo realizado com a finalidade de suportar os custos com os estudos (Figura 35).

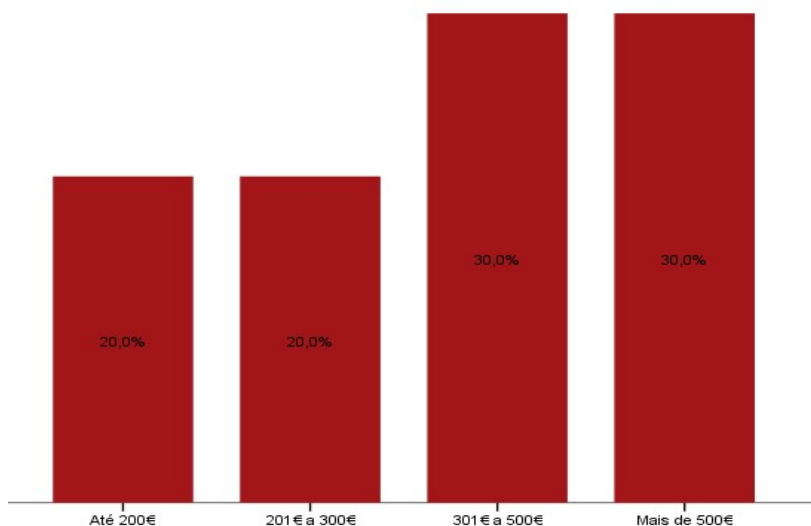


Figura 35. Valor médio mensal disponibilizado sob a forma de empréstimo  
 Fonte: Questionário aos estudantes

No que diz respeito ao montante que os estudantes dispõem mensalmente e que provém do rendimento do seu trabalho, este representa 13,5% (n=92) (Figura 36).

A distribuição apresentada por classes evidencia que 51,1% (n=47) dos estudantes disponibilizam mensalmente, do rendimento auferido por via do seu trabalho, um valor médio até 200€ para os seus estudos e 31,5% (n=29) um valor igual ou superior a 301€. Em contrapartida, o cálculo da média do valor médio destinado aos estudos no ensino superior situa-se nos 413,65€.

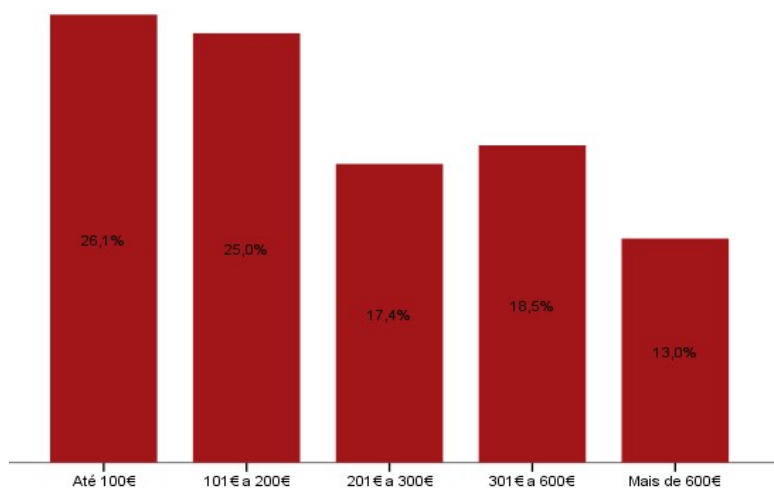


Figura 36. Valor médio mensal disponibilizado sob a forma de rendimento ganho através do trabalho  
 Fonte: Questionário aos estudantes

Para terminar, foi também identificada pelos estudantes a categoria “outras fontes” de financiamento dos estudos no ensino superior (Figura 37). Em termos médios, esta representa um valor relevante, ou seja, 807,04€.

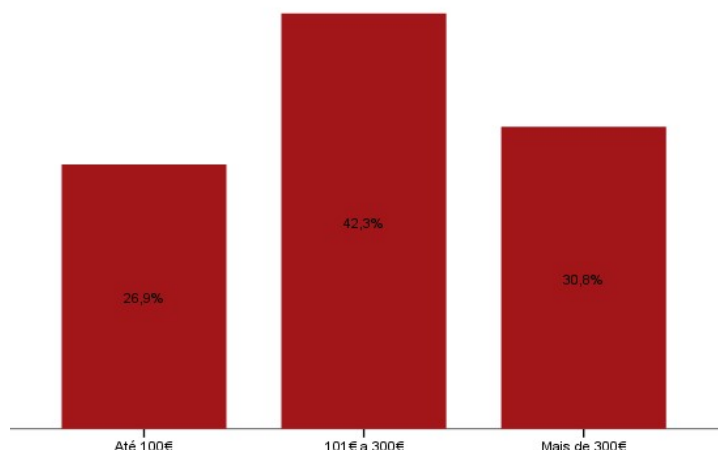


Figura 37. Valor médio mensal disponibilizado sob a forma de “outras fontes”

Fonte: Questionário aos estudantes

A Tabela 17 apresenta um resumo dos montantes mensais provenientes das fontes de financiamento anteriormente exploradas, nomeadamente da família, de bolsa de estudo (apoio estatal não reembolsável), do apoio financeiro prestado por entidade da sociedade civil, empréstimo, rendimento do trabalho e outras fontes.

Conclui-se, portanto, que as três principais fontes de financiamento dos estudantes da amostra do Politécnico de Leiria são, por número de estudantes abrangidos, a família ou companheiro/a (n=464 correspondente a 68%; valor médio mensal de 260,88€), as bolsas de estudo no âmbito do Sistema de Ação Social do Ensino Superior (n=216 correspondente a 31,7%; valor médio mensal de 265,82€) e os rendimentos provenientes do trabalho pelo próprio (n=92 correspondente a 13,5%; valor médio mensal de 413,65€)<sup>50</sup>.

Tabela 17. Resumo do orçamento disponível dos estudantes por fonte de origem

	Família ou companheiro/a n=464	Apoio financeiro estatal bolsa escolar (não reembolsável) n=216	Apoio financeiro de fundações, autarquias, empresas, IPSS, ou outros n=18	Recurso a empréstimo n=10	Rendimento, através do trabalho n=92	Outras fontes n=26
Média	260,8€	265,8€	156,1€	780,0€	413,6€	807,0€
Mediana	200,0€	173,0€	92,5€	400,0€	200,0€	180,0€
Desvio- padrão	248,8€	366,2€	158,6€	881,7€	1015,2€	2029,4€

Fonte: Questionário aos estudantes

A partir dos dados recolhidos, no âmbito do questionário, foi possível analisar a associação entre o valor médio mensal disponibilizado pela família para os estudos e a idade dos estudantes (Tabela 18). Conclui-se, portanto, que são os estudantes mais novos que recebem, em maior número (n=396), apoio/suporte financeiro da família, evidenciando a dependência dos jovens relativamente ao agregado familiar para a concretização do seu projeto educativo/formativo<sup>51</sup>.

<sup>50</sup> Importa salientar que os valores do desvio-padrão para os indicadores considerados indicam significativa variabilidade dos valores monetários do orçamento disponível dos estudantes segundo a fonte de origem.

<sup>51</sup> Teste de independência Qui-Quadrado  $X^2=0,002$ , p-value<0,05.



Tabela 18. Cruzamento entre o orçamento disponibilizado pela família e a idade dos estudantes

		Orçamento disponibilizado pela família					Total
		Até 150€	151€ a 300€	301€ a 450€	451€ a 600€	Mais de 600€	
Idade dos estudantes (em classes)	<= 19 anos	84	76	25	13	8	206
	Entre 20 e 22 anos	74	71	25	11	9	190
	Entre 23 e 25 anos	20	13	2	13	2	50
	26 ou mais anos	7	8	0	1	2	18

Fonte: Questionário aos estudantes

Considerando, ainda, o “rendimento ganho através do trabalho” como fonte do financiamento dos estudantes e a sua idade verifica-se a existência de diferenças estatisticamente significativas no rendimento médio mensal disponível pelo próprio trabalho quando comparadas as classes etárias em análise<sup>52</sup>; verifica-se que essa diferença reside quando comparada a classe etária mais baixa com a mais alta, ou seja, os estudantes mais velhos (26 ou mais anos) auferem um rendimento médio mais elevado do que os estudantes mais jovens (até aos 22 anos). Este resultado está alinhado com a situação profissional remunerada dos estudantes mais velhos.

### Alojamento

A questão do alojamento assume grande centralidade se considerarmos que, nos dias de hoje, a mobilidade interna e internacional de estudantes faz parte da dinâmica das IES em Portugal e no mundo, realidade reforçada no caso português pela crescente atratividade das instituições de ensino superior. A democratização do acesso ao ensino superior, reforçada pela oferta em termos de programas de mobilidade, contribuíram para o aumento do número de estudantes nas IES portuguesas, o que tem vindo a despoletar a centralidade da discussão em torno da necessária ampliação de infraestruturas e alojamento, no sentido de reajustar a oferta à procura atual e futura. Paralelamente, o mercado de arrendamento privado destinado à população estudantil, é um mercado em crescimento, particularmente nas cidades onde estão implantadas as IES, gerando dinamismo imobiliário e económico-financeiro<sup>53</sup>, como acontece na região onde o Politécnico de Leiria tem a sua implantação e abrangência territorial.

O tipo de habitação escolhido pelos estudantes do Politécnico de Leiria é o “quarto arrendado individual” seguido, de muito perto, pela “casa dos pais/familiares” com 32,7% (n=222) e 32% (n=217), respetivamente. Todavia, o número de estudantes que arrendam casa/apartamento nas cidades das Escolas do Politécnico de leiria revela alguma expressividade, ou seja, 16,2% (n=110), como se observa pela Tabela 19.

<sup>52</sup> Teste de independência Qui-Quadrado  $X^2=0,033$ ; p-value<0,05.

<sup>53</sup> Relatório das Residências de Estudantes 2017, Worx – Real Estate Consultants/Uniplaces.

Tabela 19. Distribuição dos estudantes segundo o tipo de alojamento

	N.º	%
Quarto arrendado individual	222	32,7
Quarto arrendado partilhado	42	6,2
Residência de estudantes	67	9,9
Casa dos pais/familiares	217	32,0
Casa/Apartamento próprio	19	2,8
Casa/Apartamento arrendado	110	16,2
Outro	2	0,3

Fonte: Questionário aos estudantes

No que diz respeito à relação do valor médio/mês que a família disponibiliza e o tipo de alojamento utilizado pelos estudantes durante o semestre letivo, observa-se que não existe uma associação significativa (Tabela 20). As duas variáveis não são independentes, como se observa pelos dados da Tabela 20<sup>54</sup>.

Tabela 20. Relação entre o montante financeiro disponibilizado pela família e o tipo de alojamento dos estudantes

		Valor médio mensal disponibilizado pela família					Total
		Até 151 €	151 € a 300 €	301 € a 450 €	451€ a 600€	Mais de 600€	
Tipo de alojamento	Quarto arrendado individual	52	71	18	13	3	157
	Quarto arrendado partilhado	10	11	8	3	0	32
	Residência de estudantes	28	9	1	3	2	43
	Casa dos pais/familiares	70	50	7	5	6	138
	Casa/Apartamento próprio	3	1	0	1	1	6
	Casa/Apartamento arrendado	22	25	17	13	9	86
<b>Total</b>		185	167	51	38	21	462

Fonte: Questionário aos estudantes

Os estudantes da amostra avaliaram como “muito satisfatória” (44,5%; n=302) e “satisfatória” (39,2%; n=266) as condições de alojamento, representado no total 83,7% dos inquiridos. De registo também os 14,7% (n=100) dos estudantes que classificaram as condições de alojamento apenas de aceitáveis (Figura 38).

<sup>54</sup> Teste de independência Qui-Quadrado  $\chi^2=0,000$ ; p-value<0,05.

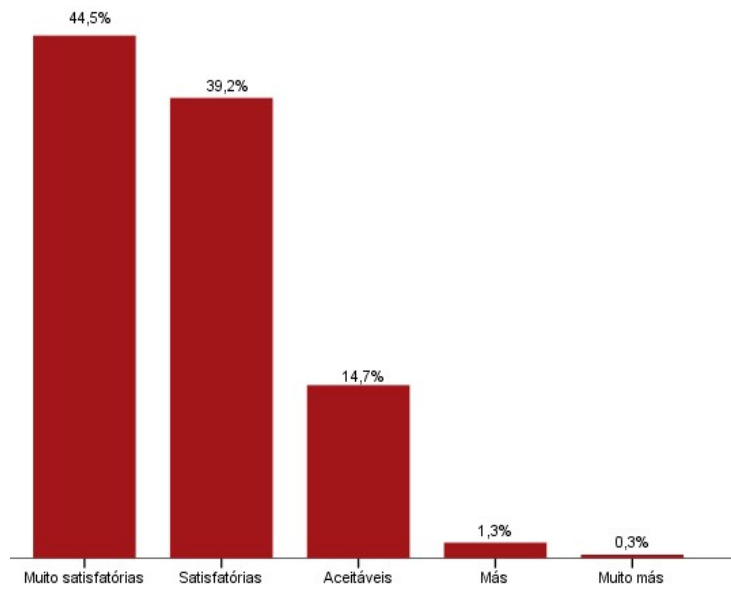


Figura 38. Avaliação das condições de alojamento

Fonte: Questionário aos estudantes

## 4.6 PADRÕES DE CONSUMO E PRÁTICAS SOCIAIS

Pela importância que os gastos mensais têm vindo a assumir na estrutura do orçamento familiar (segundo um conjunto de categorias previamente tipificadas, nomeadamente, alojamento, alimentação, saúde, material informático, propinas, entre outros), estes foram incluídos no estudo. Paralelamente, o conhecimento do tipo de despesas dos estudantes pode contribuir para retratar a estrutura-tipo do consumo da comunidade estudantil do Politécnico de Leiria, assim como o impacto no concelho onde estuda, nomeadamente as que são relativas ao lazer, aos bens pessoais, ao material informático e internet, entre outros.

A primeira categoria analisada, em termos de despesa mensal, é o gasto com o alojamento. Assim, observa-se uma distribuição muito semelhante dos gastos médios mensais, segundo os intervalos de valores considerados (Figura 39). Contudo, 27,1% (n=146) dos estudantes despende entre 141€ e 165€; 26,0% (n=140) dos estudantes tem um gasto entre 71€ e 140€ e para 24,1% (n=130) dos estudantes os gastos não ultrapassam os 70€. Tal poderá eventualmente acontecer pela escassez de oferta de alojamento, impondo a aceitação da diversidade de preços praticados, no mercado da habitação, nas áreas de abrangência do Politécnico de Leiria. Em termos médios, é possível concluir que o valor destinado a suportar as despesas com o alojamento é de 117,39€/mês ( $\pm 81,12\%$ ).

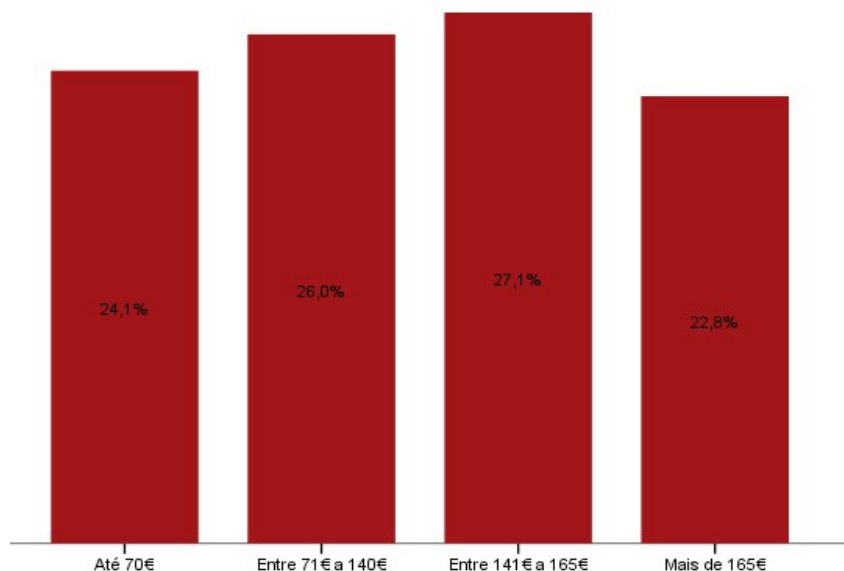


Figura 39. Valor médio mensal gasto com alojamento

Fonte: Questionário aos estudantes

Ao analisar o rendimento médio mensal disponível do agregado familiar dos estudantes inquiridos conjuntamente com o tipo de alojamento pelo qual optaram durante o semestre letivo, conclui-se que os intervalos do rendimento do agregado familiar que acolhem maior número de estudantes situam-se entre os 581€-1000€ (n=161) e 1001€-1500€ (n=161), sendo o seu alojamento preferencial o “Quarto arrendado individual” (n=106) ou, nos casos em que é possível, a “casa dos pais/familiares” (n=101) (Tabela 21). Em terceiro lugar, surge “casa/apartamento arrendado” também como alternativa de alojamento durante o semestre letivo. É de salientar que 59 (10,2%) dos estudantes inquiridos utilizam como alojamento a “residência de estudantes”.

Tabela 21. Relação entre o rendimento médio mensal do agregado familiar e tipo de alojamento dos estudantes<sup>55</sup>

	Tipo de alojamento						Total
	Quarto arrendado individual	Quarto arrendado partilhado	Residência de estudantes	Casa dos pais/familiares	Casa/Apartamento próprio	Casa/Apartamento arrendado	
Até 580€	19	6	18	22	2	4	71
Entre 581€ e 1000€	54	9	21	45	3	29	161
Entre 1001€ e 1500€	52	13	11	56	5	24	161
Entre 1501€ e 2000€	18	6	3	31	3	14	75
Entre 2001€ e 2500€	19	0	1	12	1	13	46
Entre 2501€ e 3000€	12	0	2	6	2	9	31
Entre 3001€ e 3500€	3	1	2	7	0	0	13
Entre 3501€ e 4000€	5	0	1	3	0	1	10
Entre 4001€ e 5000€	1	0	0	2	0	2	5
Mais de 5000€	2	0	0	2	0	4	8
<b>Total</b>	<b>185</b>	<b>35</b>	<b>59</b>	<b>186</b>	<b>16</b>	<b>100</b>	<b>581</b>

Fonte: Questionário aos estudantes

Em relação às despesas com alimentação (Figura 40), 32,9% (n=187) dos estudantes inquiridos responderam gastar mensalmente entre 26€ e 50€ na sua alimentação e 25,9% (n=147) entre 75€ e 100€. No que diz respeito aos gastos com alimentação, 14,0% (n=79) dos estudantes indicaram despendere até 50€/mês. A média mensal dos gastos em alimentação foi de 64,75€ (±64,13€). Assim, constata-se que este valor é inferior à média das despesas mensais em alimentação (105,30€), registadas no Relatório dos Custos dos Estudantes do Ensino Superior Português (Cerdeira, 2018: 143).

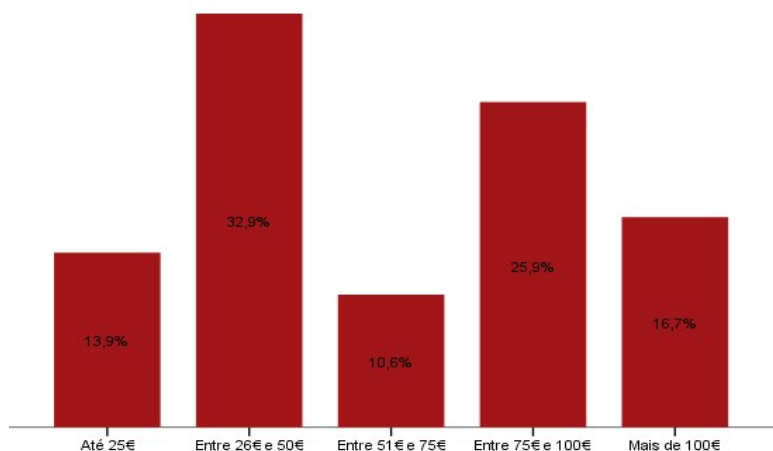


Figura 40. Valor médio mensal gasto com alimentação

Fonte: Questionário aos estudantes

Na categoria “gastos com livros e outros material escolar” (Figura 41) constata-se a afetação de valores muito baixos a este tipo de investimento. Concretamente, 44,6% (n=2013) dos estudantes responderam gastar até 5€/mês e 26,8% (n=122) afirmam gastar entre 6€/mês e 15€/mês. Por outro lado, 28,5% (n=130) dos inquiridos asseguram que mensalmente investem em livros um valor superior a 16€/mês.

<sup>55</sup> Não se verificam os pressupostos inerentes à realização do teste de independência do qui-quadrado.

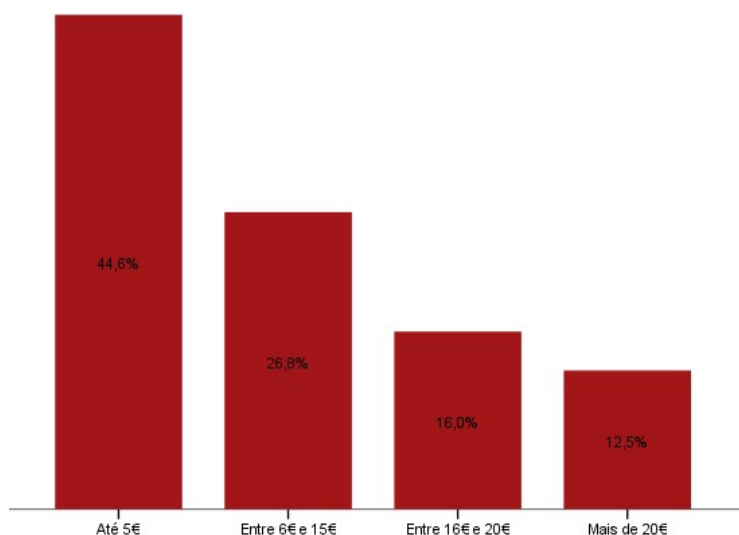


Figura 41. Valor médio mensal gasto com livros e outro material escolar  
 Fonte: Questionário aos estudantes

Os resultados inerentes às despesas com saúde (Figura 42) mostram que a maioria afirma não ter tido despesas neste âmbito (55,4%). No entanto, 15,0% (n=61) afirmou gastar mais de 20€/mês e 14,3% (n=58) referiu ter um gasto situado entre 6€/mês e 10€/mês. Neste sentido, o nível médio das despesas de saúde efetuadas pelos estudantes, correspondente a 12,77€/mês ( $\pm 28,61\text{€/mês}$ ), é considerado um valor baixo, realidade que se compreende atendendo à média de idades dos estudantes.

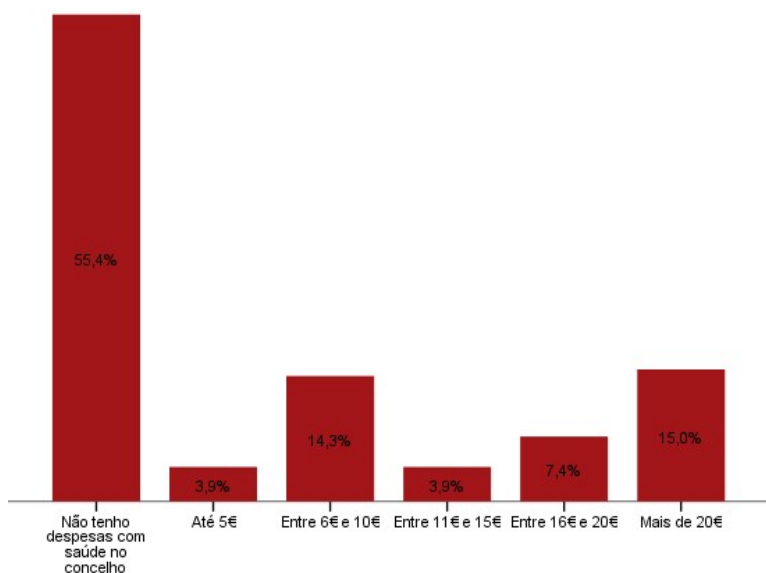


Figura 42. Valor médio mensal gasto com despesas de saúde  
 Fonte: Questionário aos estudantes

Pelos resultados obtidos, no que respeita às atividades de lazer (especificamente filmes, bares, discotecas, saídas noturnas, entre outros), é possível verificar uma acentuada variabilidade dos montantes gastos (Figura 43), ou seja, 24,9% (n=121) gastam um valor inferior a 5€/mês, 20,2% (n=98) gastam um valor mensal acima dos 30€ e 19,1% (n=93) referem

gastar, por mês, entre 16€ e 20€; em contrapartida, 3,7% (n=18) respondeu gastar, mensalmente, entre 21€ e 25€ (Figura 43).

Em média, o gasto mensal dos estudantes do Politécnico de Leiria em atividades de lazer fixa-se nos 24,41€ ( $\pm 30,63\text{€}$ ).

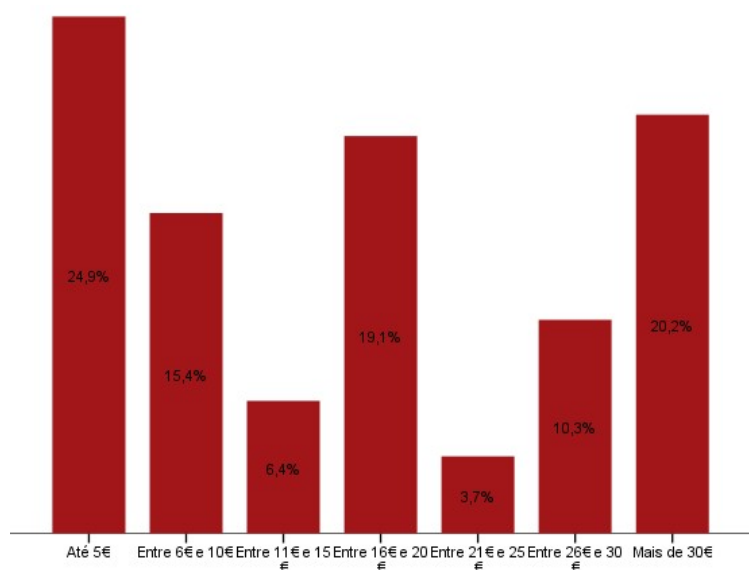


Figura 43. Valor médio mensal gasto com atividades de lazer

Fonte: Questionário aos estudantes

Os bens pessoais são igualmente despesas correntes dos estudantes e abrangem um conjunto diversificado de bens como roupa, artigos de higiene, entre outros. Em concreto, responderam a esta questão 470 estudantes da amostra (respostas válidas), que se distribuem, relativamente aos valores médios mensais gastos, da seguinte forma (Figura 44): 35,5% (n=167) gastam até 10€ em bens pessoais; 28,1% (n=132) gastam entre 11€ e 20€; 13,4% (n=63) gastam entre 41€ e 50€. Em média, os gastos dos estudantes em bens pessoais são de 27,68€, valor ao qual corresponde um desvio padrão de 31,13€.

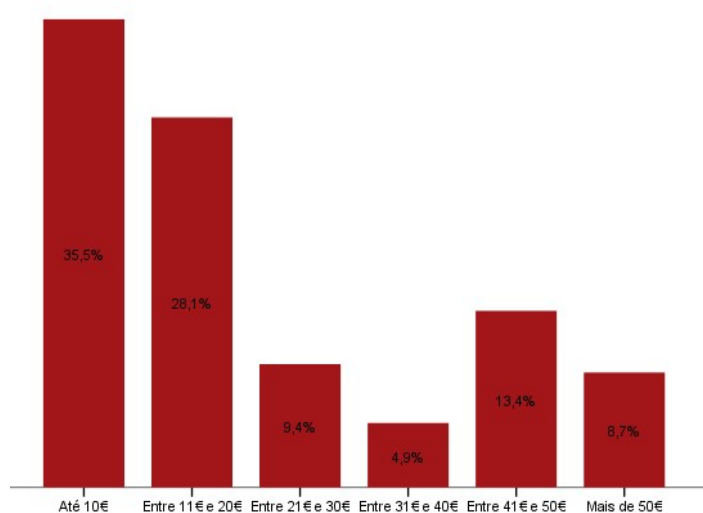


Figura 44. Valor médio mensal gasto com despesas de bens pessoais

Fonte: Questionário aos estudantes

No que se refere aos consumos de material informático e internet, pode observar-se que na maioria das situações não há despesas dessa natureza (58,3%; n=229) (Figura 45). No entanto, para os que declararam despesas, foi possível observar que a média dos gastos em material informático e internet é de 12,10€.

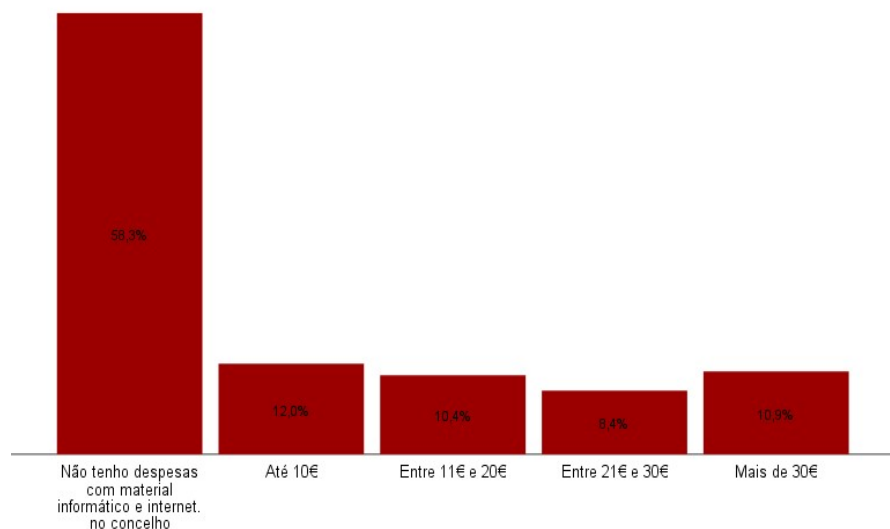


Figura 45. Valor médio mensal gasto com despesas de material informático

Fonte: Questionário aos estudantes

Atualmente, estudar no ensino superior em Portugal implica também a disponibilização de determinado montante para fazer face a despesas com propinas e taxas de exames. O valor das propinas no ensino superior público é fixado por lei<sup>56</sup>. No ano letivo 2017/2018, o Despacho n.º 188/2017, de 19 de julho de 2017, do Politécnico de Leiria determinou a propina a aplicar aos cursos nos seguintes montantes:

- Cursos de 1.º Ciclo para estudantes nacionais e pertencentes aos Estados Membros da União Europeia - 1040€;
- Cursos de 2.º Ciclo para estudantes nacionais e pertencentes aos Estados Membros da União Europeia - 1040€ para os abrangidos pelo n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 107/2008 (indicado pela Direção Geral do Ensino Superior), 2000€ para os mestrados da área da saúde e 1140€ para os restantes;
- Cursos Técnicos Superiores Profissionais - 940€.

As propinas e taxas pagas pelos estudantes do Politécnico de Leiria são efetivamente uma despesa de relativo impacto, embora não seja uma realidade exclusiva desta instituição de ensino superior pública<sup>57</sup>. Neste caso em concreto, a maioria dos estudantes (68,1%; n=392) declara um gasto mensal situado no intervalo de valores entre os 100€ e os 125€ (Figura 46). Com menor expressividade surgem os intervalos situados entre 76€ e 100€ com 17,7% dos estudantes

<sup>56</sup> Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto – Financiamento do Ensino Superior, com alterações introduzidas pela Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto).

<sup>57</sup> As despesas com propinas, taxa de matrícula e outras taxas (despesas de educação) foram igualmente objeto de análise por Cerdeira, L., Cabrito, B., Patrocínio, T., Machado, M. L., Brites, R., Curado, A. P., Doutor, C. (2018). Custos dos estudantes do ensino superior português - Relatório CESTES 2: Para a compreensão da condição social e económica dos estudantes do ensino superior. Lisboa: Educa. Neste estudo encontram-se outros dados para uma caracterização mais vasta da condição socioeconómica dos estudantes do ensino superior, bem como dos custos de vida e de educação.



(n=102) e mais de 125€ (9,5%; n=55). O valor médio apurado para os custos com propinas e taxas dos 576 estudantes da amostra que responderam a esta questão é de 105,30€.

É de referir que, para além das propinas, para frequentar o ensino superior os estudantes têm igualmente gastos com diversas taxas, nomeadamente taxas de matrícula e de inscrição em exames, previstos em regulamentação própria das instituições de ensino superior portuguesas.

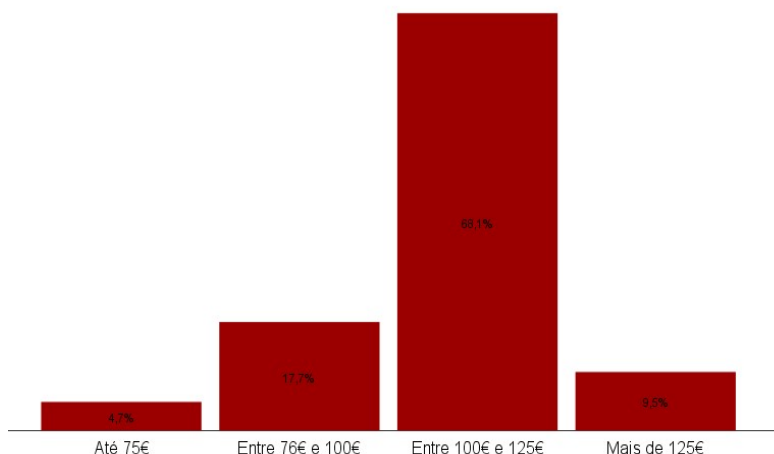


Figura 46. Valor médio mensal gasto com despesas de propinas e taxas

Fonte: Questionário aos estudantes

Na categoria “outras despesas” (Figura 47) sem considerar despesas com transportes, 54,7% (n=181) dos estudantes inquiridos revelaram não ter qualquer outra despesa no concelho. Dos que referem ter outras despesas, em média, há um gasto no valor de 25,99€.

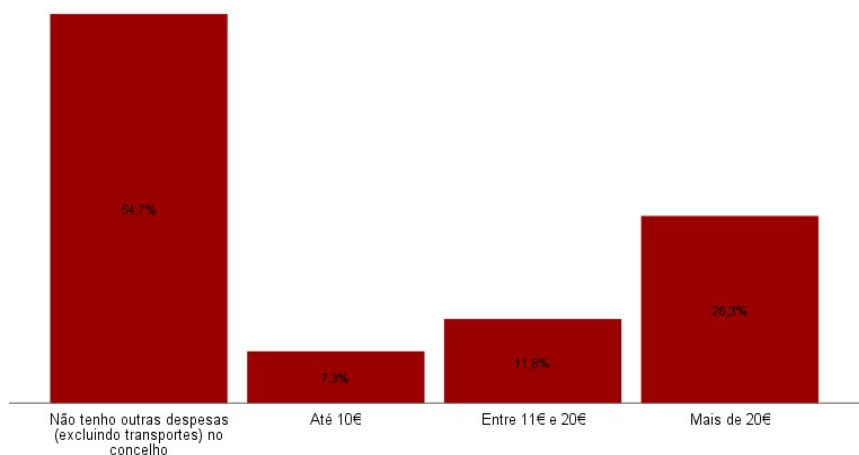


Figura 47. Valor médio mensal gasto com outras despesas

Fonte: Questionário aos estudantes

Os estudantes inquiridos também apresentam despesas com os transportes, quer quando utilizam transporte próprio, quer quando recorrem a transporte público ou ainda, dado a proximidade, se deslocam a pé para trabalhar no Politécnico de Leiria. Os estudantes distam da Escola frequentada entre 2 a 5 km, em 35,6% (n=242) dos casos e menos de 2 km em 32,5% (221) (Figura 48). Porém, 14,6% (n=99) dista das instalações da Escola onde estuda mais de 20 km.

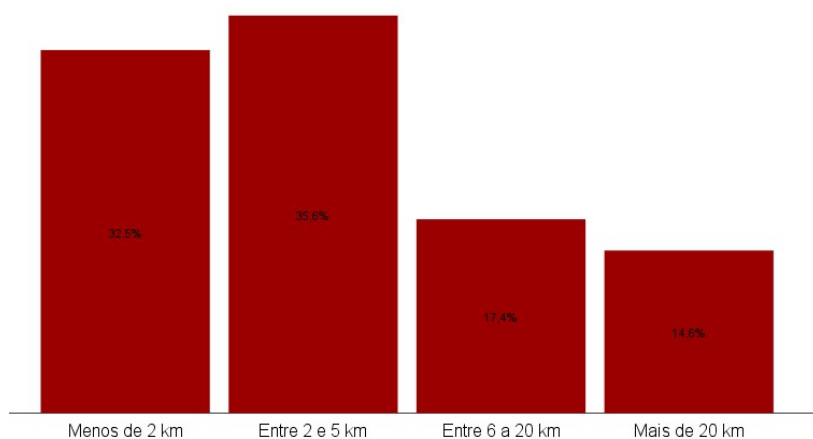


Figura 48. Distância entre a residência e o Politécnico de Leiria

Fonte: Questionário aos estudantes

O transporte próprio é o principal meio utilizado pelos estudantes da amostra entre a residência e a respetiva Escola do Politécnico de Leiria onde estuda, no período letivo (45,3%; n= 306). O transporte público é apenas utilizado por 13,2% (n=89) dos inquiridos. Por outro lado, os estudantes que residem na proximidade das instalações das Escolas do Politécnico de Leiria, que neste caso representam 37,5% (n=253), fazem o percurso a pé (Figura 49).

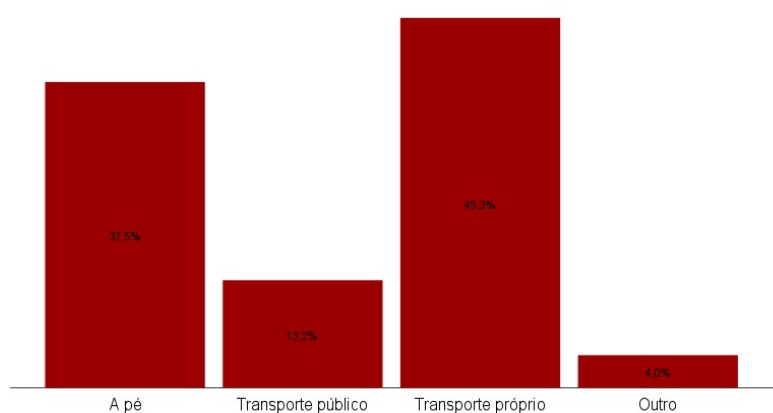


Figura 49. Principal meio de transporte utilizado entre a residência e o Politécnico de Leiria

Fonte: Questionário aos estudantes

Nas deslocações entre a residência e a Escola onde frequenta o curso, no período letivo, no caso de não possuir transporte próprio, o gasto médio mensal dos estudantes inquiridos situa-se nos 25,78€ (este valor contempla as despesas com bilhete de autocarro ou de táxi ou ainda a participação em boleias). Observa-se que na distribuição desses gastos por classes, sobressaem com 38,6% (n=249) os estudantes que não têm gastos desta natureza e os que referem gastos inferiores a 25€ (29,6%; n=191). Somente 6,7% (n=43) dos estudantes da amostra apontam gastos com transportes de valor superior a 100€ (Figura 50).

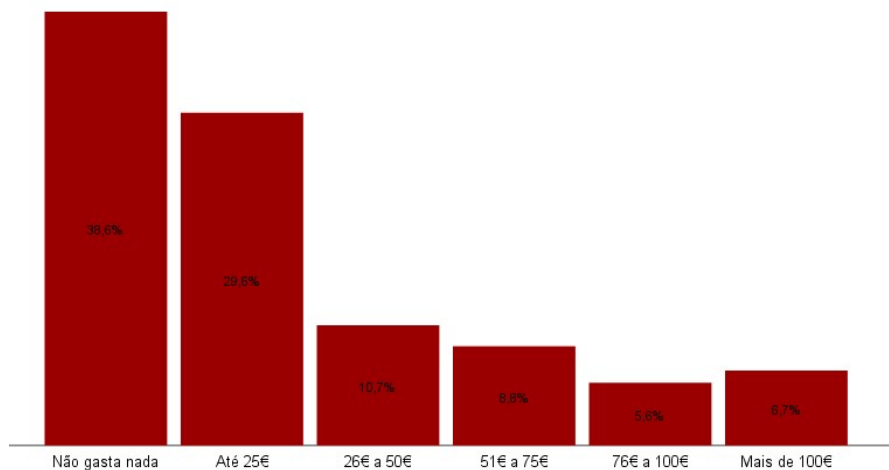


Figura 50. Gastos médios mensais com a deslocação entre a residência e a Escola  
 Fonte: Questionário aos estudantes

No caso das deslocações dos estudantes entre a residência no período letivo e a casa de família, o valor médio mensal apurado situa-se nos 39,91€, considerando, para o efeito, os bilhetes de autocarro ou táxi e a partilha em boleias. A análise detalhada por classes da distribuição das respostas dos 682 estudantes inquiridos (Figura 51), destaca, mais uma vez, as respostas “não gasta nada” (28,1%; n=170) e um valor inferior a 25€ (19,7%; n=119). Neste caso em particular, a percentagem de estudantes com gastos de valor acima de 100€ é superior (12,6%; n=76) à registada na questão anterior.

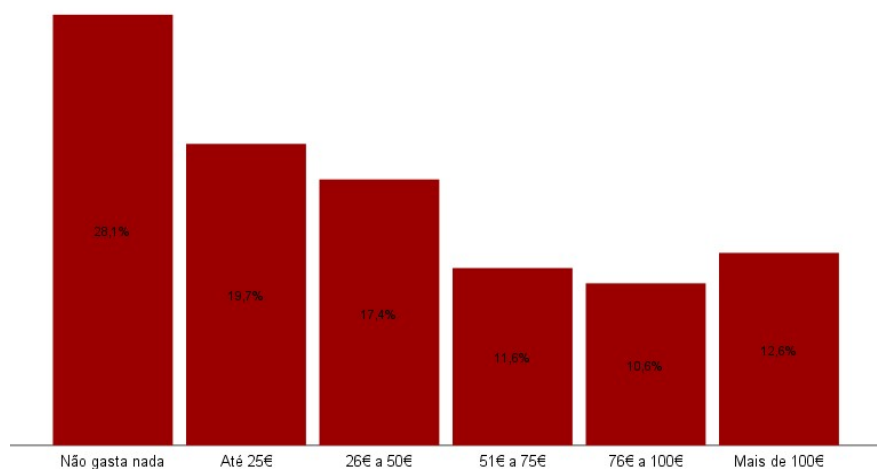


Figura 51. Gastos médios mensais com a deslocação entre a residência no período letivo e a casa de família  
 Fonte: Questionário aos estudantes

A média dos gastos mensais dos estudantes com transporte próprio para as suas deslocações, incluindo nesse valor as despesas associadas não só a combustível, mas também à manutenção, reparação, seguro, portagens entre outros, situa-se nos 85,87€/mês.

Pelos resultados obtidos, 20% (n=60) dos estudantes suportam um gasto mensal entre 76€ e 100€, 18% (n=54) entre 51€ e os 75€ e 16% (n=48) entre os 26€ e os 50€, representando estes três intervalos 54% (n=162) das respostas dadas (Figura 52).

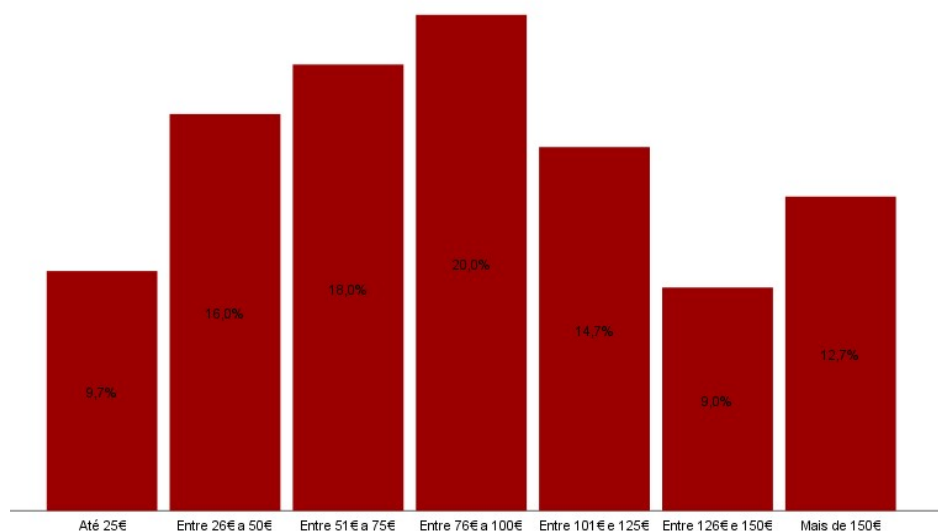


Figura 52. Gastos médios mensais com utilização de meio de transporte próprio

Fonte: Questionário aos estudantes

A Tabela 22 apresenta um resumo da informação recolhida junto dos estudantes inquiridos em relação aos gastos médios mensais segundo a tipologia de bens consumidos. No geral, sobressaem as três principais categorias de gastos, como sendo aqueles que mais peso têm na percentagem de gastos totais, comparativamente com as outras e pela seguinte ordem, em primeiro lugar surgem as despesas com alojamento (24,32%), seguindo-se as despesas com propinas e taxas (23,32%) e as despesas com alimentação (17,06%).

Tabela 22. Resumo dos gastos médios mensais dos estudantes no concelho onde estudam por categoria<sup>58</sup>

	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	% gastos totais
Alojamento	153,57	55,162	20	500	24,32
Alimentação	81,29	61,348	5	500	17,06
Livros e outro material escolar	18,03	16,73	1	150	2,19
Despesas de saúde	28,65	37,211	1	250	1,99
Atividades de lazer (filmes, bares, discotecas, saídas noturnas, etc.)	29,73	31,38	1	300	4,56
Bens pessoais (roupa, artigos de higiene, etc.)	32,37	31,328	2	200	5
Material informático e Internet	29,01	24,054	3	100	1,83
Propinas, taxas de matrícula, taxas de exames, etc.	108,31	42,372	1	350	23,32
Outras despesas (sem transportes)	57,35	89,49	4	850	3,31
Bens intangíveis	92,19	82,642	2	600	16,41
Transportes (residência- Politécnico Leiria)	25,78				
Transporte (casa família-Politécnico Leiria)	39,91				
Transporte (próprio)	85,87				

Fonte: Questionário aos estudantes

<sup>58</sup> excluindo respostas de valor "0"

Além das questões sobre gastos colocadas aos estudantes, foi-lhes solicitado também que se pronunciassem relativamente à satisfação com a situação financeira atual (Figura 53). Em 55,3% (n=373) das respostas, os estudantes classificam-na como “suficiente”, isto é, uma situação financeira que permite fazer face às despesas. Porém, em 18,5% (n=125) dos estudantes, a situação financeira foi classificada como “insuficiente” ou “muito insuficiente”, implicando inclusive cortes nas despesas, recurso a empréstimo ou a utilização de poupanças para fazer face aos encargos mensais enquanto estudante do ensino superior. No lado oposto, situam-se 26,1% (n= 176) dos estudantes da amostra, que consideram a sua situação financeira como “boa” ou “muito boa”, o que garante não ter que fazer qualquer restrição ao nível das despesas e permite até gerar alguma poupança.

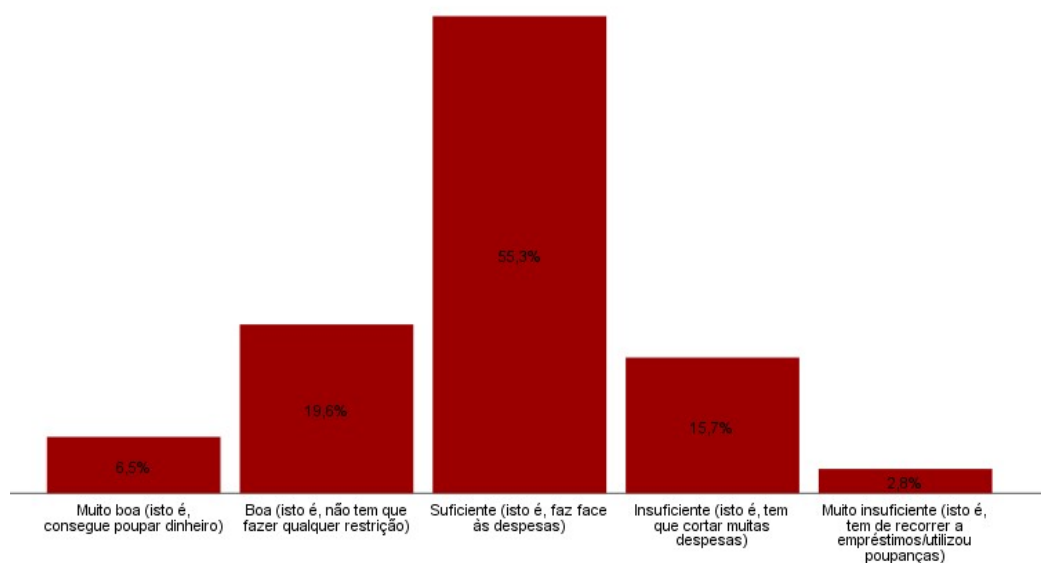


Figura 53. Avaliação da situação financeira pelos estudantes

Fonte: Questionário aos estudantes

A Tabela 23 apresenta os dados que permitem a análise de uma possível associação entre a situação financeira dos estudantes e algumas variáveis, nomeadamente o sexo, situação em que não se verifica associação estatisticamente significativa entre o sexo/género dos estudantes e a sua situação financeira<sup>59</sup>; relativamente à mudança (ou não) de concelho para estudar, trata-se de uma variável com associação estatisticamente significativa com a situação financeira<sup>60</sup>; no que se refere à condição perante o ensino (estudante ou não-estudante) é uma variável independente da situação financeira dos estudantes<sup>61</sup>; entre a idade e a situação financeira dos estudantes constata-se não haver associação estatisticamente significativa<sup>62</sup>, e por último, entre o rendimento líquido mensal do agregado familiar e a situação financeira dos estudantes há associação estatisticamente significativa<sup>63</sup>.

Em suma verifica-se que a situação financeira dos estudantes da amostra é independente das variáveis sexo, condição perante o ensino (estudante ou trabalhador-estudante) e idade. Contudo, não é independente da mudança ou não de concelho para estudar e do rendimento disponível do agregado familiar.

<sup>59</sup> Teste Qui-Quadrado,  $X^2=0,074$ ;  $p\text{-value}>0,05$

<sup>60</sup> Teste Qui-Quadrado,  $X^2=0,000$ ,  $p\text{-value}<0,05$

<sup>61</sup> Teste Qui-Quadrado,  $X^2=0,071$ ,  $p\text{-value}>0,05$

<sup>62</sup> Teste Qui-Quadrado,  $X^2=0,178$ ,  $p\text{-value}>0,05$

<sup>63</sup> Teste Qui-Quadrado,  $X^2=0,000$ ,  $p\text{-value}<0,05$

Tabela 23. Associação entre a situação financeira e as diferentes variáveis consideradas

		Situação financeira dos estudantes <sup>64</sup>					Total
		Muito boa	Boa	Suficiente	Insuficiente	Muito insuficiente	
Sexo	Feminino	18	73	222	68	9	390
	Masculino	26	59	151	38	10	284
Mudou de concelho?	Sim	18	66	224	78	13	339
	Não	26	66	149	28	6	275
Condição perante o ensino	Estudante	41	121	332	89	14	597
	Trabalhador-Estudante	3	11	41	17	17	77
Idade - classes	<= 19 anos	22	71	158	36	5	292
	Entre 20 e 22 anos	16	40	155	50	9	270
	Entre 23 e 25 anos	4	14	36	12	4	70
	26 ou mais anos	2	7	23	8	1	41
Rendimento líquido médio mensal disponível do agregado familiar	Até 580€	1	4	36	26	4	71
	Entre 581€ e 1000€	5	30	94	29	3	161
	Entre 1001€ e 1500€	8	22	99	26	6	161
	Entre 1501€ e 2000€	4	20	44	6	1	75
	Entre 2001€ e 2500€	4	13	25	4	0	46
	Entre 2501€ e 3000€	6	11	11	2	1	31
	Entre 3001€ e 3500€	2	6	5	0	0	13
	Entre 3501€ e 4000€	3	5	1	1	0	10
	Entre 4001€ e 5000€	1	3	1	0	0	5
Mais de 5000€	2	2	3	0	2	9	

Fonte: Questionário aos estudantes

No âmbito da análise às condições de vida dos estudantes, serão considerados os dados relacionados com as visitas aos estudantes por familiares e/ou amigos e o período de estadia destes, nos concelhos de implantação das Escolas do Politécnico de Leiria. Os gastos realizados no período em que se concretizam as visitas têm, segundo o Modelo ACE adotado pelo presente estudo, influência direta nos fluxos monetários locais, logo no impacto que o Politécnico de Leiria tem na região, em termos económicos.

Assim, segundo a informação recolhida pelo inquérito, os estudantes que mudaram de residência recebem visitas de familiares e/ou amigos menos de 5 vezes por ano em 37,1% (n=162) dos casos e mais de 6 vezes em 22,3% (n=89) (Figura 54). Adicionalmente, foi possível registar que, em média, os estudantes recebem visitas 6 vezes ao ano, sendo a duração média de cada visita 38 horas no concelho de implantação das Escolas do Politécnico de Leiria.

<sup>64</sup> Muito boa (isto é, consegue poupar dinheiro);  
Boa (isto é, não tem que fazer qualquer restrição);  
Suficiente (isto é, faz face às despesas);  
Insuficiente (isto é, tem que cortar muitas despesas);  
Muito insuficiente (isto é, tem de recorrer a empréstimos/utilizou poupanças).

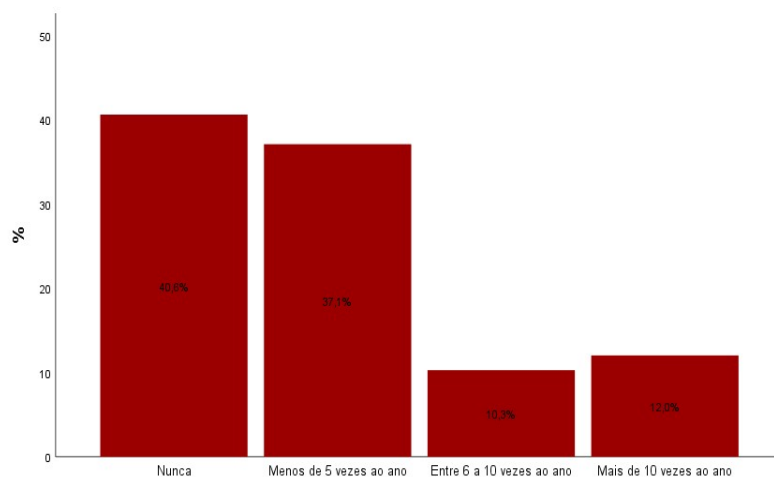


Figura 54. Frequência das visitas recebidas pelos estudantes inquiridos que mudaram de residência  
 Fonte: Questionário aos estudantes

Uma análise mais detalhada relativa à distribuição das visitas aos estudantes inquiridos, permite verificar que 53,8% (n=126) permanece menos de 24 horas, 33,8% (n=79) permanece entre 24 horas e dois dias e apenas 12,4% (n=29) prolonga a estadia em três ou mais dias (Figura 55). A tendência do fluxo de visitas, no caso dos estudantes, assenta na deslocação destes, com alguma regularidade, à casa dos pais/familiares e não o contrário.

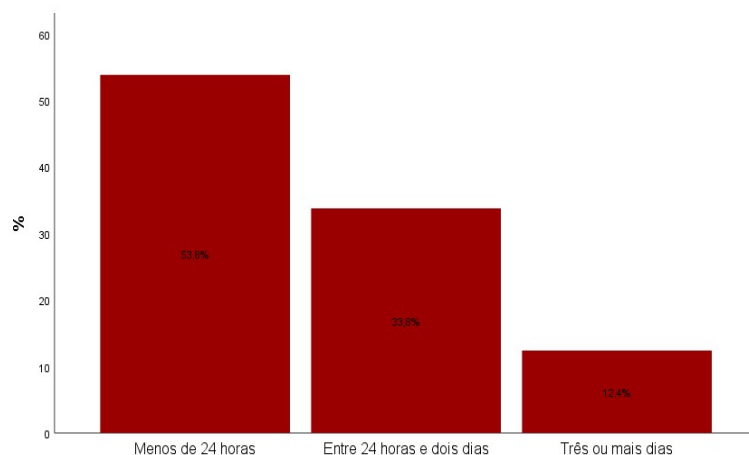


Figura 55. Duração das visitas recebidas pelos estudantes que mudaram de residência  
 Fonte: Questionário aos estudantes

A expressão dos gastos médios das vistas recebidas pelos estudantes inquiridos que mudaram de residência para estudar no Politécnico de Leiria demonstra que 73,6% (n=162) das respostas confirmam gastos médios inferiores a 50€ e 15% (n=33) entre 51€ e 75€. Os gastos superiores a 76€ são realizados em 11,4% (n=25) das visitas (Figura 56).

Em média as visitas gastam nos territórios abrangidos pelos concelhos das Escolas do Politécnico de Leiria 40,47€/dia, contribuindo desta forma para a dinâmica económica local.

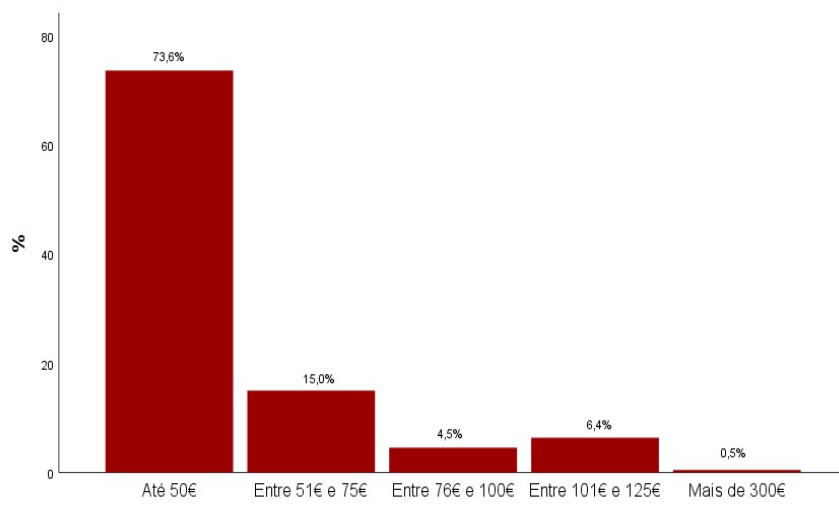


Figura 56. Gasto médio das visitas recebidas pelos estudantes que mudaram de residência  
Fonte: Questionário aos estudantes



## 4.7 MOBILIDADE INTERNACIONAL

O fenómeno da internacionalização das instituições de ensino superior é hoje um desafio que marca a estratégia de ação presente e futura. É, igualmente, um imperativo que decorre do contexto da globalização da economia e da competitividade, com repercussões no setor da educação e do ensino superior em Portugal e no mundo.

A União Europeia tem sensibilizado as IES dos Estados Membros a avançar com ações de estímulo à sua internacionalização através da promoção da mobilidade internacional de estudantes, professores, investigadores e pessoal técnico e administrativo e da cooperação estratégica institucional, entre outras<sup>65</sup>. Em suma, a internacionalização está ancorada na criação de alianças estratégicas com outras instituições de ensino superior, sobretudo de outras geografias, de modo a promoverem a sua visibilidade internacional que, de outra forma, seria mais difícil.

Por seu turno, o Politécnico de Leiria tem tido a internacionalização como uma das principais estratégias de atuação nos últimos anos, tendo identificado a mobilidade de estudantes (*incoming* e *outgoing*) e docentes como área prioritária, bem como a promoção de protocolos assentes na dinamização de projetos conjuntos de investigação e de transferência/partilha de conhecimento.

Da informação recolhida junto dos estudantes inquiridos no Politécnico de Leiria, verifica-se que apenas 5,3% (n=36) dos estudantes da amostra frequentaram uma instituição de ensino superior no estrangeiro. Deste universo, 4 estudantes (11,1%) participaram no Programa Erasmus+, 4 estudantes (11,1%) participaram noutro programa da UE e 7 estudantes (19,4%) estudaram numa instituição de ensino superior estrangeira ao abrigo do Estatuto de Estudante Internacional (Figura 57).

Em suma, apesar da disseminação de informação junto da comunidade académica, as experiências de mobilidade no estrangeiro ainda são pouco expressivas como se pode confirmar pelo retorno dos estudantes.

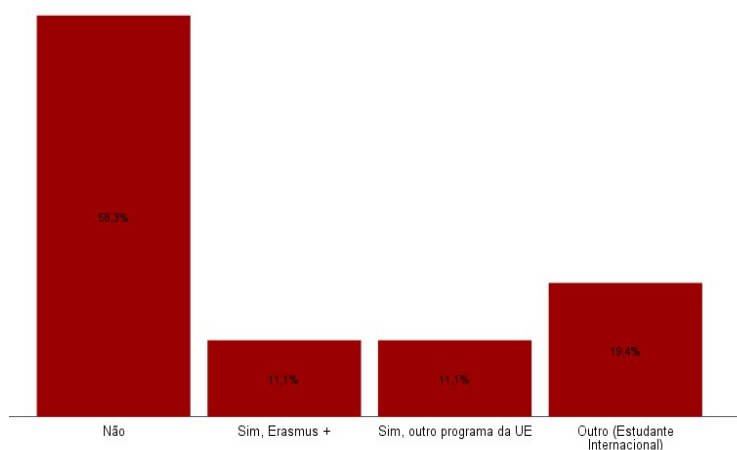


Figura 57. Frequência de instituições de ensino superior no estrangeiro

Fonte: Questionário aos estudantes

<sup>65</sup> A elaboração da introdução desta seção teve a sua inspiração no Relatório do Grupo de Trabalho MADR/MEC: “Uma Estratégia para a Internacionalização do Ensino Superior Português – Fundamentação e Recomendações”, maio 2014. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/media/1545745/201450926%20mec%20Internacionalizacao%20Ensino%20Superior.pdf>.

Por último, pretendeu-se saber da vontade e/ou interesse dos atuais estudantes em permanecer ou não na região após a conclusão do seu ciclo de estudos (Tabela 24), observando-se os seguintes resultados: 27,5% (n=146) dos estudantes da amostra fazem depender a sua escolha do local onde ocorra a sua inserção profissional, opção esta que está em sintonia com os 20,8% (110) dos estudantes que afirmam ter a intenção de permanecer na região, se “conseguir encontrar emprego”, 21,5% (n=114) dos estudantes têm intenção de regressar ao seu concelho de origem e 6,2% (n=33) dos estudantes da amostra pretendem manter-se na região de onde são naturais. Por último, 5,7% (n=30) dos estudantes inquiridos pretendem manter-se na região para “continuar a sua formação na instituição”.

Tabela 24. Intenção futura de residir no concelho após conclusão do curso

<b>Intenção futura de residir no concelho, após conclusão do curso</b>	<b>N.º</b>	<b>%</b>
Sim, se conseguir encontrar emprego	110	20,8
Sim, porque é natural do concelho e não pretende mudar	33	6,2
Sim, porque já constituiu família neste concelho	4	0,8
Sim, porque pretende continuar a sua formação na instituição	30	5,7
Não, porque pretende regressar ao concelho de onde é natural	114	21,5
Não porque pretende estudar/trabalhar no estrangeiro	93	17,5
Irá para onde encontrar emprego	146	27,5
<b>Total</b>	<b>530</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Questionário aos estudantes

## 4.8 SÍNTESE DA ANÁLISE - ESTUDANTES

Em síntese, poder-se-á caracterizar a amostra dos estudantes participantes no estudo através dos seguintes indicadores:

- Os estudantes que participaram no estudo são na sua maioria mulheres (57,8%), tem uma idade média de 20 anos. Os estudantes do género masculino representam 42,2% da amostra e têm em média 21 anos.
- Os estudantes a tempo integral representam a maioria (88,7%; n=605) dos estudantes inquiridos.
- A área de estudos predominante difere consoante o género. No género masculino 49,7% da amostra respondeu integrar um curso na área das Ciências, Engenharias e Tecnologias. No género feminino 27,9% da amostra respondeu frequentar um curso na área de Economia e Finanças e 24,4% a área de Serviços, Ciências Sociais e Humanísticas.
- Os trabalhadores-estudantes inquiridos (11,3%) têm uma idade média de 25 anos, acima da idade média dos estudantes a tempo integral.
- A principal via de acesso ao ensino superior dos estudantes da amostra é o Concurso Nacional de Acesso – Contingente Geral: 78,4%.
- A condição dos pais dos estudantes da amostra perante o emprego é maioritariamente “empregado/a”, com 74,0% no caso da mãe e 72,8% no caso do pai; o desemprego no agregado familiar é mais significativo no feminino (mãe desempregada: 9,8%) do que no masculino (pai desempregado: 5,5%).
- O padrão referente à escolaridade máxima agregada dos pais dos estudantes inquiridos remete para um destacado predomínio do Ensino Secundário (32,2%), seguido do Ensino Superior (21,6%) e do Ensino Básico – 3.º CEB (20,6%).
- Mais de metade das famílias dos estudantes inquiridos (55,3%, 323 agregados familiares) tem um rendimento mensal que oscila entre os 581€ e os 1500€. Porém 12,2% dos agregados familiares auferem um valor mensal igual ou inferior à Retribuição Mínima mensal (RMMG), que em 2018 era de 580€.
- A principal fonte de financiamento dos estudos referida pelos inquiridos é a família; em média cada estudante do Politécnico de Leiria dispõe de 260,88€ para fazer face às suas despesas.
- No universo dos estudantes inquiridos, 216 responderam ter uma bolsa escolar (não reembolsável), cujo valor médio deste apoio financeiro estatal situava-se nos 265,82€.
- Os estudantes que mudaram de residência para estudar no Politécnico de Leiria têm um gasto total médio mensal de 630,50€. Este montante compreende despesas, por ordem decrescente de valor, com alojamento (153,57€), propinas e taxas (108,31€), bens intangíveis (92,19€), consumíveis trazidos de casa dos pais/familiares), alimentação (81,29€), outras despesas (57,35€; sem transportes), bens pessoais (32,37€), atividades de lazer (29,73€), material informático e internet (29,01€), saúde (28,65€) e livros e material escolar (18,03€). Se ao valor do gasto total médio mensal se adicionarem as despesas com transportes residência-Escola e casa de família-Escola, o montante aumenta para 782,06€.
- Os estudantes que mudaram de residência para frequentar um curso no Politécnico de Leiria contribuem anualmente para a dinâmica da economia local com cerca de 377,44€ na sequência das visitas recebidas (familiares e/ou amigos).
- Dos estudantes da amostra, 27% tem intenção de permanecer na região após concluir os estudos no Politécnico de Leiria.

A Tabela 25 apresenta uma caracterização complementar da amostra dos estudantes inquiridos no Politécnico de Leiria.

Tabela 25. Caracterização síntese da amostra de estudantes inquiridos no Politécnico de Leiria

	<b>Homens (n=288; 42,2%)</b>	<b>Mulheres (n=394; 57,8 %)</b>
Idade média	21,24 anos	20,40 anos
Idade média dos estudantes ordinários	20,53 anos	19,97 anos
Idade média dos trabalhadores-estudantes	26,97 anos	23,69 anos
Número de anos de matrícula	1,47 anos	1,40 anos
Serviços, Ciências Sociais e Humanísticas	8,7%	24,4%
Ciências, Engenharias e Tecnologias	49,7%	18,8%
Saúde	3,8%	14,0%
Economia e Gestão	14,9%	27,9%
TeSP	21,2%	22,8%
Licenciatura	74,3%	67,8%
Mestrado	4,5%	9,4%
Estudantes ordinários	88,9%	88,6%
Estudantes trabalhadores	11,1%	11,4%
Estudantes oficialmente no 1º ano	67,7%	68%
Estudantes oficialmente no 2º ano	21,5%	24,9%
Estudantes oficialmente no 3º ano	8,7%	6,6%
Estudantes oficialmente no 4º ano	2,1%	0,5%
	<b>Estudante (n=605; 88,7%)</b>	<b>Trabalhador Estudante (n=77;11,3%)</b>
Percentagem masculina	42,3%	41,6%
Idade média	20,21anos	25,05anos
Número de anos de matrícula	1,40 anos	1,7 anos
Estudantes oficialmente no 1º ano	68,1%	66,2%
Estudantes oficialmente no 2º ano	24,1%	18,2%
Estudantes oficialmente no 3º ano	6,4%	13,0%
Estudantes oficialmente no 4º ano	1,0%	2,6%

Fonte: DSPDE - GPLAN e Questionário aos Estudantes

## 5 DOCENTES

### 5.1 COMPARAÇÃO DA AMOSTRA COM A POPULAÇÃO

Neste capítulo procedeu-se, à semelhança do anterior, à comparação entre a população de docentes e a amostra recolhida nas variáveis em análise: sexo, idade, categoria profissional, local de trabalho e tempo de serviço. Segue-se a caracterização pessoal e socioeconómica dos docentes inquiridos, no âmbito do estudo de impacto económico do Politécnico de Leiria no desenvolvimento da região.

A *Tabela 26* permite caracterizar a população (N=915) e a amostra (n=197) de docentes no estudo, no que respeita à variável sexo. Verificam-se diferenças que se traduzem numa população docente maioritariamente masculina (53,1%) por contraponto com uma amostra maioritariamente feminina (53,3%).

Tabela 26. Comparação entre a população e a amostra de docentes por sexo

Sexo	População		Amostra	
	N	%	n	%
Feminino	429	46,9	105	53,3
Masculino	486	53,1	92	46,7
Total	915	100	197	100

Fonte: DSPDE - GPLAN e Questionário aos Docentes

Na *Tabela 27* é possível traçar o retrato da amostra inquirida e da população docente no que se refere à idade. Observam-se semelhanças entre a população e amostra recolhida, quanto à distribuição segundo a classe etária, sendo os docentes em número/percentagem menos expressivo/a nas idades inferiores a 25 anos e superiores a 55 anos. A classe etária onde se verifica uma preponderância mais significativa de docentes a lecionar no Politécnico de Leiria é entre os 35 e os 45 anos, quer na população (49,3%; N=451), quer na amostra (51,3%; n=101). Salientar também a expressividade da classe etária entre os 45 e os 55 anos que representa 28,2% (n=258) da população de docentes e 31,5% (n=62) da amostra inquirida.

Tabela 27. Comparação entre a população e a amostra de docentes por classes de idades

Classes	População		Amostra	
	N.º	%	N.º	%
< 25 anos	14	1,5	3	1,5
[25, 35[	111	12,1	15	7,6
[35, 45[	451	49,3	101	51,3
[45, 55[	258	28,2	62	31,5
>= 55 anos	81	8,9	16	8,1
Total	915	100	197	100

Fonte DSPDE - GPLAN e Questionário aos Docentes

No caso dos docentes que responderam ao questionário, a idade média é de 44 anos ( $\pm 7,482$ ).

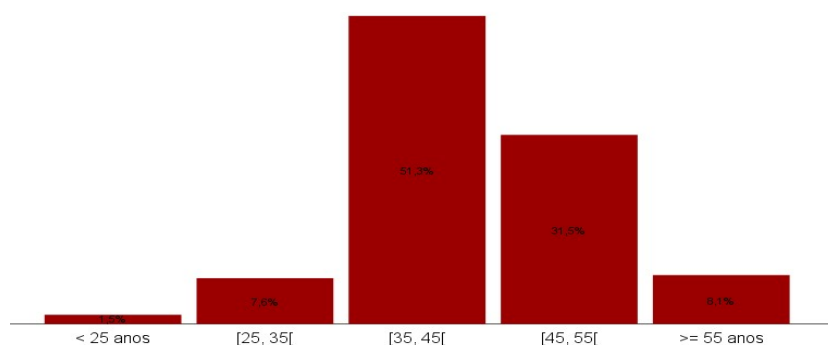


Figura 58. Distribuição dos docentes da amostra segundo a idade

Fonte: Questionário aos Docentes

Procedeu-se igualmente à comparação entre a amostra recolhida e a população dos docentes do Politécnico de Leiria, ao nível da categoria profissional. Pela observação da informação da *Tabela 28* confirma-se a prevalência da categoria profissional “Assistente convidado ou equiparado” que representa 42,6% (n=390) da população de docentes do Politécnico de Leiria, imediatamente seguida pela categoria “Professor-adjunto” que representa 41% (n=375). Em contrapartida, a categoria profissional mais representada na amostra é a de “Professor-adjunto” (66,5%; n=131), surgindo em segundo lugar a categoria “Assistente convidado ou equiparado” com 23,4% (n=46).

Tabela 28. Comparação entre a população e a amostra de docentes por categoria profissional

Categoria profissional	População		Amostra	
	N	%	n	%
Professor Coordenador Principal ou Professor Coordenador	49	5,4	7	3,6
Professor-adjunto	375	41,0	131	66,5
Assistente	6	0,7	4	2,0
Professor-adjunto convidado ou equiparado	92	10,1	9	4,6
Assistente convidado ou equiparado	390	42,6	46	23,4
Total	912		197	100
Outro <sup>66</sup>	3	0,3		
Total	915	100		

Fonte DSPDE - GPLAN e Questionário aos Docentes

Existem algumas diferenças entre os dados da população de docentes e os dados recolhidos pela amostra, no que diz respeito ao local onde exercem a função docente no Politécnico de Leiria. Os docentes da ESTG são os que estão maioritariamente representados na amostra (49,2%; n=97), correspondendo a 41,6% (N=381) da população docente. A ESECS é a segunda Escola mais representada no estudo com 19,3% (n=38) de docentes, sendo igualmente a Escola com o segundo maior número de docentes do universo Politécnico de Leiria (Tabela 29).

Tabela 29. Comparação entre a população e a amostra de docentes por local de trabalho

Local de trabalho	População		Amostra	
	N	%	n	%
ESAD.CR	126	13,8	14	7,1
ESECS	171	18,7	38	19,3
ESSLei	122	13,3	13	6,6
ESTG	381	41,6	97	49,2
ESTM	115	12,6	35	17,8
Total	915	100	197	100

Fonte DSPDE - GPLAN e Questionário aos Docentes

<sup>66</sup> 2 Monitores e 1 Professor requisitado do Ensino Básico/Secundário.

## 5.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

No item anterior foram expostos alguns dos principais aspetos caracterizadores da amostra do estudo, dos quais se destaca:

- 53,3% dos docentes são do género feminino;
- Têm idades que se situam principalmente na classe etária dos 35 aos 44 anos (51,3%);
- 66,5% tem a categoria profissional de Professor Adjunto.

Em relação às habilitações académicas dos docentes inquiridos (Figura 59) observa-se que o grau académico de doutor prevalece de forma bastante expressiva, ou seja, em 66,5% (n=131) da amostra. O mestrado e a licenciatura representam 32% (12,7%+19,3%; n=63) das habilitações académicas da amostra. Com menor expressividade, como se observa na Figura 59, aparece o Título de Especialista<sup>67</sup>, não obstante o Politécnico de Leiria ter 77 docentes Especialistas, no ano letivo 2017/2018.

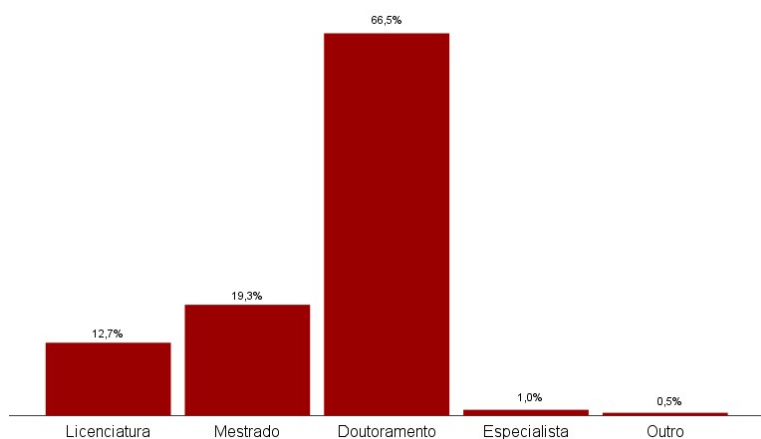


Figura 59. Distribuição dos docentes da amostra segundo a habilitação académica  
Fonte: Questionário aos Docentes

Uma das dimensões de análise do impacto económico do Politécnico de Leiria é determinado pelos gastos dos docentes, considerando a sua mudança ou não de residência para desempenhar a respetiva função docente, sendo essa uma das questões colocadas. Segundo os dados recolhidos, 60,6% (n=77) dos inquiridos não mudou de residência, isto é, a maioria dos docentes<sup>68</sup>.

A constituição do agregado familiar dos docentes inquiridos mais representativo compreende três (32,3%; n=41) ou quatro pessoas (31,5%; n=40), que representam os núcleos em que foi constituída família com um ou dois descendentes (Figura 60). De acordo com os docentes inquiridos cinco é o número máximo de pessoas no agregado familiar, o que

<sup>67</sup> Legislação aplicável: Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de agosto, que aprovou o Regime Jurídico do Título de Especialista a que se refere o artigo 48.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro.

<sup>68</sup> Do total da amostra (n=197), contabilizaram-se 70 respostas NS/NR (Omisso).

representa 2,4% (n=3). O agregado familiar constituído apenas pelo próprio docente que respondeu ao questionário representa, nesta amostra, 15% (n=19).

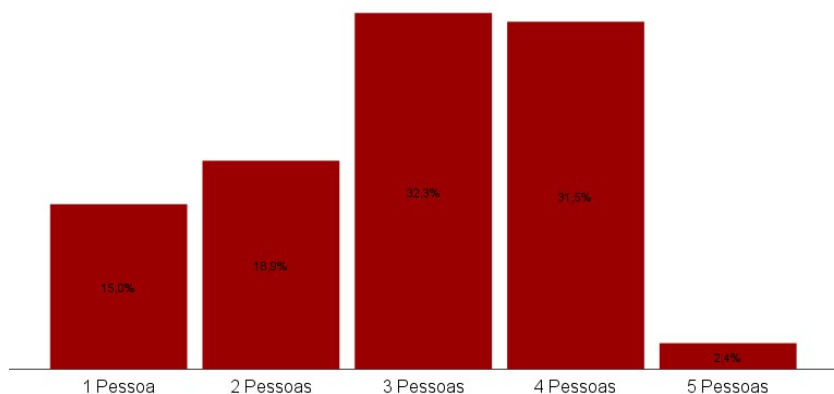


Figura 60. Distribuição dos docentes da amostra segundo a constituição do agregado familiar

Fonte: Questionário aos Docentes

Considerando a resposta dos docentes (n=90) que confirmam ter filhos, a maioria contabiliza dois filhos (60,6%; n=57). Assume, também, alguma expressividade o número de docentes com um filho (36,2%; n=34), em contraponto com o número residual de docentes com três filhos (3,2%; n= 3). A idade média do filho mais novo dos docentes é 10 anos ( $\bar{X}=10,18$ ) e os percentis 25, 50 e 75 encontram-se nos 4, 8 e 15 anos, respetivamente.



### 5.3 CONDIÇÕES DE VIDA

As condições de vida dos docentes são caracterizadas a partir das respostas obtidas pelo questionário, considerando os seguintes indicadores: habitação/tipo de alojamento, rendimento médio mensal do agregado familiar, gasto médio mensal, gasto médio das visitas e poupança média mensal do agregado familiar.

A maioria dos docentes que integraram a amostra do estudo residem em habitação própria, casa ou apartamento, como se pode confirmar por 82,2% (n=162) das respostas obtidas (Figura 61). Das 197 respostas, 21 docentes (10,7%) vivem em casa ou apartamento arrendado e apenas 5 docentes (2,5%) residem em quarto arrendado. Os dados recolhidos permitem ainda afirmar que 9 docentes (4,6%) residem em casa dos pais e/ou de familiares.

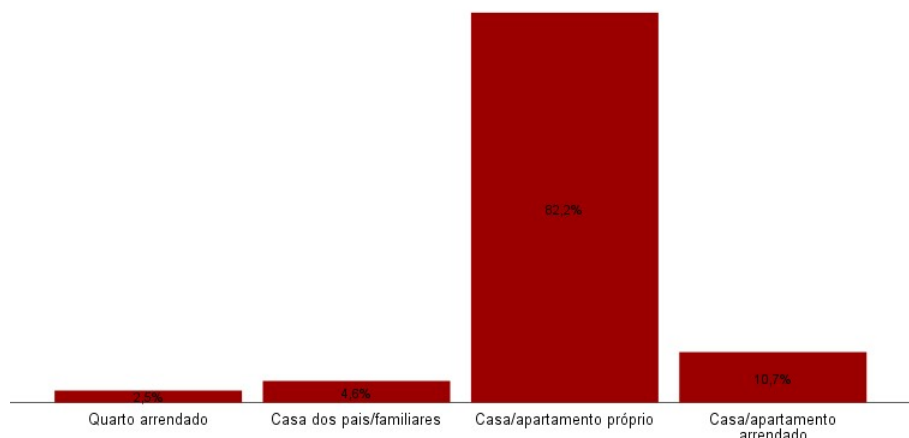


Figura 61. Distribuição dos docentes da amostra segundo o tipo de alojamento durante o período letivo  
Fonte: Questionário aos Docentes

Os docentes do Politécnico de Leiria foram igualmente indagados, neste estudo, sobre os seus rendimentos, mais propriamente, sobre o rendimento líquido do seu agregado familiar. Em média, os colaboradores contabilizam no seu agregado familiar, segundo as respostas da amostra, um rendimento líquido mensal no valor de 3.441,22€. Porém, em termos líquidos estima-se que este valor correspondera um rendimento médio mensal de 2.126,67€<sup>69</sup>. O intervalo de valores com maior número de respostas situa-se entre os 3.481€ e os 4.640€ (27,6%; n=53), imediatamente seguido pelos intervalos 2.321€ e 3.480€ (26%; n=50) e 1.161,00€ e 2.320,00€ (22,9%; n=44), como é observável no gráfico seguinte (Figura 62).

<sup>69</sup> O rendimento líquido foi estimado com base nos rendimentos líquidos médios mensais, aos quais foram aplicadas as respetivas taxas de retenção na fonte do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) e da contribuição obrigatória para a Segurança Social, em vigor para o ano de 2017. Disponível em <http://info.portaldasfinancas.gov.pt> e em <http://www.seg-social.pt>

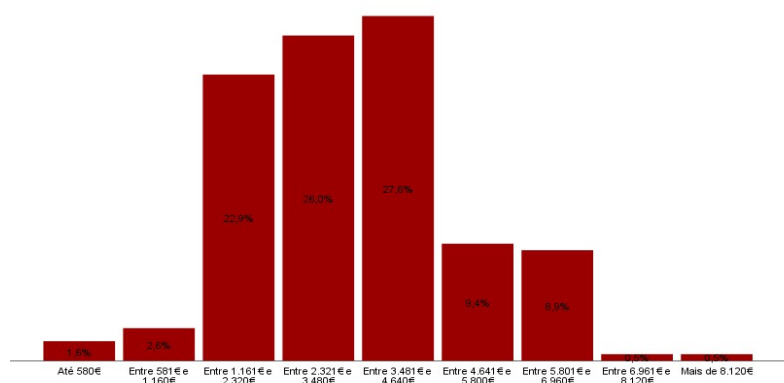


Figura 62. Rendimento ilíquido mensal do agregado familiar

Fonte: Questionário aos Docentes

Os dados expostos de seguida dizem respeito à análise dos gastos médios mensais dos agregados familiares dos colaboradores docentes do Politécnico de Leiria, considerando um conjunto de despesas de natureza diversa (categorias em estudo): alojamento, educação dos filhos, alimentação, livros e outro material escolar, saúde, atividades de lazer e bens pessoais.

Assim, considerando os inquiridos (n=158, excluindo respostas de valor “0”<sup>70</sup>) que referiram despesas com alojamento, incluindo nesta categoria a prestação do empréstimo ou renda, IMI – imposto municipal sobre imóveis e condomínio, verifica-se o gasto médio de 424,56€ por mês em alojamento para o agregado familiar ( $\pm 227,77€$  e com um valor mediano de 400€)<sup>71</sup>.

Como se observa na Figura 63 relativa à distribuição dos gastos médios mensais em alojamento do agregado familiar dos docentes, mais de metade das suas respostas situa-se nos gastos compreendidos nos intervalos entre os 201€ e os 600€ (61,2%; n=104). Com uma despesa média em alojamento até 200€ encontram-se 25,3% dos colaboradores.

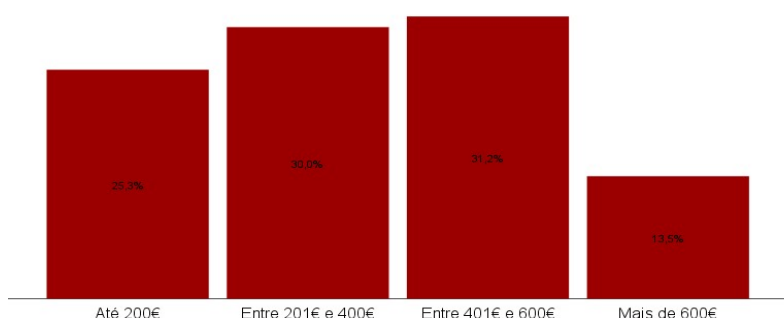


Figura 63. Gastos médios mensais do agregado familiar com alojamento

Fonte: Questionário aos Docentes

<sup>70</sup> Registados 27 casos omissos.

<sup>71</sup> Se forem consideradas as respostas de valor “0” (n=197) os valores médios relativos às despesas de alojamento diferem dos que são apresentados. Neste caso, o valor médio gasto em alojamento pelo agregado familiar é de 394,59€/mês, ao qual corresponde um desvio padrão de 245,132€/mês.

As despesas com a educação dos filhos, não considerando os gastos com livros e material escolar, não ultrapassam os 100€ para 29% (n=42) dos inquiridos da amostra; 22,1% das respostas apontam para gastos médios por mês entre 101€ e 200€. Porém, a Figura 64 testemunha que os intervalos de valores entre 201€ e 300€ e entre 301€ e 400€ obtiveram, no total, 51 respostas, representando 35,2% das respostas dadas.

Em termos médios cada agregado familiar<sup>72</sup> depende mensalmente 305€ com a educação dos filhos ( $\pm 241,14€$  e uma mediana de 250€). Acresce ainda a referência para os 25% da amostra de docentes com filhos no agregado (n=122) em que o encargo com a educação é de valor inferior a 150€/mês.

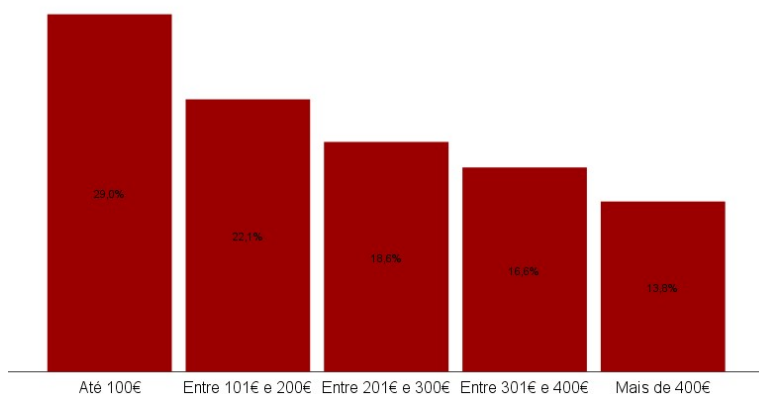


Figura 64. Gastos médios mensais do agregado familiar com a educação dos filhos  
Fonte: Questionário aos Docentes

A alimentação é uma das principais despesas dos agregados familiares portugueses (representa 20,2% do total de despesas familiares), absorvendo uma parte significativa do seu rendimento disponível, segundo dados publicados pelo PORDATA (INE, PORDATA: 2016), a partir do indicador despesas de consumo das famílias, por tipo de bens e serviços<sup>73</sup>.

No caso dos colaboradores docentes do Politécnico de Leiria, de acordo com os resultados do inquérito, 25,6% (n=43) dos agregados dos docentes inquiridos têm gastos com alimentação (Figura 65) que se situam entre os 201€ e os 300€, 24,4% entre 401€ e os 500€ (n=41) e 20,2% entre os 301€ e os 400€ (n=34). Contudo, é de mencionar as 22 respostas (13,1%) que apontam os 200€ como limite para os gastos médios mensais em alimentação.

Os dados anteriores permitem aferir a média mensal de gastos em alimentação no valor de 437,92€ ( $\pm 245,84€$ ). A amplitude de gastos do agregado da amostra situa-se entre os 100€ e os 2000€ em alimentação.

<sup>72</sup> Só foram considerados os inquiridos que indicaram ter filhos (n=122).

<sup>73</sup> Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016 (IDF 2015/2016) foi realizado pelo Instituto Nacional de Estatística entre março de 2015 e março de 2016. Disponível em [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

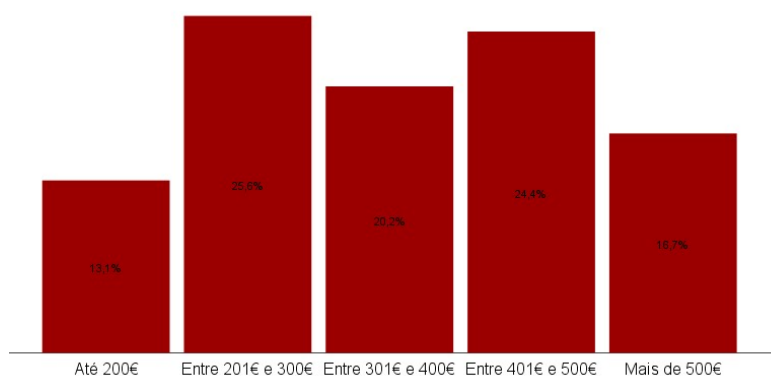


Figura 65. Gastos médios mensais do agregado familiar com alimentação  
 Fonte: Questionário aos Docentes

Relativamente aos gastos com livros e outro material escolar no agregado familiar, 43,3% dos colaboradores docentes do Politécnico de Leiria assumem que despendem mensalmente entre 26€ e 50€, e 27,7% relata gastar apenas até 25€ nesse tipo de despesas (Figura 66).

Em média, o agregado familiar dos docentes tem uma despesa mensal no valor de 68,08€ ( $\pm 78,27\text{€}$ ), variando entre o mínimo de 5€ e um máximo de 100€/mês.

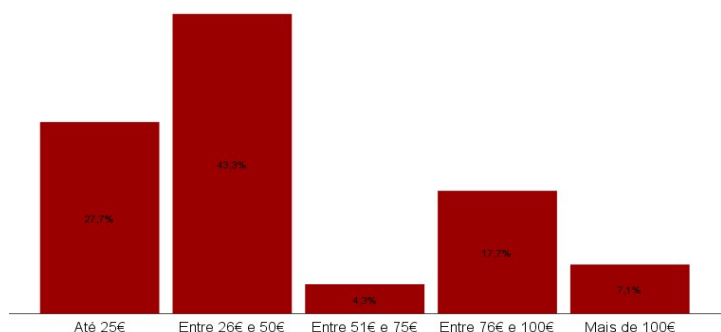


Figura 66. Gastos médios mensais do agregado familiar com livros e outro material escolar  
 Fonte: Questionário aos Docentes

Os valores gastos em saúde não são significativamente elevados no seio dos agregados familiares inquiridos pelo inquérito como ilustra a Figura 67. A maior percentagem de respostas está concentrada no intervalo de valores entre 26€ e 50€ com 32,1% (n=51), seguido pelas despesas acima dos 76€ mas que não ultrapassa os 100€ que regista 23,3% (n=37) das respostas. Acima dos 100€ foram registadas 33 respostas que representam 20,8% da amostra.

O cálculo do valor médio mensal de gastos em saúde situa-se em 97,61€, com mediana de 60€ e desvio padrão de 105,82€.

Este cenário, em termos de despesas de saúde, está alinhado com os gastos da população portuguesa em saúde no ano de 2016, segundo o IDEF 2015/2016, categoria de bens e serviços na qual se registou o valor mais baixo, quando comparado com as restantes despesas, no mesmo período.

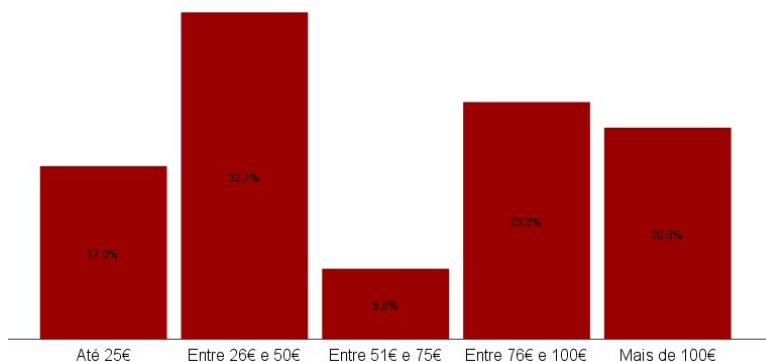


Figura 67. Gastos médios mensais do agregado familiar com saúde  
Fonte: Questionário aos Docentes

À semelhança do que acontece com os gastos em saúde, verifica-se que também nos gastos médios mensais em atividades de lazer da amostra predominam valores de despesa entre 26€ e 50€ (39,1% dos inquiridos; n=59), seguido dos gastos entre 76€ e 100€ em 20,5% das respostas. Em termos médios<sup>74</sup>, cada agregado familiar gasta mensalmente 87,47€ ( $\pm$  101,75€ e uma mediana de valor 50€) no consumo de atividades de lazer, como filmes, espetáculos, entre outros (Figura 68).

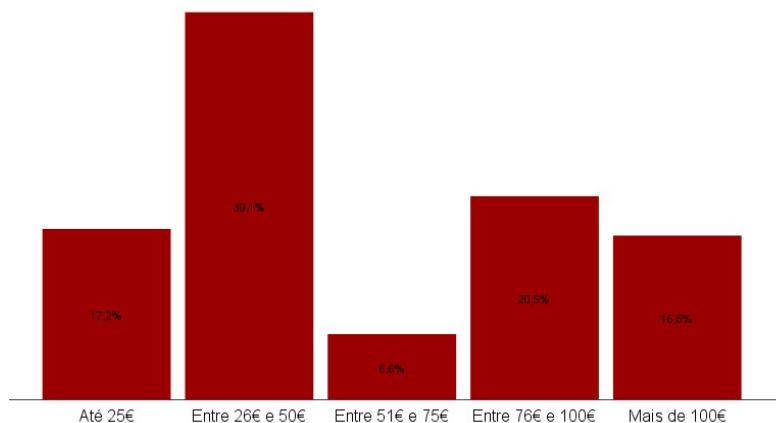


Figura 68. Gastos médios mensais do agregado familiar com atividades de lazer  
Fonte: Questionário aos Docentes

<sup>74</sup>Para n=144, exclui respostas de valor "0".

Caso a análise da amostra considerasse n=151, ou seja, incluindo as respostas de valor "0" os resultados evidenciam algumas diferenças, nomeadamente a média (83,41€) e o desvio padrão (101,048€).

Em relação aos gastos do agregado familiar em bens pessoais, 28,9% (n=46) da amostra dos docentes do Politécnico de Leiria, assumem que despendem mensalmente até 50€ do seu orçamento, para aquisição de roupa, artigos de higiene, entre outros. Por seu turno, 37,1% (n=59) afirma que os seus gastos neste tipo de bens de consumo se situa entre os 51€ e os 100€ (Figura 69). Em média, os agregados familiares apresentam gastos mensais nesta categoria de consumo no valor de 120,38€ (+90,61€).

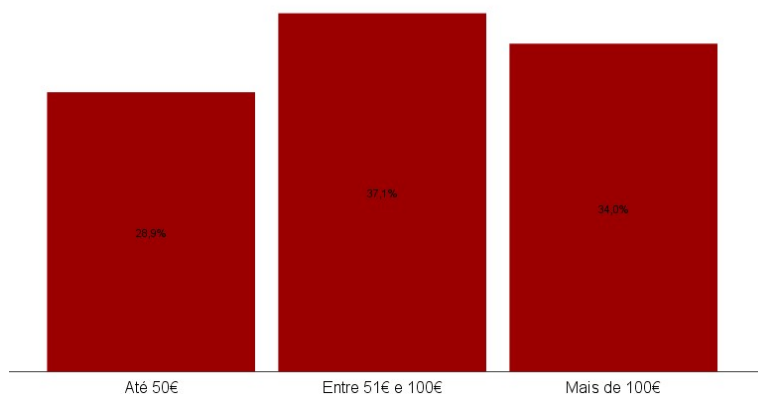


Figura 69. Gastos médios mensais do agregado familiar com bens pessoais  
Fonte: Questionário aos Docentes

As despesas correntes dos agregados familiares no consumo de eletricidade, gás, água e serviços de comunicações têm um impacto bastante significativo nos orçamentos familiares, testemunhado pelo valor médio de 221,24€ ( $\pm 102,99\text{€}$ ) no consumo deste tipo de gastos. A observação da distribuição das respostas dos inquiridos da amostra relativo a este tipo de consumos correntes (Figura 70) permite salientar que 45,6% (n=39) da amostra tem gastos médios mensais que variam entre os 101€ e os 200€ e 23,1% da amostra tem uma despesa em eletricidade, gás, água e serviços de comunicações com valores superiores a 300 €.

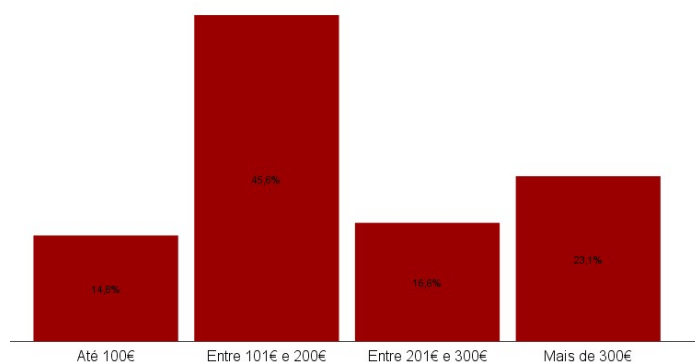


Figura 70. Gastos médios mensais do agregado familiar com despesas correntes  
Fonte: Questionário aos Docentes

Na Figura 71 estão apresentados os gastos médios mensais dos agregados na categoria “Outras despesas”, não abrangendo neste caso gastos com transportes, seguros e despesas com a educação dos adultos do agregado familiar. Em 52,4% (n=75) das respostas, o valor médio mensal dos gastos oscila entre 101€ e os 200€, em 16,8% (n=24) das respostas, o valor médio mensal dos gastos não ultrapassa os 100€, e em 14% (n=20) das respostas, o valor médio mensal dos gastos é superior a 300€.

A média do valor médio mensal dos gastos em outras despesas na amostra é de 206,30€ ( $\pm 151,82€$  e mediana de 150€).

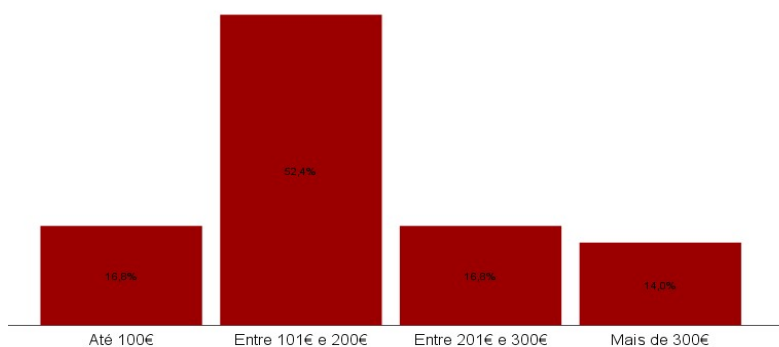


Figura 71. Gastos médios mensais do agregado familiar com outras despesas  
Fonte: Questionário aos Docentes

Foram também alvo de análise os gastos mensais dos colaboradores docentes com transportes na deslocação para o local de trabalho no Politécnico de Leiria. Os gastos médios mensais globais do agregado familiar são em média de 95,05€.

Do total de inquiridos (n=197), apenas 7 (3,6%) referiu não ter qualquer gasto em deslocações para o seu local de trabalho no Politécnico de Leiria e 5 docentes referiram não possuir transporte próprio. A observação dos dados da Figura 72 permite constatar que 20,8% (n=40) dos inquiridos refere não ultrapassar 50€ mensais com este tipo de despesa, enquanto que 23,4% (n=45) afirma que as despesas com transporte para o local de trabalho representam um valor superior 150€ mensais no seu orçamento familiar. Por último, é de referir que 19,8% (n= 38) dos inquiridos gastam por mês entre 76€ e 100€.

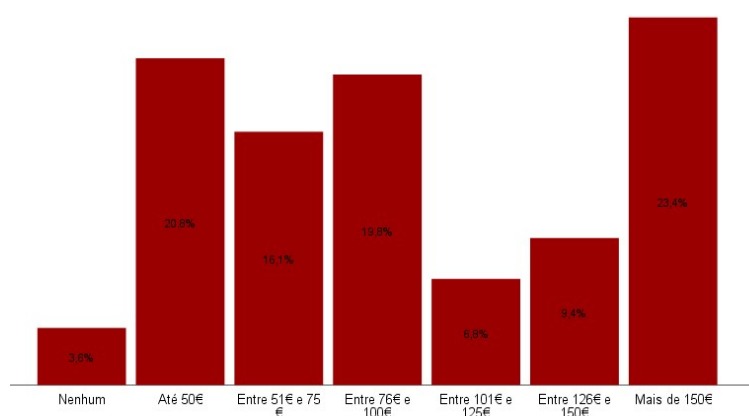


Figura 72. Gastos médios mensais do agregado familiar em deslocações para o local de trabalho  
Fonte: Questionário aos docentes

Relativamente às despesas com transporte próprio, em gastos médios mensais globais, os inquiridos responderam gastar em média cerca de 184,79€.

Do total de respostas, 16,4% dos docentes (n=31) têm uma despesa com transporte próprio mensal para o local de trabalho que oscila entre 51€ e 75€ e 13,8% dos docentes têm gastos que variam entre os 151€ e os 200€ (Figura 73). É de referir também que 4,8% dos docentes (n=9) ultrapassam 500€ mensais para suportar as deslocações com veículo próprio e 3 colaboradores responderam que não têm qualquer gasto deste tipo em deslocações com a utilização do meio de transporte próprio.

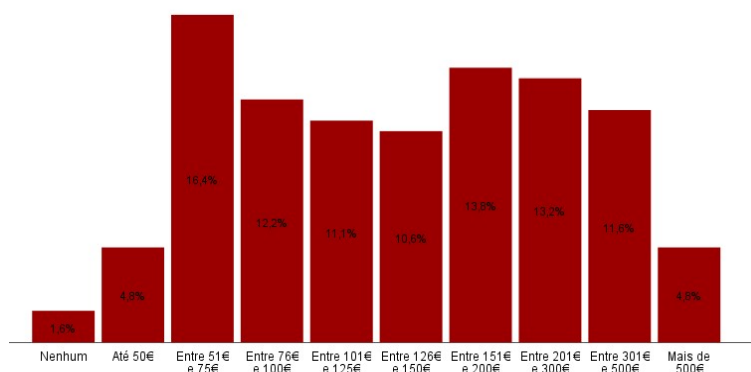


Figura 73. Gastos médios mensais do agregado familiar na deslocação para o local de trabalho com meio de transporte próprio

Fonte: Questionário aos docentes

Os gastos dos colaboradores com outros transportes na deslocação para o local de trabalho no Politécnico de Leiria representam no orçamento familiar mensal um valor bastante inferior (Figura 74) quando comparado com as despesas em transporte próprio. Em média, os colaboradores gastam por mês cerca de 38,23€ ( $\pm 29,38€$ ) com outros meios de transporte (autocarro, boleia/partilha de viagem, ou outro).

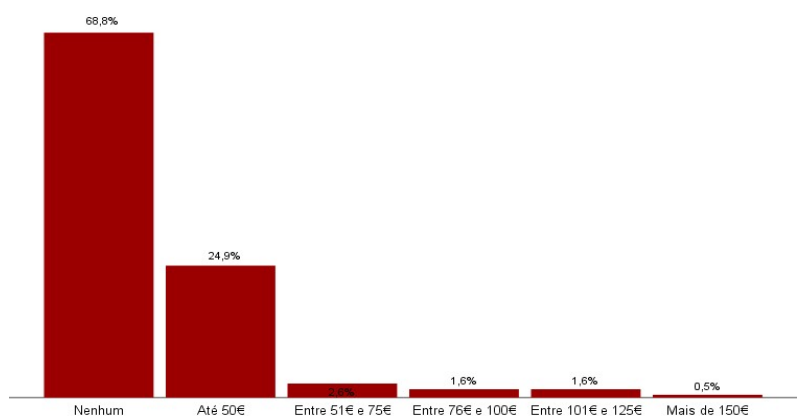


Figura 74. Gastos médios mensais do agregado familiar na deslocação para o local de trabalho com outros meios de transporte

Fonte: Questionário aos docentes



A Tabela 30 apresenta um resumo dos gastos médios mensais dos agregados familiares dos docentes da amostra. O orçamento familiar dos docentes é canalizado essencialmente para alimentação, alojamento e educação dos filhos, consumos que representam 20,81%, 18,98% e 10,53% dos gastos considerados, respetivamente.

Tabela 30. Resumo dos gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra

DOCENTES - Gastos médios mensais (*)	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	% gastos totais
Alojamento	424,56	227,77	15	1200	18,98
Educação dos Filhos (**)	305	241,14	30	2000	10,53
Alimentação	437,92	245,84	100	2000	20,81
Livros e outro material	68,08	78,27	5	750	2,5
Despesas de saúde	97,61	105,82	10	1000	4,23
Atividades de Lazer	87,47	101,75	10	1000	3,56
Bens Pessoais	120,38	90,61	10	500	5,42
Despesas correntes	221,24	103	45	500	10,58
Outras despesas (sem transportes)	206,3	151,82	15	800	8,05
Deslocações	95,05	50,68	Até 25€	Mais de 150€	4,98
Transporte próprio	184,79	141,85	Até 25€	Mais de 500€	9,72
Outros meios de transporte	38,23	29,38	Até 25€	Mais de 150€	0,64

Fonte: Questionário aos docentes

(\*) Excluindo respostas de valor "0"

(\*\*) Exclui livros e material escolar; só foram considerados os inquiridos que indicaram ter filhos

Considerando a variável única designada "Gastos médios mensais totais" do agregado familiar (excluindo transportes) que congrega a soma de todos os gastos mensais das rubricas contempladas por este estudo, é possível obter o valor total médio mensal. Em termos médios, cada agregado familiar tem gastos globais que em 43,3% dos casos (n=47) variam entre os 1501€ e os 2000€ e em 21,6% dos casos (n=24) variam entre os 2001€ e 2500€. É de referir também que os gastos totais do agregado familiar de valor inferior a 1500€ representam 26,1% das respostas obtidas (Figura 75).

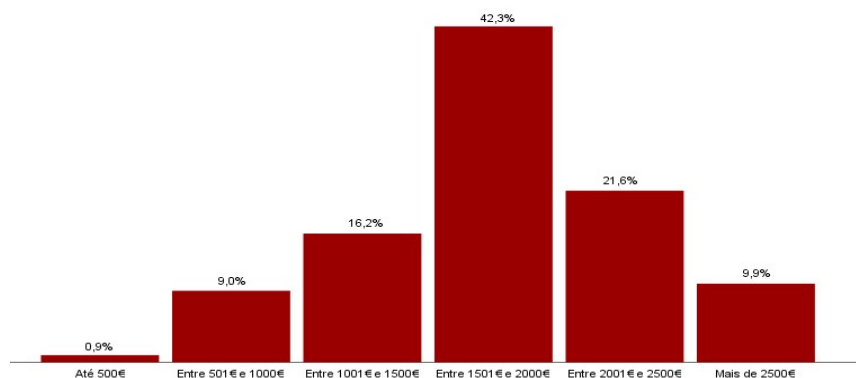


Figura 75. Gastos médios mensais totais do agregado familiar (excluindo transportes)

Fonte: Questionário aos docentes

A Tabela 31 permite proceder à comparação entre os gastos médios dos agregados familiares dos docentes inquiridos no Politécnico de Leiria e os gastos médios dos agregados familiares da população portuguesa, em particular da Região Centro (Classificação NUTS II), obtidos no Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016 (IDEF 2015/2016) realizado pelo Instituto Nacional de Estatística.

Tabela 31. Quadro comparativo da despesa total anual média do agregado familiar dos docentes com os agregados familiares da população portuguesa e na Região Centro (NUTS II)

	Amostra		População (Portugal)	Região Centro
	(euros)	(%)	2016	2016
Total anual			(%)	(%)
Alojamento e despesas correntes <sup>75</sup>	7389,97	28,70953	35,1	35,7
Ensino <sup>76</sup>	3832,64	14,88954	2,3	1,8
Alimentação <sup>77</sup>	5255	20,41532	14,3	14,4
Bebidas alcoólicas e tabaco	---	---	1,6	1,4
Vestuário e calçado	---	---	3,5	3,2
Acessórios para o lar, eq. doméstico e manutenção	---	---	4,0	3,9
Bens pessoais <sup>78</sup>	1444,528	5,611894	6,7	6,5
Saúde	1127,17	4,378978	5,5	6,1
Lazer, recreação e cultura	1000,927	3,888534	4,2	3,7
Transportes	3816,911	14,82844	14,1	15,5
Restaurantes e hotéis	---	---	8,8	7,9
Outras despesas	2389,091	9,281455	---	---
Despesa média mensal do agregado	2 145,04		1 696,9€	1 572,9€
Despesa média anual do agregado	25 740,48		100%	100%
			(20 363€)	(18 875€)

Fonte: Questionário aos Docentes e INE, I.P., IDEF – Inquérito às Despesas das Famílias, INE 2015/2016

Na análise ao valor gasto pelos docentes na Região de Leiria, Caldas da Rainha e Peniche, foi também analisada a distribuição dos docentes pelo número de dias de trabalho local de trabalho, sendo que os docentes inquiridos permanecem na instituição, na sua maioria, os 5 dias da semana (36,7%).

Tabela 32. Distribuição dos docentes por dia segundo a Escola da Instituição à qual estão afetos e respetiva média

	1 dia	2 dias	3 dias	4 dias	5 dias	6 dias	Total
ESECS	0	5	5	16	9	3	38
ESTG	2	14	18	23	40	0	97
ESAD.CR	1	0	9	4	0	0	14
ESTM	3	4	1	8	17	1	34
ESSLei	1	2	1	3	6	0	13
<b>Total</b>	7	25	34	54	72	4	196
	3,6%	12,8%	17,3%	27,6%	36,7%	2%	

Fonte: Questionário aos Docentes

<sup>75</sup> Ao “alojamento e despesas correntes” do questionário (que integra as despesas de renda ou prestação de empréstimo, IMI, condomínio, eletricidade, gás, água, serviços de TV/internet) correspondem as despesas de “Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (PT=31,9% e Centro=32,5%) e a categoria “Comunicações” (PT=3,2% e Centro=3,2%) do IDEF 2015/2016 do IDEF 2015/2016. Disponível em [www.ine.pt](http://www.ine.pt). Acedido em 14/02/2019.

<sup>76</sup> O IDEF 2015/2016 contempla apenas a categoria “Ensino”; no estudo a categoria ensino engloba as despesas de educação dos filhos e o material escolar. Disponível em [www.ine.pt](http://www.ine.pt).

<sup>77</sup> O IDEF 2015/2016 engloba nesta categoria, duas subcategorias: “Produtos alimentares” (PT=13,4% e Centro=13,5%) e “Bebidas não alcoólicas” (PT=0,9% e Centro=0,9%). Disponível em [www.ine.pt](http://www.ine.pt).

<sup>78</sup> A categoria “Bens Pessoais” no estudo engloba despesas tais como roupa, artigos de higiene. Os valores percentuais para Portugal e Região Centro na categoria “Bens e Serviços diversos” contempla as despesas com cuidados pessoais e artigos de uso pessoal, seguros e serviços financeiros. Disponível em [www.ine.pt](http://www.ine.pt).

A análise do impacto económico do Politécnico de Leiria na região implicou considerar no inquérito, segundo as premissas do Modelo ACE, não só questões sobre os gastos dos estudantes e dos colaboradores do Politécnico de Leiria, mas também sobre os gastos locais dos visitantes (Caffrey e Isaacs, 1971), em particular daqueles que mudaram de residência/concelho para trabalhar.

A Figura 76 representa a frequência anual das visitas recebidas pelos docentes que mudaram de residência/concelho para trabalhar no Politécnico de Leiria. Os 50 inquiridos nessa situação referiram em 36,7% (n=18) dos casos receber visitas 6 a 10 vezes por ano e 34,7% (n=17) até 5 vezes por ano.

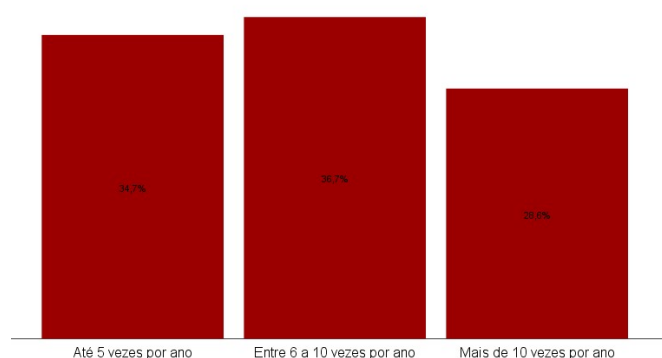


Figura 76. Frequência anual das visitas aos docentes da amostra que mudaram de residência  
Fonte: Questionário aos Docentes

Em relação à duração média das visitas de familiares/amigos fora do concelho da residência 47,9% (n=23) dos seus visitantes permanece menos de 24 horas e 41,7% (n=20) entre 24 horas e dois dias no território. Apenas 10,4% (n=5) do total faz visitas com duração igual ou superior a três dias.

Durante a sua permanência, as visitas gastam, em média, cerca de 63,93€/dia. Na Figura 77 é possível constatar que 48,8% (n=20) refere que as suas visitas gastam por dia até 50€ e 19,5% refere gastos entre 51€ e 75€. Tendo em conta a frequência e duração das visitas, é possível estimar que cada um destes docentes introduz anualmente na região, na forma de gastos das suas visitas, o valor médio de 480,76€.

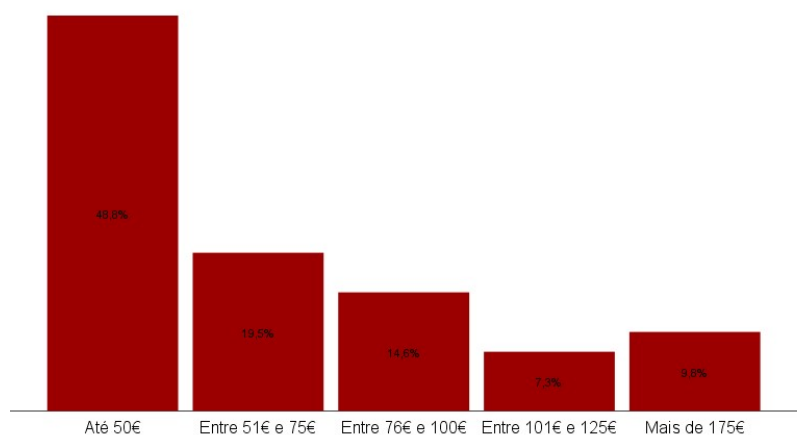


Figura 77. Gasto médio diário das visitas dos docentes que mudaram de residência  
Fonte: Questionário aos Docentes

Por último, a análise centra-se nos movimentos bancários na região dos docentes do Politécnico de Leiria, considerando para o efeito quatro dimensões em particular, os depósitos do rendimento do trabalho, a poupança gerada mensalmente, a contratualização (ou não) de empréstimo bancário e ainda os investimentos realizados pelos agregados familiares.

A Figura 78 representa a média da poupança mensal do agregado familiar dos inquiridos que responderam receber habitualmente o rendimento mensal do trabalho no Politécnico de Leiria (n=97) através de depósito bancário numa dependência do concelho onde exercem a sua atividade profissional. O montante da poupança para 31,5% da amostra (n=28) oscila entre 251€ e 500€ e para 20,2% (n=18) oscila entre 101€ e 250€. A poupança média mensal de valor superior a 1.000€ é referida apenas por 3,4% da amostra (n=3).

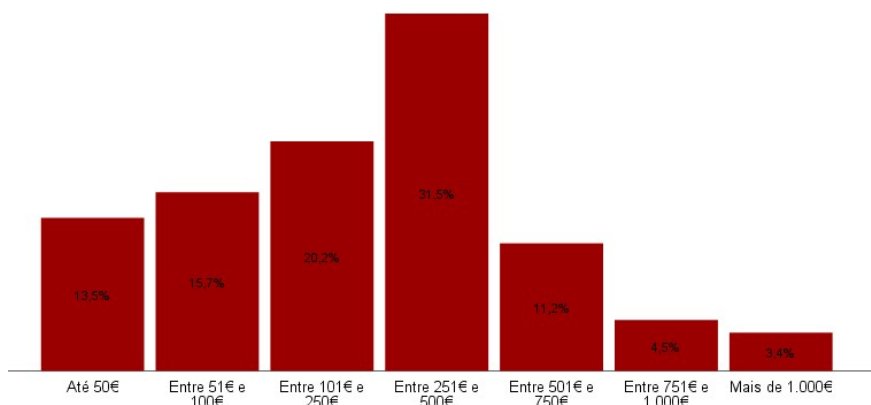


Figura 78. Poupança média mensal dos docentes da amostra  
Fonte: Questionário aos Docentes

No que se refere à contratualização de empréstimo com instituições bancárias do concelho onde os colaboradores trabalham, confirma-se que existem empréstimos para 71 dos colaboradores da amostra. O valor do montante inicial do empréstimo realizado por estes docentes é, na maioria das situações, superior a 100.000€ (40,3%; n=8), como é visível na Figura 79. Em 28,4% (n=19) dos casos o montante inicial do empréstimo situa-se no intervalo entre os 75.001€ e os 100.000€.

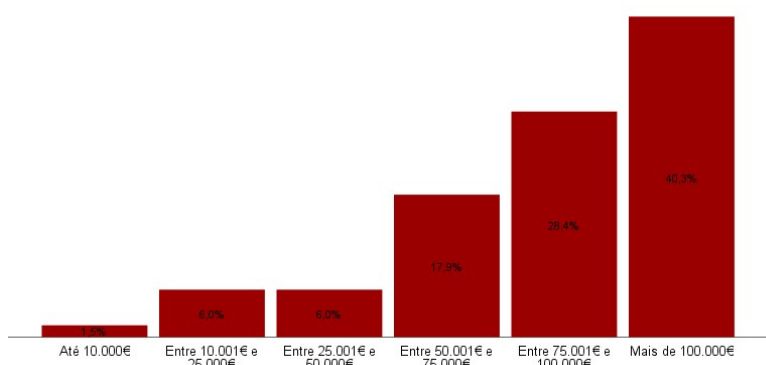


Figura 79. Montante inicial dos empréstimos contratualizados pelos docentes da amostra  
Fonte: Questionário aos Docentes

Os empréstimos contraídos pelos docentes destinaram-se a realizar um investimento através da aquisição de bem (bens) no concelho onde exercem a sua atividade profissional: 68 docentes compraram casa própria, com valor médio de

aquisição 149.081,32€ e 7 para arrendar a terceiros; 41 colaboradores(as) adquiriram automóvel (valor médio da aquisição: 33 443,90€) e 1 colaborador destinou o empréstimo para constituição/aquisição de empresa.

Tabela 33. Resumo dos valores (€) e finalidade dos empréstimos contratualizados pelos docentes

	Casa própria	Casa para arrendar a terceiros	Automóvel	Empresa	Outro
N (número)	68	7	41	1	3
%	63,0	6,5	38,0	0,9	2,8
Média	149081,32	73628,57	33443,90	1000	18333,33
Mediana	142500,00	80000,00	25000,00	1000	18000,00
Desvio-Padrão	62351,75	39742,91	29708,53		16502,53
Mínimo	200	400	1700	1000	2000
Máximo	260000	120000	180000	1000	35000

Fonte: Questionário aos Docentes

## 5.4 SÍNTESE DA ANÁLISE - DOCENTES

Em síntese, poder-se-á caracterizar os resultados relativos à amostra dos colaboradores docentes participantes no estudo através dos seguintes indicadores:

- Os docentes são na sua maioria do género feminino (53,3%) e com idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos (51,3%).
- A categoria profissional mais expressiva na amostra é a de “Professor Adjunto”, representando 66,5% da mesma.
- Dos docentes inquiridos 66,5% possui como habilitação académica o doutoramento.
- O agregado familiar é constituído em 63,8% das situações por 3 ou 4 pessoas e em 18,3% por 2 pessoas.
- O agregado familiar dos docentes auferem um rendimento líquido médio mensal no valor de 3.441,22€ e apresenta um gasto médio mensal de 2.145,04€ (despesa média anual é de 25.740,48€).
- As principais despesas anuais dos agregados familiares são, por ordem decrescente de valor: alojamento (7.389,97€), alimentação (5.255€), educação dos filhos sem considerar livros e material escolar (3.832,64€) e transportes (3.816,11€). As despesas com saúde aparecem em 7.º lugar com um valor de 1.127,17€/ano e as atividades de lazer apresentam o menor valor de despesa (1.000,93€).
- Os docentes que mudaram de concelho para trabalhar no Politécnico de Leiria contribuem ainda com 480,76€/ano por via dos gastos das visitas que recebem, em média cerca de 7,5 vezes ao ano e que permanecem entre 1 e 2 dias.
- Os docentes também utilizam as dependências bancárias do concelho onde trabalham para receber o rendimento mensal do seu trabalho, efetuar poupanças e/ou contratualizar empréstimos para investimentos pessoais. No caso específico dos empréstimos, estes destinam-se principalmente para aquisição de casa própria (n=68) ou de automóvel (n=41). O investimento na aquisição de habitação própria apresenta um valor médio de 149.081,32€ e para a compra de automóvel o valor situa-se nos 33.443,90€.

## 6 COLABORADORES TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS

### 6.1 COMPARAÇÃO DA AMOSTRA COM A POPULAÇÃO

O universo da comunidade académica do Politécnico de Leiria engloba, para além dos estudantes e docentes, os colaboradores técnicos e administrativos. Estes constituem um importante pilar no regular funcionamento e gestão das IES.

Na análise aos resultados obtidos com os colaboradores técnicos e administrativos, tal como no caso dos docentes, fez-se inicialmente uma comparação entre a população total (324 colaboradores a 31 de dezembro de 2017) e a amostra recolhida, nas variáveis sexo, idade, categoria profissional e local de trabalho. Posteriormente, apresenta-se a caracterização socioeconómica dos 106 colaboradores que responderam ao questionário. A Tabela 34 permite aferir a representatividade da amostra relativamente à população, no que respeita ao sexo, constatando-se um número de mulheres superior ao número de homens a trabalhar na Politécnico de Leira.

Tabela 34. Comparação entre a população e a amostra por sexo

Sexo	População		Amostra	
	N	%	n	%
Feminino	235	72,5	73	68,9
Masculino	89	27,5	33	31,1
Total	324	100	106	100

Fonte: DSPDE/GPLAN e questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

Quanto à variável idade, verifica-se na Tabela 35 que quer na população quer na amostra os colaboradores técnicos e administrativos têm, na sua larga maioria, idades compreendidas entre os 35 e os 45 anos (N=177 que corresponde a 54,6%; n=60 que corresponde a 60%). Uma parte significativa tem idades compreendidas entre os 45 e os 55 anos, quer na população (N=84; 25,9%) quer na amostra (n=27; 27%) do pessoal técnico e administrativo.

Tabela 35. Comparação entre a população e a amostra por escalão de idades

Classes	População		Amostra	
	N	%	n	%
[25, 35[	26	8,02	8	8,0
[35, 45[	177	54,6	60	60,0
[45, 55[	84	25,9	27	27,0
>= 55 anos	37	11,4	5	5,0
Total	324	100,0	100	100,0
SS	—	—	6	—
Total	324	—	106	—

Fonte: DSPDE-GPLAN e questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

Procedeu-se, igualmente, à comparação entre a população e a amostra inquirida no que se refere às categorias profissionais dos colaboradores técnicos e administrativos<sup>79</sup>. Como se pode observar, na Tabela 36 sobressai a categoria profissional de Técnico Superior na população com 50% (N=162) dos colaboradores e também na amostra com 44,8% dos inquiridos. Segue-se a categoria de Assistente Técnico, que representa 27,2% (N=88) do total da população e 28,6% (n=30) da amostra. Ainda no universo de colaboradores do Politécnico de Leiria registaram-se no período em análise 37 Assistentes Operacionais, tendo sido inquiridos no estudo 6 colaboradores nesta categoria profissional. Em relação aos colaboradores da área de informática, dos 24 indivíduos que constituem a população total, responderam ao inquérito apenas 4.

Tabela 36. Comparação entre a população e a amostra de colaboradores por categoria profissional

Categoria profissional	População		Amostra	
	N	%	n	%
Dirigente	12	3,7	12	11,4
Técnico Superior	162	50,0	47	44,8
Assistente Técnico (coordenador técnico ou assistente técnico)	88	27,2	30	28,6
Assistente Operacional (encarregado geral operacional, encarregado operacional ou assistente operacional)	37	11,4	6	5,7
Especialista de Informática	24	7,4	3	2,9
Técnico de Informática			1	1,0
Outra	1	0,3	6	5,7
Total	324	100,0	105	100,0

Fonte: DSPDE-GPLAN e questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

Os colaboradores técnicos e administrativos do Politécnico de Leiria estão essencialmente distribuídos pelas cinco Escolas Superiores (Educação, Tecnologia e Gestão, Artes e Design, Tecnologias do Mar e Saúde) e pelos Serviços Centrais (SC), locais onde exercem as funções para as quais foram contratualizados (funções administrativas, financeiras, técnicas, entre outras). Como se pode constatar na

Tabela 37, o maior número de colaboradores com as funções mencionadas concentra-se nos Serviços Centrais do Politécnico de Leiria.

Tabela 37. Comparação entre a população e a amostra por local de trabalho

Local de trabalho	População		Amostra	
	N	%	n	%
ESAD.CR	30	9,3	8	7,6
ESECS	20	6,2	9	8,6
ESSLei	12	3,7	2	1,9
ESTG	45	13,9	25	23,8
ESTM	19	5,9	12	11,4
SC	198	61,1	39	37,1
Outro	----	----	10	9,6
Total	324	100	105	100,0

Fonte: DSPDE-GPLAN e questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

<sup>79</sup> De acordo com a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, as carreiras de Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional integram as carreiras gerais do trabalho em funções públicas. O pessoal de informática está abrangido pelo estatuto das carreiras e funções definido pelo Decreto Lei n.º 97/2001, de 26 de março.



Em suma, em termos gerais poder-se-á considerar que a amostra recolhida representa adequadamente a população em estudo, pelo que os resultados obtidos nesta amostra podem ser extrapolados para a população.

## 6.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A Figura 80 apresenta a distribuição dos colaboradores técnicos e administrativos que integraram a amostra pelo número de anos ao serviço no Politécnico de Leiria. Das respostas obtidas, 39% (n=41) permanece ao serviço do Politécnico de Leiria há 15 anos ou mais, 28,6% (n=30) entre 10 e 15 anos e 20% (n= 21) há menos de 5 anos. Conclui-se pela estabilidade dos colaboradores no Politécnico de Leiria, ao reconhecer que 67,6% permanecem há mais de 10 anos vinculados à Instituição.

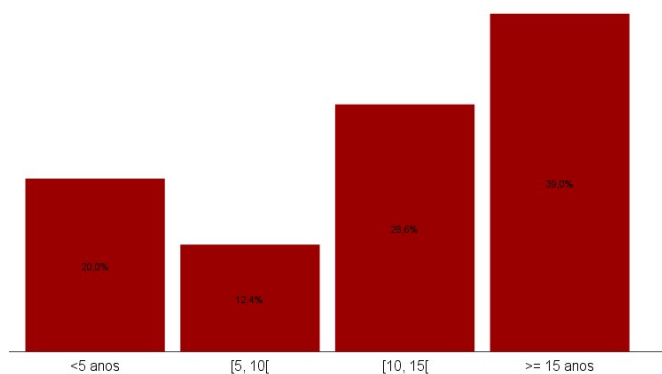


Figura 80. Distribuição dos colaboradores por anos se serviço no Politécnico de Leiria  
Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

Relativamente à distribuição dos colaboradores segundo as suas habilitações académicas é possível observar na Figura 81 a qualificação dos recursos humanos do Politécnico de Leiria, com 29,1% (n=30) dos inquiridos com habilitação académica de licenciatura e 21,4% (n=22) de mestrado. Com 16,5% (n=17) surgem os colaboradores com o ensino secundário completo. É de salientar, ainda, os 11,7% dos inquiridos que responderam possuir doutoramento como qualificação académica.

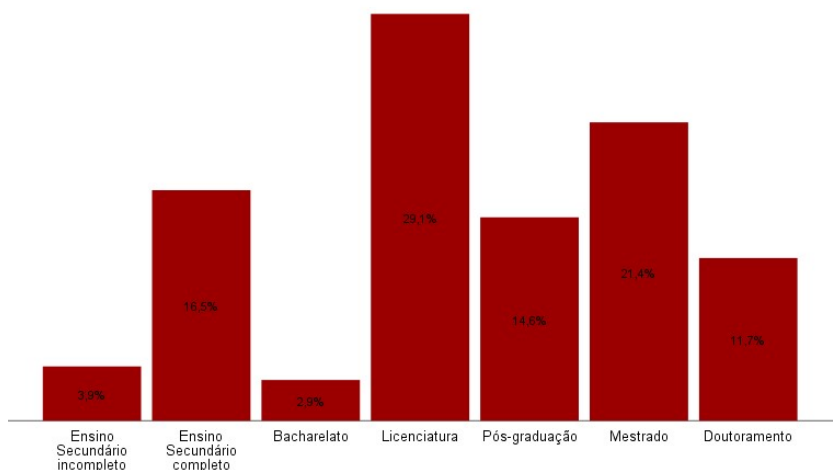


Figura 81. Distribuição dos colaboradores por habilitações académicas  
Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

Nesta breve caracterização sociodemográfica da amostra dos colaboradores técnicos e administrativos, importa também a referência a outros indicadores que influenciam o impacto económico do Politécnico de Leiria na região. Um desses indicadores prende-se com a mudança de residência para trabalhar, sendo que 80,5% (n=66) dos inquiridos responderam não ter mudado a sua residência para exercer funções como colaborador técnico e administrativo no Politécnico de Leiria.

O agregado familiar dos colaboradores técnicos e administrativos é constituído em 64,5% (n=53) dos casos por 3 ou 4 pessoas, para 21% da amostra (n=17) é constituído por 2 pessoas e para 8,6% por 1 pessoa. Apenas 4,9% dos agregados (n=4) são constituídos por famílias com 5 pessoas (Figura 82).

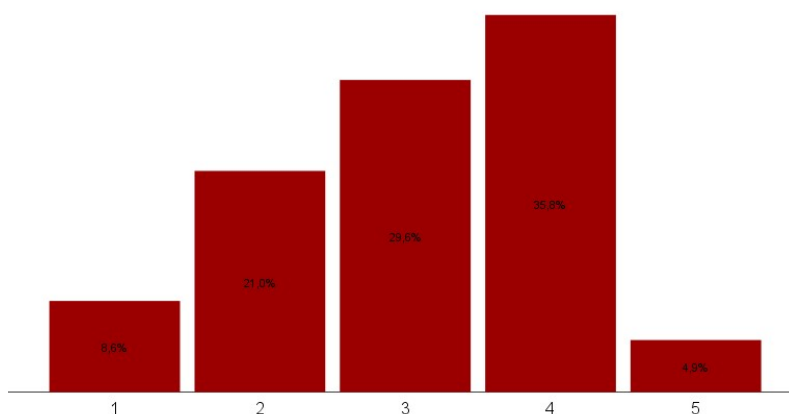


Figura 82. Número de pessoas que constituem o agregado familiar dos colaboradores técnicos e administrativos  
Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

Do total de inquiridos, 81,3% (n=65) têm filhos. Na maioria dos casos, os colaboradores técnicos e administrativos têm 2 filhos (60%; n=39). No entanto, 33,8% (n=22) dos colaboradores têm apenas um filho. O número máximo de filhos registado é de 3 filhos. A idade média do filho mais novo dos colaboradores técnicos e administrativos da amostra é de 12,2 anos.

### 6.3 CONDIÇÕES DE VIDA

Para a caracterização das condições de vida dos colaboradores técnicos e administrativos do Politécnico de Leiria foram consideradas as variáveis alojamento, rendimento líquido mensal médio, gastos mensais médios, poupança e investimento.

No que se refere ao alojamento dos colaboradores, os resultados do inquérito mostram que a maioria das pessoas (75%, n=78) tem “casa/apartamento próprio”, 17,3% (n=18) refere ter “casa/apartamento arrendado” e 7,7% (n=8) refere estar alojado em “casa de pais/familiares” (Figura 83).

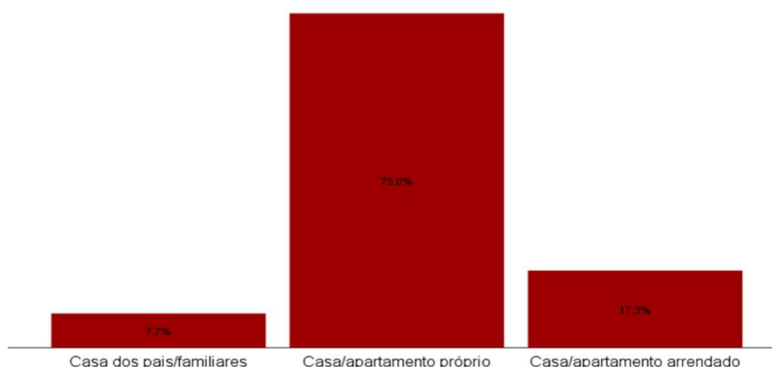


Figura 83. Tipo de alojamento dos colaboradores técnicos e administrativos durante o período letivo

Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

Relativamente ao rendimento líquido mensal médio do agregado familiar, os colaboradores reportaram uma média de rendimento líquido mensal no valor de 2.102,29€, que se estima que corresponda a um rendimento líquido mensal médio de 1.425,36€<sup>80</sup>. O intervalo de valores mais expressivo situa-se entre os 1.161€ e os 2.320€ (49,5%; n=52), como é observável na Figura 84.

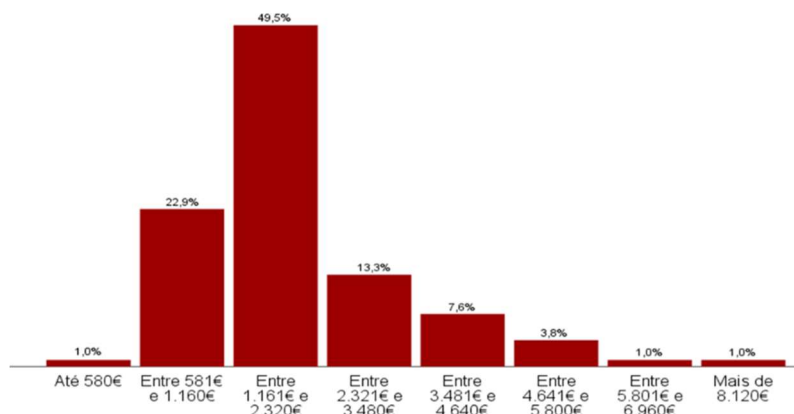


Figura 84. Rendimento líquido mensal médio do agregado familiar dos colaboradores técnicos e administrativos

Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

<sup>80</sup> O rendimento líquido foi estimado com base nos rendimentos líquidos mensais médios, aos quais foram aplicadas as respetivas taxas de retenção na fonte do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) e da contribuição obrigatória para a Segurança Social, em vigor para o ano de 2017. Disponível em <http://info.portaldasfinancas.gov.pt> e em <http://www.seg-social.pt>.

A amostra foi também inquirida quanto aos gastos médios mensais dos agregados familiares dos colaboradores do Politécnico de Leiria (Figura 85), considerando um conjunto de despesas de natureza diversa como alojamento, educação dos filhos, alimentação, livros e outro material escolar, saúde, atividades de lazer e bens pessoais. Como se observa na Figura 85, metade das repostas dos colaboradores situa-se no intervalo entre os 201€ e os 400€ (50%; n=46). Com uma despesa média em alojamento superior a 400€ encontram-se 28,3% dos colaboradores.

Em média, os colaboradores técnicos e administrativos do Politécnico de Leiria gastam 379,50€ por mês em alojamento para o seu agregado familiar, despendendo no mínimo 20€ e no máximo 1500€ ( $\pm 235,72€$  e mediana=350€).

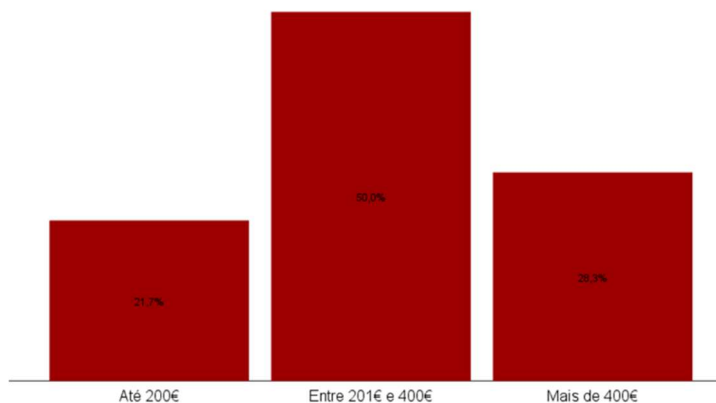


Figura 85. Gastos médios mensais do agregado familiar com o alojamento

Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

As despesas com a educação dos filhos, não considerando os gastos com livros e material escolar, no caso dos agregados com filhos (n=47), não ultrapassam os 100€ para 36,2% (n=17) dos inquiridos da amostra. Porém, a Figura 86 mostra que os intervalos de valores 101€ - 200€, 201€ - 300€ e mais de 301€ obtiveram, no total, 63,9% das respostas dadas. Em termos médios cada agregado familiar despende mensalmente 240€ com a educação dos filhos ( $\pm 186,48€$ ).

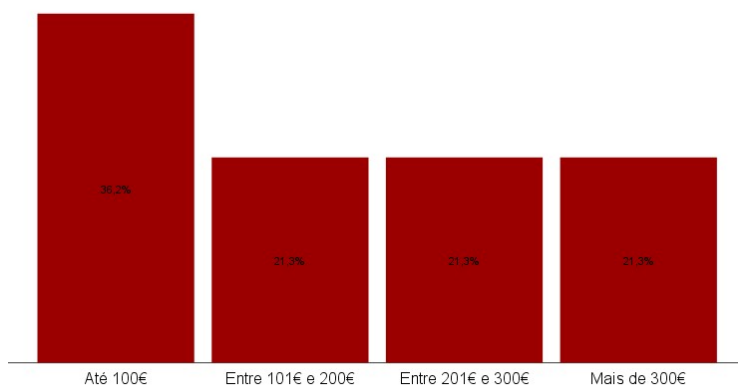


Figura 86. Gastos médios mensais do agregado familiar com a educação dos filhos

Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

A alimentação é uma das principais despesas dos agregados familiares portugueses (representando 20,2% do total de despesas familiares), absorvendo uma parte significativa do seu rendimento disponível, segundo dados publicados pelo PORDATA (INE, PORDATA: 2016), a partir do indicador despesas de consumo das famílias, por tipo de bens e serviços<sup>81</sup>, na sequência do Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016.

No caso dos colaboradores técnicos e administrativos do Politécnico de Leiria, de acordo com os resultados do inquérito, 48,9% (n=46) dos agregados têm gastos com alimentação que se situam entre os 201€ e os 400€, os quais representam uma média mensal de gastos de 356,83€ ( $\pm 180,43$ €) (Figura 87).

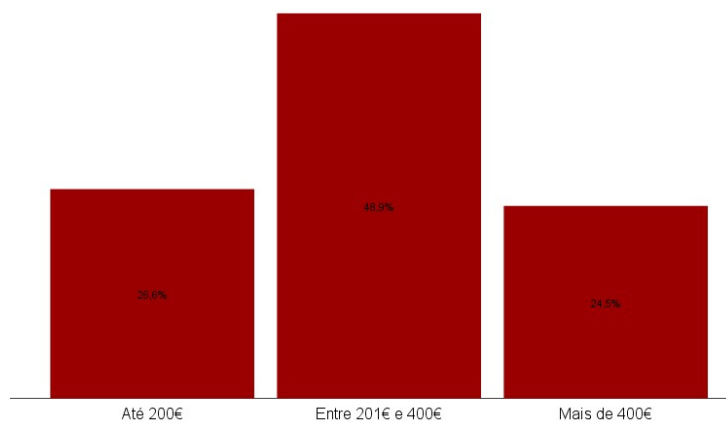


Figura 87. Gastos médios mensais do agregado familiar com alimentação

Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

Relativamente aos gastos com livros e outro material escolar no agregado familiar (Figura 88), os colaboradores técnicos e administrativos do Politécnico de Leiria assumem que, no máximo, despendem mensalmente até 50€ (81,7%) do seu orçamento, onde 41,7% respondem gastar até 25€ e 40% entre 26€ e 50€. Em média, os agregados familiares assumem uma despesa mensal no valor de 57,90€ ( $\pm 59,48$ €).

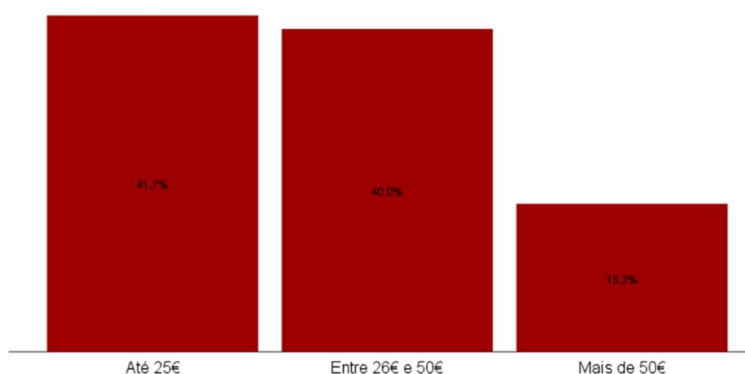


Figura 88. Gastos médios mensais do agregado familiar com livros e outro material escolar

Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

<sup>81</sup> Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016 (IDEF 2015/2016), realizado pelo Instituto Nacional de Estatística entre março de 2015 e março de 2016. Disponível em [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

Os valores gastos em saúde dos agregados familiares dos inquiridos estão ilustrados na *Figura 89*. A maior percentagem de respostas está concentrada no intervalo de valores entre 26€ e 50€ com 42% (n=34), seguido pelas despesas acima dos 75€ que regista 34,6% (n=28) das respostas. O valor médio mensal de gastos em saúde situa-se, no caso dos inquiridos da amostra, em 79,62€ ( $\pm 75,046\text{€}$ ).

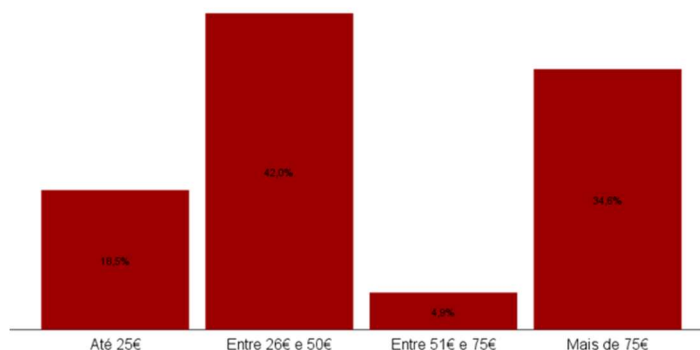


Figura 89. Gastos médios mensais do agregado familiar com saúde

Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

À semelhança do que acontece com os gastos em saúde, nos gastos médios mensais em atividades de lazer dos agregados familiares predominam valores entre 26€ e 50€ (43,3% dos inquiridos; n=29), seguindo-se os gastos até 25€ em 37,7% das respostas (Figura 90). Em termos médios, cada agregado familiar gasta mensalmente 50€ ( $\pm 40,54\text{€}$ ) no consumo de atividades de lazer.

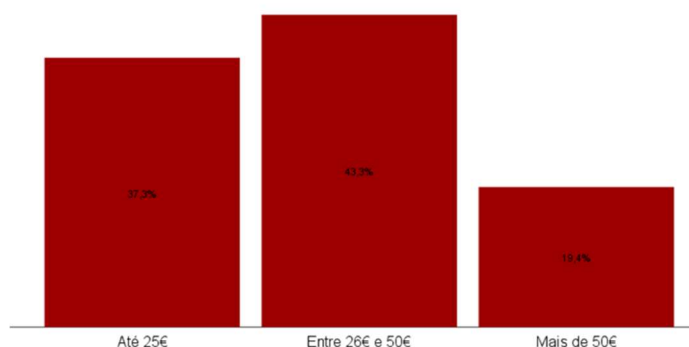


Figura 90. Gastos médios mensais do agregado familiar com atividades de lazer

Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

Em relação aos gastos em bens pessoais do agregado familiar, 43% (n=34) dos colaboradores técnicos e administrativos que responderam (Figura 91), assumem que despendem mensalmente até 50€ do seu orçamento para aquisição de roupa, artigos de higiene, entre outros. 27,8% dos inquiridos (n=22) referem gastos em bens para uso pessoal entre 51€ e 100€ e 29,2% (n=10) referem gastos médios mensais superiores a 100€. Em média, os agregados familiares que apresentam gastos mensais nesta categoria no valor de 92,82€ ( $\pm 61,48\text{€}$ ).

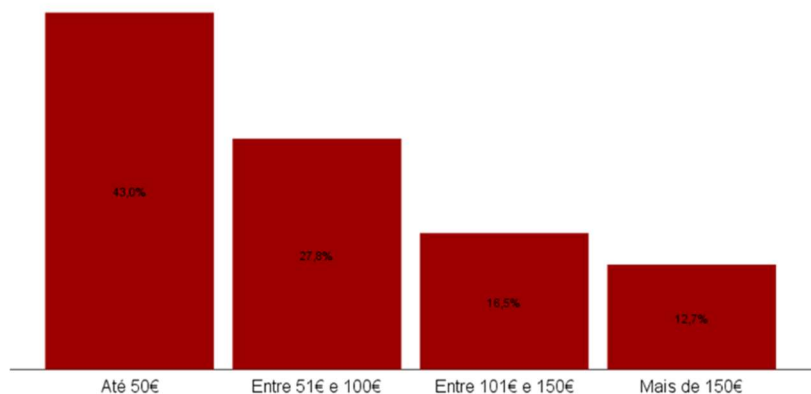


Figura 91. Gastos médios mensais do agregado familiar com bens pessoais  
 Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

As despesas correntes dos agregados familiares com o consumo de eletricidade, gás, água e serviços de comunicações têm um impacto bastante significativo nos orçamentos familiares, testemunhado pelo valor médio do consumo deste tipo de gastos: 189,10€ ( $\pm 106,21\text{€}$ ). A observação, na Figura 92, da distribuição das respostas dos inquiridos relativamente a este tipo de consumos correntes revela 54,7% de pessoas (n=52) com gastos médios mensais a variar entre 101€ e 200€ e 24,2% com uma despesa superior a 200€.

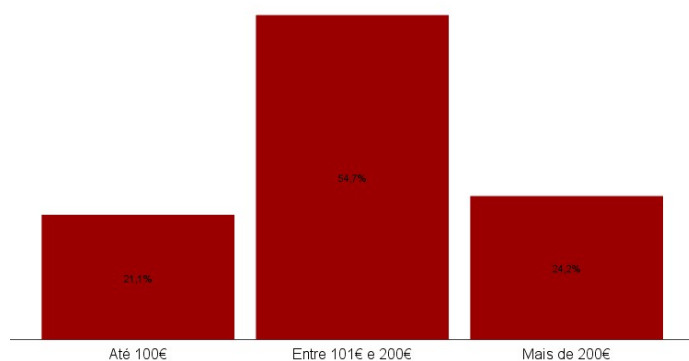


Figura 92. Gastos médios mensais do agregado familiar com despesas correntes  
 Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

Na Figura 93 são apresentados os gastos médios mensais das famílias na categoria “Outras despesas correntes”, excluindo despesas com transportes, seguros e despesas com a educação dos adultos do agregado familiar. Para 23,4% (n=15) da amostra, os gastos mensais não ultrapassam os 50€ e para 31,3% (n=20) os gastos oscilam entre 51€ e 100€. A média dos gastos mensais com outras despesas na amostra é de 167,18€ ( $\pm 160,70\text{€}$ ).



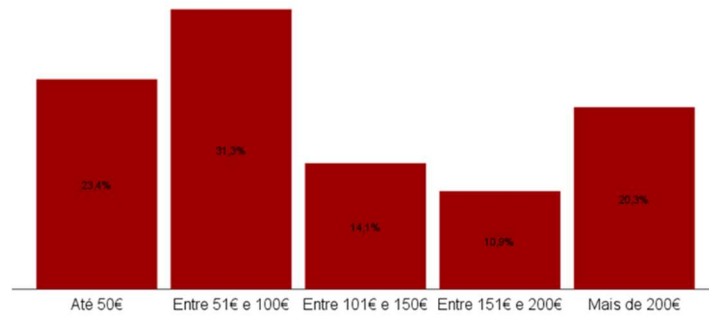


Figura 93. Gastos médios mensais do agregado familiar em outras despesas

Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

Foram também alvo de análise os gastos mensais dos colaboradores com transportes na deslocação para o local de trabalho no Politécnico de Leiria. Na Figura 94 é possível constatar que 30,7% dos inquiridos (n=31) refere não ultrapassar 50€ com este tipo de despesa e 22,8% (n=23) afirma que as despesas com transporte para o local de trabalho variam entre 76€ e 100€.

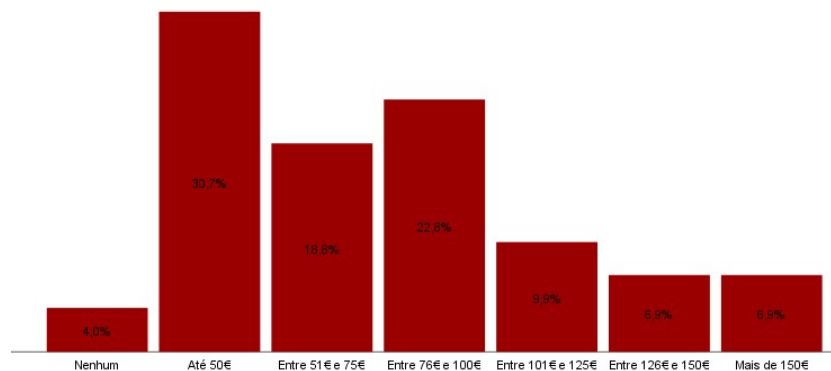


Figura 94. Gastos médios mensais do agregado familiar em deslocações para o local de trabalho

Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

As despesas com transporte próprio para o local de trabalho são relevantes com um gasto médio mensal de cerca de 125€. Observa-se que 31% dos colaboradores técnicos e administrativos (n=31) que usam transporte próprio para o local de trabalho gastam entre 76€ e 100€ e 26% (n=26) ultrapassam os 150€ mensais (Figura 95).

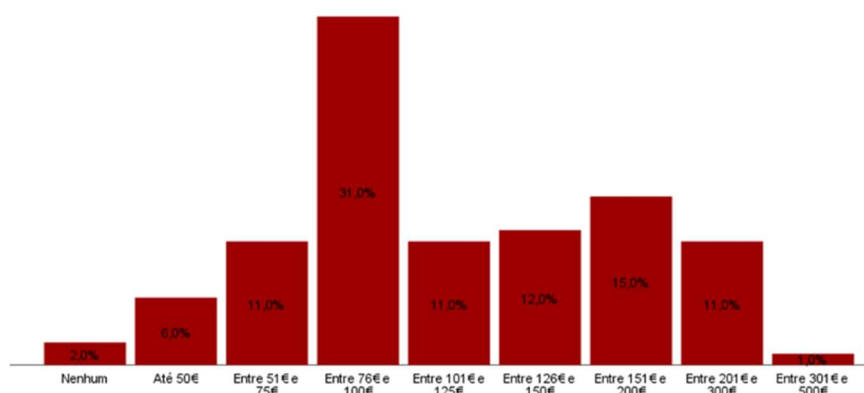


Figura 95. Gastos médios mensais do agregado familiar com a deslocação para o trabalho utilizando meio de transporte próprio

Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

Os gastos dos colaboradores com outros transportes na deslocação para o local de trabalho representam no orçamento familiar um valor bastante inferior quando comparado com as despesas em transporte próprio. Em média, os colaboradores gastam por mês 37,63€ com outros meios de transporte, como autocarro, boleia/partilha de viagem, ou outro (Figura 96).

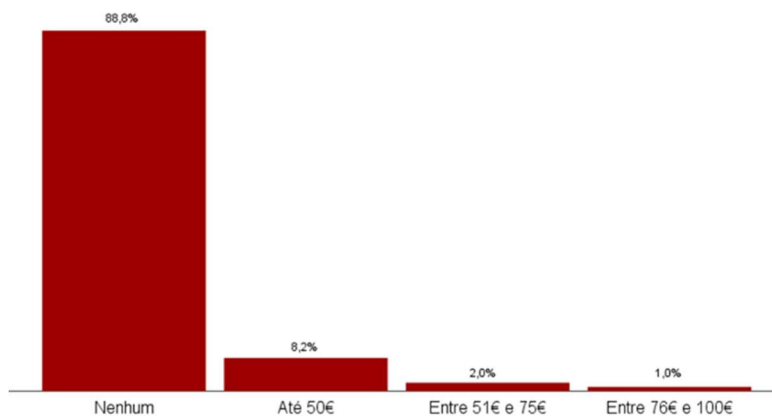


Figura 96. Gastos médios mensais do agregado familiar com a deslocação para o trabalho utilizando outros meios de transporte

Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

A Tabela 38 apresenta um resumo com informação detalhada e comparativa dos gastos médios mensais e permite constatar que o peso no orçamento familiar, por ordem decrescente, advém dos gastos com alojamento/habitação, alimentação, educação dos filhos, despesas correntes e transporte próprio.

Tabela 38. Resumo dos gastos médios mensais do agregado familiar da amostra

COLABORADORES - Gastos médios mensais	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Alojamento	379,5€	235,7€	20€	1.500€
Alimentação	356,8€	180,4€	100€	1.000€
Livros e outro material escolar	57,9€	59,5€	10€	350€
Saúde	79,6€	75,1€	10€	500€
Atividades de lazer	50€	40,5€	5€	200€
Bens pessoais	92,8€	61,5€	15€	250€
Despesas correntes	189,1€	106,2€	50€	800€
Outras despesas (excluindo transportes)	167,2€	160,7€	10€	1.000€
Educação dos Filhos (excluindo material escolar) <sup>82</sup>	240€	186,5€	40€	800€
Deslocações	74,6€	–	–	–
Transporte próprio	125,1€	–	–	–
Outros meios de transporte	37,6€	–	–	–

Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

<sup>82</sup> Só foram considerados os inquiridos que indicaram ter filhos.

No estudo foi ainda construída a variável “Gastos médios mensais totais” obtida a partir da soma de todos os gastos mensais das rubricas contempladas (Figura 97). Em média, cada agregado familiar tem gastos mensais de 1.553,95€, se não se considerarem as despesas com transportes, e de 1.791,24€ se se considerarem despesas com transportes. Nos agregados familiares com filhos, a média da despesa mensal é de 1.694,88€ e nos agregados sem filhos o valor diminui para 982,50€ por mês.

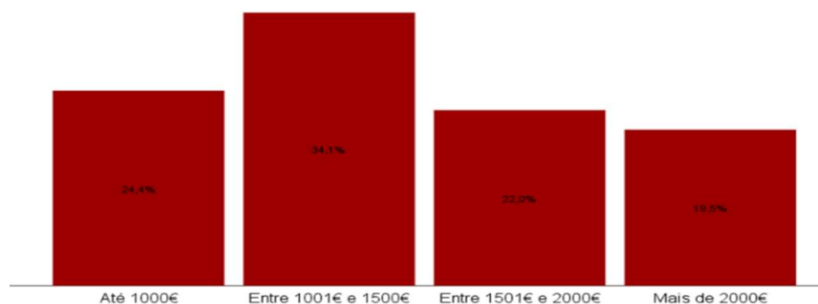


Figura 97. Gastos médios mensais totais do agregado familiar

Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

A Tabela 39 permite proceder à comparação entre os gastos médios dos agregados familiares dos colaboradores técnicos e administrativos do Politécnico de Leiria e os gastos médios dos agregados familiares da população portuguesa, em particular, da Região Centro (NUTS II), obtidos no Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016 (IDEF 2015/2016), realizado pelo Instituto Nacional de Estatística.

Tabela 39. Quadro comparativo da despesa total anual média do agregado familiar dos colaboradores técnicos e administrativos e dos agregados familiares da população portuguesa e da Região Centro (NUTS II)

Total anual	Amostra		Portugal	Centro
	Euros	%	%	%
Alojamento e despesas correntes <sup>83</sup>	6601,26	31,13	35,1	35,7
Ensino <sup>84</sup>	3015,16	14,22	2,3	1,8
Alimentação <sup>85</sup>	4236,38	19,98	14,3	14,4
Bebidas alcoólicas e tabaco	----	----	1,6	1,4
Vestuário e calçado	----	----	3,5	3,2
Acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção	----	----	4,0	3,9
Bens pessoais <sup>86</sup>	1099,75	5,19	6,7	6,5
Saúde	931,85	4,39	5,5	6,1
Lazer, recreação e cultura	528,36	2,49	4,2	3,7
Transportes	2847,48	13,43	14,1	15,5
Restaurantes e hotéis	----	----	8,8	7,9
Outras despesas (excluindo transportes)	1943,44	9,17	----	----
		Amostra	Portugal	Centro
Despesa média anual por agregado		21.203€	20.363€	18.875€

Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos, PORDATA/INE: IDEF2015/2016

<sup>83</sup> À categoria “Alojamento e despesas correntes” do questionário (que integra as despesas de renda ou prestação de empréstimo, IMI, condomínio, eletricidade, gás, água, serviços de TV/internet) correspondem as despesas de “Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (PT=31,9% e Centro=32,5%) e a categoria “Comunicações” (PT=3,2% e Centro=3,2%) do IDEF 2015/2016.

<sup>84</sup> O IDEF 2015/2016 contempla apenas a categoria “Ensino”; no presente estudo a categoria “ensino” engloba as despesas com a educação dos filhos e o material escolar.

<sup>85</sup> O IDEF 2015/2016 engloba nesta categoria, duas subcategorias: “Produtos alimentares” (PT=13,4% e Centro=13,5%) e “Bebidas não alcoólicas” (PT=0,9% e Centro=0,9%).

<sup>86</sup> A categoria “Bens pessoais” no estudo engloba despesas tais como roupa e artigos de higiene. Os valores percentuais para Portugal e para a Região Centro na categoria “Bens e serviços diversos” contempla as despesas com cuidados pessoais e artigos de uso pessoal, seguros e serviços financeiros.

Na análise do impacto económico do Politécnico de Leiria na região implicou considerar no inquérito, segundo as premissas do Modelo ACE, não só questões sobre os gastos dos colaboradores do Politécnico de Leiria, mas também sobre os gastos locais das visitas (Caffrey e Isaacs, 1971) aos colaboradores que mudaram de residência/concelho para trabalhar.

A Figura 98 representa a duração média das visitas recebidas pelos colaboradores que mudaram de residência/concelho para trabalhar no Politécnico de Leiria. Dos 16 inquiridos da amostra nessa situação, 61,5% (n=8) referem que os seus visitantes permanecem entre 24 horas e dois dias, o que implica a pernoita no território. As visitas ocorrem, em média, 6 vezes ao longo do ano.

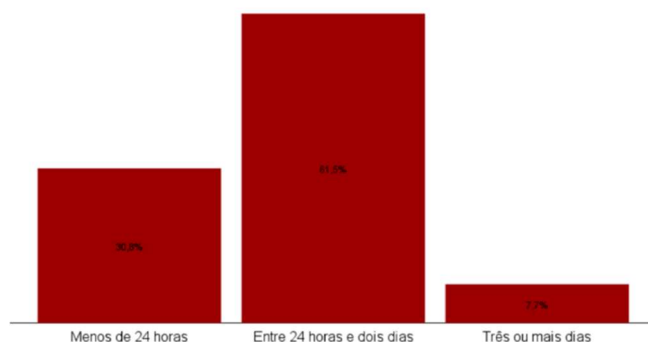


Figura 98. Duração média das visitas recebidas pelos colaboradores técnicos e administrativos da amostra que mudaram de residência

Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

Durante a permanência, 76,9% (n=10) da amostra refere que as suas visitas gastam em média até 50€ por dia e 15,4% refere que gastam entre 51€ e 75€ (Figura 99). O valor médio dos gastos referidos pela amostra é de 35,69€/dia, o que permite deduzir que cada colaborador introduz anualmente na região, na forma de gastos das suas visitas, o valor de 367,06€.

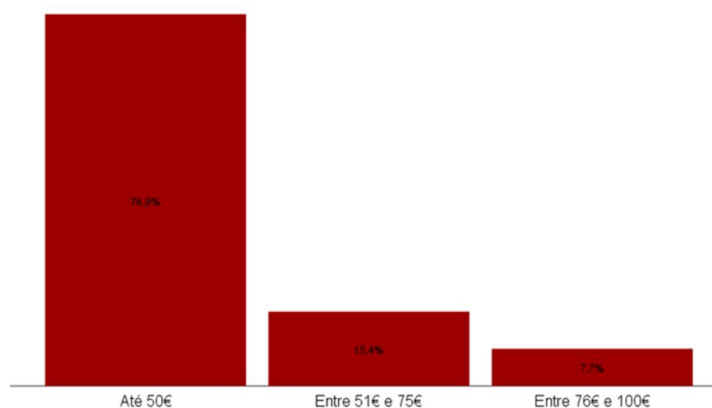


Figura 99. Gasto médio diário das visitas dos colaboradores técnicos e administrativos que mudaram de residência

Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

Por último, na análise sobre a dinâmica financeira da amostra dos colaboradores técnicos e administrativos do Politécnico de Leiria foram consideradas quatro dimensões: os depósitos do rendimento do trabalho, a poupança gerada mensalmente, a contratualização de empréstimo bancário e os investimentos realizados pelos agregados familiares.

Na generalidade das respostas (83,2%; n=84), os colaboradores recebem habitualmente o seu rendimento mensal através de depósito bancário numa dependência do concelho onde exercem a sua atividade profissional.

Dos participantes no estudo 66% referem ter práticas de poupança, que depositam também numa dependência bancária do concelho onde trabalham e a Figura 100 representa a distribuição, em média, da poupança mensal do agregado familiar destes inquiridos. O montante da poupança para 45,7% da amostra (n=32) é de um valor máximo de 50€ e para 25,7% (n=18) de um valor entre 51€ e 100€. Apenas 18,5% da amostra (n=13) refere ter uma poupança média mensal de valor superior a 250€.

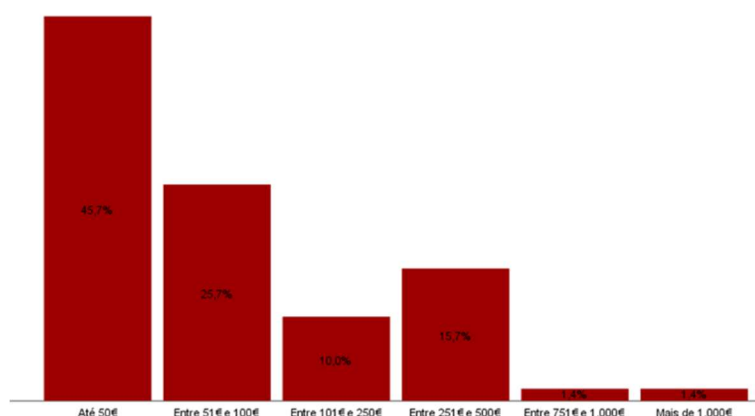


Figura 100. Poupança média mensal dos colaboradores técnicos e administrativos

Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

A Tabela 40 apresenta o cruzamento entre as variáveis rendimento líquido do agregado familiar e o valor médio mensal da poupança. Conclui-se pela associação significativa<sup>87</sup> entre as duas variáveis, uma vez que aos rendimentos líquidos mais baixos corresponde também um valor inferior de poupança.

Tabela 40. Associação entre o rendimento líquido médio mensal do agregado familiar e a poupança média mensal

		Valor da poupança média mensal do agregado familiar						Total
		Até 50€	Entre 51€ e 100€	Entre 101€ e 250€	Entre 251€ e 500€	Entre 751€ e 1.000€	Mais de 1.000€	
Rendimento líquido médio mensal do agregado familiar	Até 580€	0	0	0	1	0	0	1
	Entre 581€ e 1.160€	12	5	1	1	0	0	19
	Entre 1.161€ e 2.320€	21	14	5	3	0	0	43
	Entre 2.321€ e 3.480€	2	4	2	3	0	1	12
	Entre 3.481€ e 4.640€	1	0	1	2	1	0	5
	Entre 4.641€ e 5.800€	0	1	1	2	0	0	4
Mais de 8.120€	0	0	1	0	0	0	1	
Total		36	24	11	12	1	1	85

Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

<sup>87</sup> Testes Qui-quadrado ,003b > 0,05 com associação significativa.

No que se refere à contratualização de empréstimo com instituições bancárias do concelho onde os colaboradores trabalham, verifica-se que 59% dos colaboradores possui empréstimo bancário. O valor do montante inicial do empréstimo dos colaboradores técnicos e administrativos é, na maioria das situações, superior a 75.001€ (75,4%; n=38), como é visível na Figura 101.

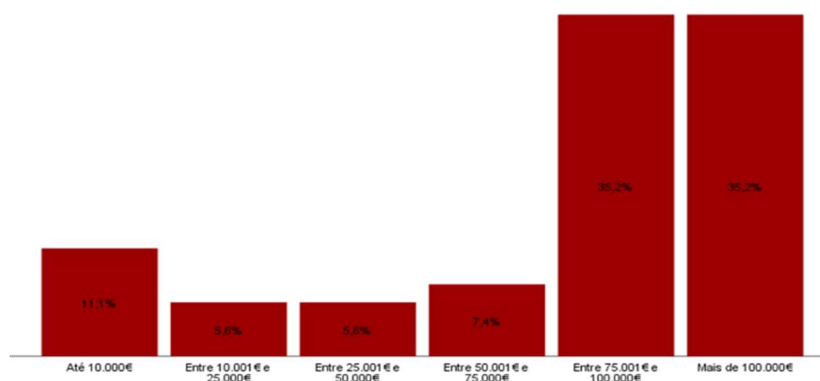


Figura 101. Montante inicial dos empréstimos obtidos pelos colaboradores técnicos e administrativos

Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

Os empréstimos concedidos destinaram-se sobretudo para um investimento na aquisição de bens no concelho onde exercem a sua atividade profissional: 34 colaboradores compraram casa própria com valor médio de aquisição 105.426,18€, 5 colaboradores compraram casa para arrendar a terceiros, 31 colaboradores adquiriram automóvel com valor médio da aquisição de 15.468,84€ e 2 colaboradores referiram um empréstimo para outros bens não específicos.

Tabela 41. Resumo dos valores (€) e finalidade dos empréstimos contratualizados pelos colaboradores

	Casa própria	Casa para arrendar a terceiros	Automóvel	Outro
N	34	5	31	2
Média	105.426,18€	69.670,00€	15.468,84€	31.500,00€
Mediana	117.500,00€	65.000,00€	15.000,00€	31.500,00€
Desvio Padrão	56.516,84€	53.208,50€	11.087,56€	26.162,95€

Fonte: Questionário aos colaboradores técnicos e administrativos

## 6.4 SÍNTESE DA ANÁLISE - COLABORADORES TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS

Em síntese, poder-se-á caracterizar os resultados obtidos na amostra dos colaboradores técnicos e administrativos participantes no estudo através dos seguintes indicadores:

- Os colaboradores técnicos e administrativos são na maioria do género feminino (68,9%) com idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos (60%).
- Trabalham no Politécnico de Leiria há mais de 15 anos (39%).
- 29,1% dos colaboradores possuem como habilitação académica licenciatura, 21,4% o mestrado e 11,7% o doutoramento. 16,5% dos colaboradores têm o ensino secundário completo.
- A categoria mais expressiva na amostra é a de “Técnico Superior”, representando 44,8% da mesma.
- O agregado familiar é constituído em 65,4% das situações por 3 ou 4 pessoas e em 21% por 2 pessoas.
- O agregado familiar auferem um rendimento líquido médio mensal no valor de 2.102,00€ e apresenta um gasto médio mensal de 1.791,24€ (a despesa média anual é de 21.203,43€).
- As principais despesas anuais dos agregados familiares são, por ordem decrescente de valor: alojamento (6.601,26€), alimentação (4.236,28€), educação dos filhos sem considerar livros e material escolar (3.015,16€) e transportes (2.847,48€). As despesas com saúde aparecem em 7.º lugar com um valor anual de 931,85€ e as atividades de lazer apresentam o menor valor de despesa anual, com 528,36€.
- Os colaboradores técnicos e administrativos que mudaram de concelho para desempenhar as suas funções no Politécnico de Leiria contribuem com 367,06€/ano (35,69€/dia) por via dos gastos das visitas que recebem, cerca de 6 vezes ao ano e que permanecem entre 1 e 2 dias.
- Os colaboradores dão preferência à utilização da dependência bancária do concelho onde trabalham para receber o rendimento mensal do seu trabalho, realizar poupanças e/ou contratualizar empréstimos para investimentos pessoais. No caso específico dos empréstimos, estes destinam-se principalmente para aquisição de casa própria ou de automóvel. O investimento na aquisição de habitação própria apresenta um valor médio de 105.426,18€, e para a compra de automóvel o valor situa-se nos 15.468,84€.

## 7 O IMPACTO ECONÓMICO DO POLITÉCNICO DE LEIRIA NA REGIÃO

---

Neste capítulo será apresentado o cálculo da estimativa do impacto económico do Politécnico de Leiria na região da sua influência direta, mais concretamente na NUTS III Região de Leiria e Oeste, utilizando, para o efeito, o modelo simplificado desenvolvido por Fernandes (2009).

Como referido anteriormente, a opção metodológica contemplou exclusivamente os concelhos onde as instituições de ensino superior envolvidas estão geograficamente implantadas, enquanto sede ou com as suas Escolas Superiores. Assim, em concreto, no caso do Politécnico de Leiria, este estudo abrange os concelhos de Leiria, Caldas da Rainha e Peniche.

### 7.1 MODELO SIMPLIFICADO

Para estimar o impacto económico do Politécnico de Leiria na região, adotou-se no presente estudo o modelo proposto por Fernandes (2009). Este corresponde a uma adaptação para a realidade portuguesa do modelo originalmente desenvolvido por Caffrey e Isaacs (1971), conhecido como modelo ACE (*American Council of Education Model*). Trata-se de um modelo simplificado que permite, de forma acessível e rápida, obter uma aproximação bastante precisa do impacto de uma IES na região onde está localizada e uniformizar comparações entre instituições.

A aplicação do modelo ACE ao contexto português tem evidenciado algumas dificuldades, nomeadamente, por ser um modelo muito exigente relativamente aos dados que é necessário recolher, uma vez que nem sempre todos os dados estão disponíveis e, por outro lado, são necessários muitos recursos para a sua obtenção (Fernandes, 2009). No seu estudo, Caffrey e Isaacs (1971) incluíram nos seus cálculos todos os estudantes que frequentam a IES sem considerar que só os estudantes que mudaram de região introduzem novos fundos na região, o que pode desvirtuar a análise efetuada. Neste estudo optou-se por distinguir os estudantes que mudaram de região para frequentar o Politécnico de Leiria, devendo estes ser considerados como um dos impactos da instituição (efeito de exportação). Acresce também à análise, os estudantes locais que, caso o Politécnico de Leiria não existisse, teriam ido estudar para outra região, representando igualmente um impacto pelos gastos que fariam noutra região (efeito de substituição de importação).

Uma ressalva importante a considerar nas análises resultantes da aplicação do modelo simplificado prende-se com o facto de considerar os resultados obtidos como a “melhor estimativa” (ou seja, o cálculo aproximado) e não a exatidão dos números obtidos.



A lógica subjacente ao modelo económico do estudo do impacto traduz-se na seguinte figura:

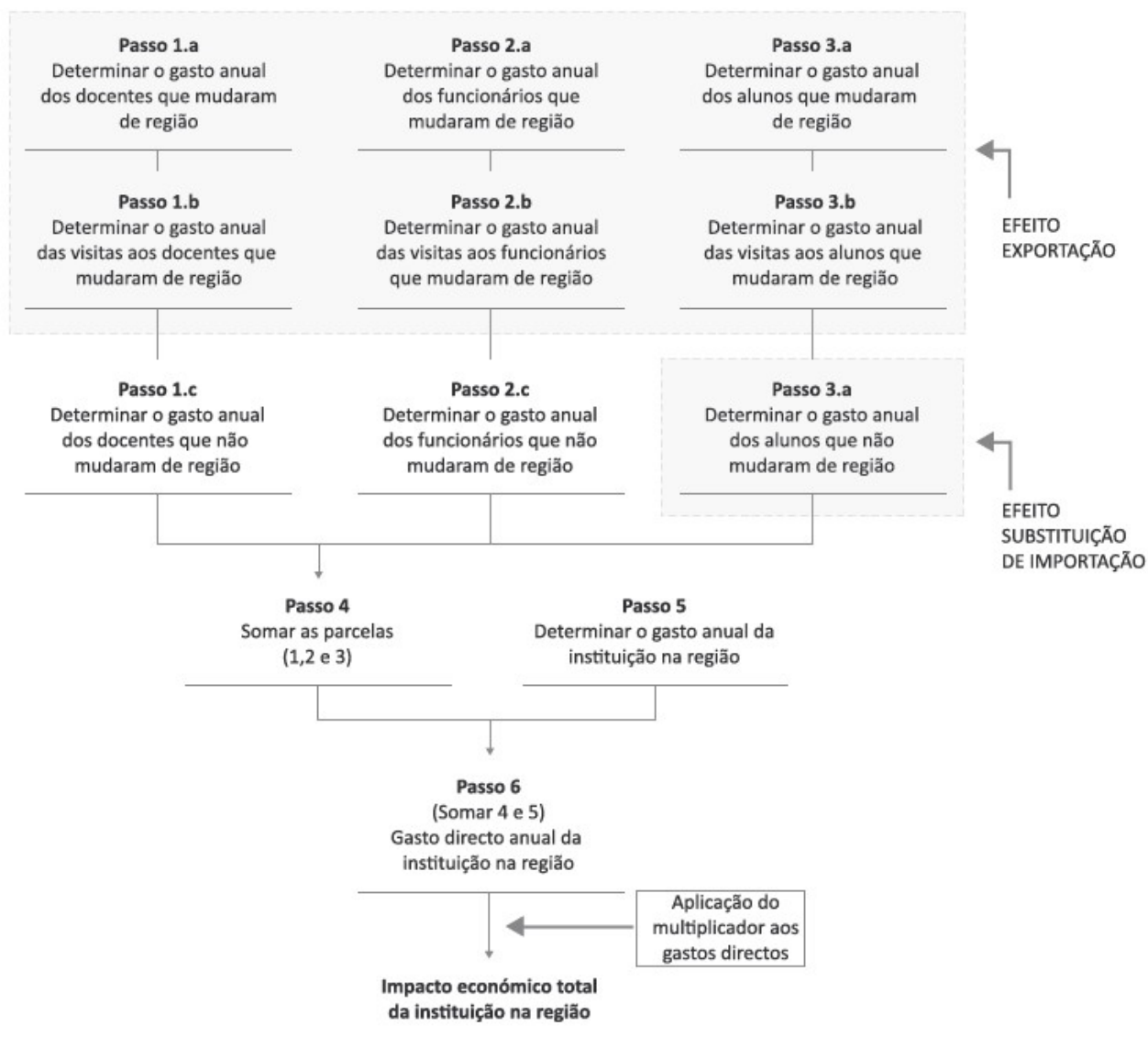


Figura 102. Modelo Simplificado proposto por Fernandes (2009)

## 7.2 ESTIMATIVA DO IMPACTO DO POLITÉCNICO DE LEIRIA

A estimativa do impacto económico do Politécnico de Leiria na região foi determinada através dos dados resultantes dos inquéritos por questionário aplicados e considerou os gastos realizados por cada uma das seguintes fontes: estudantes, docentes e técnicos e administrativos do Politécnico de Leiria. Os cálculos e estimativas reportam-se ao ano de 2017.

### 7.2.1. Gastos dos Estudantes

O valor estimado dos gastos dos estudantes compreende dois tipos de efeitos, o efeito exportação que engloba os gastos diretos dos estudantes, provenientes de outras regiões para estudar no Politécnico de Leiria, bem como os gastos realizados pelas suas visitas, e o efeito substituição de importação, que se refere aos gastos dos estudantes dos concelhos em estudo, caso tivessem optado por ir estudar para outras regiões.

Dos dados recolhidos junto dos estudantes através do inquérito mencionado, estimou-se que 6.451 estudantes (59,1%) mudaram de residência para estudar numa das Escolas Superiores do Politécnico de Leiria. Dos estudantes que não mudaram de residência, estima-se que 3.056 estudantes iriam estudar para uma IES localizada fora da região, caso não tivessem ingressado no Politécnico de Leiria.

O efeito exportação foi calculado a partir dos gastos dos estudantes que mudaram para Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche e das suas visitas. O efeito substituição de importação obteve-se a partir dos gastos dos estudantes da região que teriam ido estudar para fora da mesma, caso não tivessem entrado no Politécnico de Leiria.

O gasto total anual dos estudantes que estudavam no Politécnico de Leiria, apresentado na Tabela 40, foi calculado a partir das respostas ao inquérito realizado, através das fórmulas (adaptado de Fernandes, 2009):

$$G_{Estudantes\_Leiria} = G_{Estudantes\_mudaram} + G_{Vestudantes\_mudaram} + G_{Estudantes\_Nmudaram}$$

Onde,

$G_{Estudantes\_mudaram}$  (gasto anual dos estudantes que mudaram de região):

$$G_{Estudantes\_mudaram} = G_{(mensal)Estudantes\_mudaram} * N_{Estudantes\_mudaram} * 12$$

$G_{(mensal)Estudantes\_mudaram}$  - gasto mensal dos estudantes que mudaram de residência para Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche;

$N_{Estudantes\_mudaram}$  - número de estudantes que mudou a residência para Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche.

$G_{Vestudantes\_mudaram}$  (Gasto anual das visitas aos estudantes que mudaram de residência):

$$G_{Vestudantes\_mudaram} = G_{(anual)Vestudantes\_mudaram} * N_{Estudantes\_mudaram}$$

$G_{(anual)Vestudantes\_mudaram}$  - gasto anual das visitas aos estudantes que mudaram de residência para Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche;

$N_{Estudantes\_mudaram}$  - número de estudantes que mudaram de residência para Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche.

$G_{Estudantes\_Nmudaram}$  (gasto anual dos estudantes que não mudaram de região e teriam ido estudar para outro local):

$$G_{Estudantes\_Nmudaram} = G_{(mensal)Estudantes\_Nmudaram} * N_{Estudantes\_Nmudaram} * 12$$

$G_{(mensal)Estudantes\_Nmudaram}$  - gasto mensal dos estudantes que não mudaram de residência e teriam ido estudar para outro local;

$N_{Estudantes\_Nmudaram}$  - número de estudantes que não mudou de residência e teriam ido estudar para outro local.

O impacto dos estudantes na região, durante o ano de 2017, de acordo com os cálculos apresentados na Tabela 42, ultrapassou os 61 milhões de euros.

Tabela 42. Gasto anual direto dos estudantes na região

Gasto anual direto dos estudantes do Politécnico de Leiria		Valor obtido	
<b><math>GA_{Estudantes\_Leiria} = G_{Estudantes\_mudaram} + GV_{Estudantes\_mudaram} + G_{Estudantes\_Nmudaram}</math></b>		<b>61.384.396,07€</b>	
Gastos dos estudantes que mudaram de região	$G_{Estudantes\_mudaram} = G_{(mensal)Estudantes\_mudaram} * N_{Estudantes\_mudaram} * 12$	42.852.091,18€	
	$G_{(mensal)Estudantes\_mudaram}$	553,56€	
Efeito exportação	$N_{Estudantes\_mudaram}$	6.451	
	$GV_{Estudantes\_mudaram} = G_{(anual)VEstudantes\_mudaram} * N_{Estudantes\_mudaram}$	1.729364,09€	
	Gasto das visitas	$G_{(anual)VEstudantes\_mudaram}$	268,08€
Efeito substituição de importação	$N_{Estudantes\_mudaram}$	6.451	
	Gastos dos estudantes locais que iriam estudar para outra região	$G_{Estudantes\_Nmudaram} = G_{(mensal)Estudantes\_Nmudaram} * N_{Estudantes\_Nmudaram} * 12$	16.802.940,80€
	$G_{(mensal)Estudantes\_Nmudaram}$	458,20€	
	$N_{Estudantes\_mudaram}$	3.056	

Fonte: Cálculos dos autores.

### 7.2.2. Gastos dos docentes

Os resultados obtidos pelo inquérito aos docentes (total de docentes 915) permitiram aferir que 25,4% (n=232) mudou de residência para trabalhar no Politécnico de Leiria. Estes docentes, assim como as visitas que recebem, são considerados como impacto direto da existência do Politécnico de Leiria na região.

Os gastos dos docentes que não mudaram de residência para trabalhar no Politécnico de Leiria, mas que não residem no concelho onde trabalham foram igualmente considerados.

O gasto total anual dos docentes que trabalham no Politécnico foi calculado através das seguintes fórmulas (adaptado de Fernandes, 2009):

$$GA_{Doc\_Leiria} = G_{Doc\_mudaram} + G_{VDoc\_mudaram} + G_{Doc\_Nmudaram}$$

Onde:

$G_{Doc\_mudaram}$  (gasto anual dos docentes que mudaram de região):

$$G_{Doc\_mudaram} = G_{(mensal)Doc\_mudaram} * N_{Doc\_mudaram} * 12$$

$G_{(mensal)Doc\_mudaram}$  - gasto mensal dos docentes que mudaram a residência para Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche;

$N_{Doc\_mudaram}$  - número de docentes que mudaram de residência para Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche.

$G_{VDoc\_mudaram}$  (gasto anual das visitas aos docentes que mudaram de residência):

$$G_{VDoc\_mudaram} = G_{(anual)VDoc\_mudaram} * N_{Doc\_mudaram}$$

$G_{(anual)VDoc\_mudaram}$  - gasto anual das visitas aos docentes que mudaram a residência para Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche;

$N_{Doc\_mudaram}$  - número de docentes que mudou a residência Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche.

$G_{Doc\_Nmudaram}$  (gasto anual dos docentes que não mudaram de residência e não residem em Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche):

$$G_{Doc\_Nmudaram} = G_{(mensal\_A)Doc\_Nmudaram} * T_{mês\_Leiria} + G_{(mensal\_T)Doc\_Nmudaram} * N_{Doc\_Nmudaram} * 12$$

$G_{(mensal\_A)Doc\_Nmudaram}$  - gasto mensal em alimentação dos docentes que não mudaram de residência e não residem em Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche;

$T_{mês\_Leiria}$  - tempo médio mensal no local de trabalho em Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche.

$G_{(mensal\_T)Doc\_Nmudaram}$  - gasto mensal em transportes dos docentes que não mudaram de residência e não residem em Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche

$N_{Doc\_Nmudaram}$ : Número de docentes que não mudaram de residência e não residem em Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche

O impacto anual direto que os docentes, durante o ano de 2017, representaram nos concelhos de Leiria, Caldas da Rainha e Peniche ultrapassou os 11 milhões de euros, como é possível observar na Tabela 43. Para este valor contribuíram 3,8 milhões de euros dos docentes que mudaram de residência, 131 mil euros dos gastos das suas visitas e 7,2 milhões de euros dos que não residiam em Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche, mas se deslocavam a estas regiões para exercer a sua atividade profissional.

Tabela 43. Gasto anual direto dos docentes do Politécnico de Leiria na região

Gasto anual direto dos docentes do Politécnico de Leiria		Valor obtido
<b><math>GA_{Doc\_Leiria} = G_{Doc\_mudaram} + G_{VDoc\_mudaram} + G_{Doc\_Nmudaram}</math></b>		<b>11.222.673,49€</b>
Efeito exportação	$G_{Doc\_mudaram} = G_{(mensal)Doc\_mudaram} * N_{Doc\_mudaram} * 12$	3.851.942,40€
	Gastos dos docentes que mudaram de região	
	$G_{(mensal)Doc\_mudaram}$	1.383,60€
	$N_{Doc\_mudaram}$	232
	$G_{VDoc\_mudaram} = G_{(anual)VDoc\_mudaram} * N_{Doc\_mudaram}$	131.987,7€
	Gasto das visitas	
	$G_{(anual)VDoc\_mudaram}$	568,91€
	$N_{Doc\_mudaram}$	232
	$G_{Doc\_Nmudaram} = G_{(mensal\_A)Doc\_Nmudaram} * T_{mês\_Leiria} + G_{(mensal\_T)Doc\_Nmudaram} * N_{Doc\_Nmudaram} * 12$	7.238.743,42€
	Gastos dos docentes que não mudaram de região e não residem em Leiria, Peniche ou Caldas da Rainha	
$G_{(mensal\_A)Doc\_Nmudaram}$	368,00€	
$T_{mês\_Leiria}$	4	
$G_{(mensal\_T)Doc\_Nmudaram}$	431,93€	
$N_{Doc\_Nmudaram}$	325	

Fonte: Cálculos dos autores.

### 7.2.3. Gastos dos colaboradores técnicos e administrativos

No Politécnico de Leiria, segundo os dados recolhidos pelo inquérito aos colaboradores técnicos e administrativos, 15,1% dos 324 colaboradores mudaram de residência para desempenhar a sua atividade profissional do Politécnico de Leiria. Para o apuramento do impacto da Instituição na região foram considerados os gastos destes colaboradores, mas também os gastos das visitas a estes colaboradores, de acordo com o modelo adotado e à semelhança da análise subjacente para os estudantes e para os docentes.

Dos colaboradores técnicos e administrativos que não mudaram de residência para trabalhar no Politécnico de Leiria e não residem em Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche, consideraram-se os gastos de alimentação e de transporte, uma vez que este tipo de despesas, realizadas no concelho onde trabalham, devem-se exclusivamente à sua atividade profissional no Politécnico de Leiria.

O gasto total anual dos colaboradores técnicos e administrativos (CTA) que trabalham no Politécnico de Leiria é dado pelas fórmulas (adaptado de Fernandes, 2009):

$$G_{CTA\_Leiria} = G_{CTA\_mudaram} + G_{VCTA\_mudaram} + G_{CTA\_Nmudaram}$$

Onde,

$G_{CTA\_mudaram}$  (gasto anual dos colaboradores técnicos e administrativos que mudaram a residência para Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche):

$$G_{CTA\_mudaram} = G_{(mensal)CTA\_mudaram} * N_{CTA\_mudaram} * 12$$

$G_{(mensal)CTA\_mudaram}$  - gasto mensal dos colaboradores técnicos e administrativos que mudaram a residência

$N_{CTA\_mudaram}$  - número de colaboradores técnicos e administrativos que mudaram a residência

$G_{VCTA\_mudaram}$  (gasto anual das visitas aos colaboradores técnicos e administrativos que mudaram de residência):

$$G_{VCTA\_mudaram} = G_{(anual)VCTA\_mudaram} * N_{CTA\_mudaram}$$

$G_{(anual)VCTA\_mudaram}$  - gasto anual das visitas aos colaboradores técnicos e administrativos que mudaram a residência

$N_{CTA\_mudaram}$  - número de colaboradores técnicos e administrativos que mudaram a residência

$G_{CTA\_Nmudaram}$  (gasto anual dos colaboradores técnicos e administrativos que não mudaram a residência e não residem em Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche):

$$G_{CTA\_Nmudaram} = G_{(mensal\_A)CTA\_Nmudaram} + G_{(mensal\_T)CTA\_Nmudaram} * N_{CTA\_Nmudaram} * 12$$

$G_{(mensal\_A)CTA\_Nmudaram}$  - gasto mensal em alimentação dos colaboradores técnicos e administrativos que não mudaram de residência e não residem em Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche;

$G_{(mensal\_T)CTA\_Nmudaram}$  - gasto mensal em transportes dos colaboradores técnicos e administrativos que não mudaram de residência e não residem em Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche.

$N_{CTA\_Nmudaram}$  - número de colaboradores técnicos e administrativos que não mudaram de residência e não residem em Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche.

Tabela 44. Gasto anual direto dos colaboradores técnicos e administrativos na região

Gasto anual direto dos colaboradores técnicos e administrativos (CTA) do Politécnico de Leiria		Valor obtido	
<b><math>GA_{CTA\_Leiria} = G_{CTA\_mudaram} + G_{VCTA\_mudaram} + G_{CTA\_Nmudaram}</math></b>		<b>1.708.398,58€</b>	
$G_{CTA\_mudaram} = G_{(mensal)CTA\_mudaram} * N_{CTA\_mudaram} * 12$		862.926,75€	
Efeito exportação	Gastos dos CTA que mudaram de região	$G_{(mensal)CTA\_mudaram}$	1.467,56€
		$N_{CTA\_mudaram}$	49
		$G_{VCTA\_mudaram} = G_{(anual)VCTA\_mudaram} * N_{CTA\_mudaram}$	14.307,02€
	Gasto das visitas	$G_{(anual)VCTA\_mudaram}$	291,98€
		$N_{CTA\_mudaram}$	49
	$G_{CTA\_Nmudaram} = G_{(mensal\_A)CTA\_Nmudaram} + G_{(mensal\_T)CTA\_Nmudaram} * N_{CTA\_Nmudaram} * 12$	831.164,81€	
Gastos dos colaboradores técnicos e administrativos que não mudaram de região e não residem em Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche		$G_{(mensal\_A)CTA\_Nmudaram}$	328,26€
		$G_{(mensal\_T)Func\_Nmudaram} G_{(mensal\_T)CTA\_Nmudaram}$	647,28€
		$N_{CTA\_Nmudaram}$	71

Fonte: Adaptado de Fernandes (2009). Cálculos dos autores.

#### 7.2.4. Gastos da instituição

Para esta análise foram considerados os gastos do Politécnico de Leiria com o total gasto em bens e serviços nos concelhos onde a Instituição está integrada. Assim, do total dos gastos que em 2017 ultrapassaram os 5 milhões de euros<sup>88</sup>, estima-se que 36,3% foram realizados na região de Leiria, Caldas da Rainha e Peniche, ou seja, 1. 847.718,18€.

Tabela 45. Gastos da instituição na região

Gastos totais da instituição em bens e serviços	5.090.132,74€
% gasta localmente	36,30%
Valor dos gastos a imputar na região	1.847.718,18€

Fonte: Direção de Serviços Financeira (DSF) e Divisão de Gestão Financeira e Orçamental (DGFO) do Politécnico de Leiria

<sup>88</sup> Os dados disponibilizados para a análise dos gastos do Politécnico de Leiria foram facultados pela Direção de Serviços Financeira, Divisão de Gestão Financeira e Orçamental.



### 7.2.5. Resumo dos valores

O impacto direto do Politécnico de Leiria, em 2017, na região de Leiria, Caldas da Rainha e Peniche, sob a forma de gastos diretos, ultrapassou os 76 milhões de euros, como se pode observar na tabela seguinte.

Tabela 46. Impacto direto do Politécnico de Leiria na região

	Valor obtido
<b>Impacto direto total do Politécnico de Leiria (1+2+3+4)</b>	<b>76.163.186,32€</b>
(1) Gasto anual dos docentes	11.222.673,49€
(2) Gasto anual dos funcionários	1.708.398,58€
(3) Gasto anual dos estudantes	61.384.396,07€
(4) Gasto anual da instituição	1.847.718,18€

Fonte: Questionário aos estudantes, docentes e colaboradores técnicos e administrativos; Direção de Serviços Financeira (DSF) e Divisão de Gestão Financeira e Orçamental (DGFO) do Politécnico de Leiria

Aos valores apurados para o impacto direto do Politécnico de Leiria na região, no período em análise, foi aplicado o multiplicador de 1,7. Este valor foi determinado a partir da mediana dos vários multiplicadores utilizados na literatura de suporte ao presente estudo (Fernandes, 2009). Da aplicação do multiplicador de 1,7 aos gastos anuais de estudantes, docentes e colaboradores técnicos e administrativos, obtém-se um impacto direto e indireto de 129.477.416,75€, o que corresponde a 4,18% do PIB regional<sup>89</sup>.

O retorno do investimento realizado pelo Estado no Politécnico de Leiria, traduzido no nível de atividade económica gerado na região por cada euro de financiamento recebido é de 4,68€, considerando para este cálculo os valores retirados da Conta Geral do Estado para os anos 2006 a 2017<sup>90</sup>.

O Politécnico de Leiria é um dos maiores empregadores da região onde está implantado, e através do conceito de produtividade aparente do trabalho é possível calcular a estimativa do impacto económico no número de empregos gerados pela sua localização nos concelhos de Leiria, Caldas da Rainha e Peniche. Numa perspetiva otimista observam-se 4.248 empregos gerados devido à localização do Politécnico de Leiria na região, correspondendo a 4,34% da população ativa dos concelhos mencionados, aplicando um multiplicador de empregos de 3,4<sup>91</sup>.

<sup>89</sup> PIB regional entendido como o PIB dos concelhos onde o Politécnico de Leiria está implantado através das suas Escolas Superiores. O valor do PIB considerado pela equipa de coordenação do estudo é um valor extrapolado a partir das taxas de crescimento do PIB das NUTS III para o período entre 2000 e 2006 que, no caso do Politécnico de Leiria, é de 3.095.872 (1000€).

<sup>90</sup> O nível de atividade económica gerado por cada euro de financiamento público no Politécnico de Leiria foi calculado com base no valor do impacto total da IES face ao valor transferido da Conta Geral do Estado para os anos 2006 e 2017 que, no caso, foi de 27,6 milhões de euros.

<sup>91</sup> Calculado com base na razão entre o número de empregos criados e o número de funcionários do Politécnico de Leiria.

### 7.3 SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Para o ano de 2017, a análise dos resultados do impacto direto do Politécnico de Leiria permite evidenciar os seguintes aspetos:

1. Estudantes: o gasto na região ultrapassou os 61 milhões de euros, repartidos por 42,8 milhões de euros dos gastos dos estudantes que mudaram de região, 1,7 milhões de euros das visitas que estes receberam e 17 milhões de euros dos gastos dos estudantes locais que não estando no Politécnico de Leiria teriam ido estudar para outra região (efeito de substituição de importação).
2. Docentes: o gasto anual direto estimado para 2017, considerando 915 docentes, ultrapassou os 11 milhões de euros repartidos por 3,85 milhões de euros dos gastos dos docentes que mudaram de região, mais de 131 mil euros das visitas que estes docentes receberam e cerca de 7,2 milhões de euros dos gastos dos docentes que não mudaram de região, mas não residem no concelho onde trabalham.
3. Colaboradores técnicos e administrativos: o gasto anual direto estimado para 2017 é de 1,7 milhões de euros (relativo a 324 colaboradores técnicos e administrativos), repartidos por cerca de 863 mil euros dos gastos dos colaboradores que mudaram de região, 14 mil euros das visitas que esses colaboradores receberam e 831 mil euros dos gastos dos colaboradores que não mudaram de região, mas não residem no concelho onde trabalham.
4. O gasto da instituição na aquisição de bens e serviços na região ultrapassou, em 2017, 1,8 milhões de euros.

Em 2017, o impacto total, englobando o impacto direto e indireto, e considerando um multiplicador de 1,7, foi cerca de 129,5 milhões de euros<sup>92</sup>. Portanto, considerando o financiamento público, no ano em análise, poder-se-á afirmar que por cada euro gasto pelo Estado português no financiamento do Politécnico de Leiria, gerou-se um nível de atividade económica nos concelhos de Leiria, Caldas da Rainha e Peniche de 4,68€.

---

<sup>92</sup> O valor exato da estimativa do impacto total do Politécnico de Leiria, em 2017, foi de 129.477.416,75€.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

O presente relatório insere-se num estudo mais alargado, à escala nacional, levado a cabo por doze instituições de ensino superior politécnico, com o intuito de estimar o impacto económico de cada uma destas instituições nas regiões onde estão implantados e onde desenvolvem a sua atividade de ensino/formação, investigação e partilha do conhecimento.

Os resultados obtidos pelo Politécnico de Leiria evidenciam a sua significativa importância para a dinamização da economia local, a criação de emprego, a atração e fixação de pessoas e a existência na população de pessoas com melhores qualificações académicas e profissionais, benefícios que de um modo geral são gerados pelas instituições de ensino superior e que contribuem para o aumento da qualidade de vida e bem-estar das comunidades locais e regionais.

Na sequência deste estudo foi possível obter uma estimativa do impacto económico direto e indireto do Politécnico de Leiria na região em 129.477.416,75€.

Foi ainda possível salientar algumas das características dos subgrupos considerados pela amostra: estudantes, docentes e colaboradores técnicos e administrativos.

Os estudantes inquiridos eram, na maioria, do género feminino (57,8%), com uma média de idades de 20 anos, e frequentavam o Politécnico de Leiria há mais de um ano (1,4 anos). Na maioria eram de nacionalidade portuguesa (92,8%) e das regiões de Leiria, Oeste e limítrofes. A principal via de acesso ao ensino superior foi o Contingente Geral (78,4%). Observou-se um predomínio de estudantes a tempo integral, porém 11,3% da amostra foi constituída por trabalhadores-estudantes (independentemente da formalização ou não do estatuto).

A condição dos progenitores perante o emprego era maioritariamente de “empregado/a”, e a principal fonte de financiamento para os estudos referida pelos estudantes inquiridos era a família. Para 55,3% dos agregados familiares dos estudantes inquiridos, o rendimento médio mensal oscila entre os 581€ e os 1.500€. Dos inquiridos, 31,7% (n=216) responderam ter bolsa escolar, ou seja, um apoio financeiro estatal, cujo valor médio se situava nos 265,82€.

O gasto médio mensal apurado para cada estudante que mudou de residência para estudar no Politécnico de Leiria situou-se nos 630,50€, distribuído essencialmente por alojamento, taxas e propinas e alimentação. Se a este valor se adicionar as despesas com transportes (residência-Escola, casa de família-Escola e transporte próprio) o montante aumenta para os 782,06€.

Relativamente aos docentes, verificou-se que a amostra foi constituída maioritariamente por mulheres (53,3%), e nos colaboradores técnicos e administrativos, a percentagem de mulheres foi ainda mais elevada com 68,9%. Os grupos mencionados situavam-se maioritariamente na faixa etária dos 35 aos 44 anos. No caso dos colaboradores técnicos e administrativos foi possível constatar que 39% trabalhavam no Politécnico de Leiria há 15 anos ou mais, o que revela alguma estabilidade ao serviço da instituição.

No que se refere às qualificações académicas, é de destacar o grau de doutoramento de grande parte dos docentes (66,5%) do Politécnico de Leiria. A licenciatura era a qualificação que mais prevalecia no caso dos colaboradores técnicos e administrativos, no entanto o mestrado e o doutoramento tiveram também alguma

expressividade, com 21,4% e 11,7%, respetivamente. A categoria “Técnico Superior” era a mais expressiva da amostra dos colaboradores técnicos e administrativos (44,8%).

O agregado familiar, em ambos os casos, era maioritariamente constituído por 3 ou 4 pessoas (docentes: 65,4%; colaboradores técnicos e administrativos: 63,8%). O agregado familiar dos docentes auferia em média um rendimento líquido mensal de 3.441,22€ e apresentava um gasto médio mensal de 2.145,04€ (despesa média anual de 25.740,48€). Por sua vez, o agregado familiar dos colaboradores técnicos e administrativos auferia um rendimento líquido médio mensal no valor de 2.102,00€ e apresentava um gasto médio mensal de 1.791,24€ (despesa média anual de 21.203,43€). Comparando estes dois subgrupos, constata-se uma diferença entre os rendimentos líquidos dos agregados familiares, mais elevados no caso dos docentes, o que se traduz numa maior disponibilidade financeira, quer para gastos mensais, quer para poupança.

## 9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- Blume, L., Brenner, T., & Buenstorf, G. (2017). Universities and sustainable regional development. *Review of Regional Research*, 37:103.
- Caffrey, J., & Isaacs, H. (1971). *Estimating the Impact of a College or University on the Local Economy*. Washington, DC: American Council on Education. ERICED 252100.
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (2017). *Igualdade de género em Portugal: Boletim Estatístico 2017*. CIG. Disponível em <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2018/02/Boletim-estatistico-2017.pdf>.
- DGEEC (2018). *Estatísticas da Educação 2016/17. Principais resultados relativos ao Ensino Superior*. Disponível em: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/estatglobal/>.
- Fernandes, J. (2009). *O impacto económico das instituições do ensino superior no desenvolvimento regional: o caso do Instituto Politécnico de Bragança* (Tese de Doutoramento). Universidade do Minho, Guimarães.
- INE (2018). *Rendimento e Condições de Vida- 2018* (Dados Provisórios). Disponível em: [www.ine.pt](http://www.ine.pt).
- Nicolau, A., Pereira, C., Lucas, E., Correia, F., Fernandes, J., Alves, J. *et al.* (2014). O Impacto dos Institutos Politécnicos na Economia Local – Uma Primeira Reflexão. Publicação do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, Lisboa.
- OECD (2018). *Education at a Glance 2018: OECD Indicators*, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2018-en>
- Martins, S., Mauritti, R., & Costa, A. (2005). Condições socioeconómicas dos estudantes do ensino superior em Portugal (5ª ed.). Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Coleção Temas e Estudos de Acção Social, Lisboa.
- Yserte, R., & Rivera, M. (2010). The impact of the university upon local economy: three methods to estimate demand-side effects. *The Annals of Regional Science*, 44, 39-67.
- Ribeiro, R., Frade, C., Coelho, L. & Ferreira-Valente, A. (2015). *Crise Económica em Portugal: Alterações nas Práticas Quotidianas e nas Relações Familiares*. Livro de Atas do 1.º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, 5155-5171. Disponível em: <http://repositorio.uportu.pt:8080/bitstream/11328/1613/1/Crise%20Econ%C3%B3mica%20em%20Portugal.pdf>
- Santos, M. E. (Direção). (2018). *Estado da Educação 2017*. 1.ª edição Lisboa: Conselho Nacional da Educação, ISBN: 978-989-8841-20-9. Disponível em: [www.cnedu.pt](http://www.cnedu.pt).
- Wall, K. (Coord.). (2016). *LIVRO BRANCO - Homens e Igualdade de Género em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, ISBN 978-972-8399-75-7.

# ANEXO I – INQUÉRITOS AOS ESTUDANTES

Este inquérito insere-se num projeto de investigação onde se pretende determinar o impacto económico do Instituto Politécnico no desenvolvimento da região, sendo necessário, para isso, a caracterização socioeconómica dos estudantes.

Neste contexto, solicita-se a sua colaboração no preenchimento do mesmo. Os dados recolhidos são **absolutamente confidenciais** e serão tratados tendo como único objetivo o trabalho acima mencionado.

## Caracterização Pessoal

1 **Sexo:**  Feminino  Masculino

2 **Idade:** \_\_\_\_\_ anos

3 **Nacionalidade:**  Portuguesa  Outra. Qual?

4 **Estado Civil:**  Solteiro(a)  Casado(a) ou em união de facto  Divorciado(a) ou separado(a)  Viúvo(a)

5 **Tem filhos?**  Sim  Não

6 **Quantos filhos tem?** (Só responde: Tem filhos\_SIM) \_\_\_\_\_ filhos

7 **Qual a idade do mais novo?** (Só responde: Tem filhos\_SIM) \_\_\_\_\_ anos

8 **Qual era o seu concelho de residência antes de entrar no Instituto Politécnico?** \_\_\_\_\_

9 **Mudou de concelho de residência para frequentar o atual curso?**  Sim  Não

10 **Qual é o seu concelho de residência durante o período letivo?** \_\_\_\_\_

11 **Qual é o principal motivo pelo qual reside neste concelho?**

Natural do concelho  Frequência do Ensino Superior  Motivos profissionais  Outro. Qual?

## Percurso Escolar

12 **Qual o grau do ciclo de estudos que frequenta?**

CTESP  Licenciatura  Pós-graduação  Mestrado  Outro. Qual?

13 **Qual o curso que frequenta?** Designação: \_\_\_\_\_

14 **Ano em que está matriculado:**  1º ano  2º ano  3º ano  4º ano

15 **Ano da 1ª matrícula no curso que está a frequentar:** \_\_\_\_\_

16 **É aluno em mobilidade internacional (Erasmus+, dupla diplomação, prospective students, ou outros protocolos)?**

Sim  Não

17 **Condição perante o ensino:**  Estudante  Trabalhador-Estudante (com Estatuto de TE)  Trabalhador-Estudante (sem Estatuto de TE formalizado)

18 **Regime de estudos:**  Estudante a tempo integral  Estudante a tempo parcial  A frequentar Unidades Curriculares (UC) isoladas

19 **Escola do curso onde se encontra matriculado: Nota: adequar a cada politécnico**

ESECS  ESTG  ESAD  ESTM  ESSLEI

20 **Qual foi a via de acesso à licenciatura que frequenta?** (Só responde: estudantes a frequentar licenciatura)

Contingente Geral (Concurso Nacional de Acesso)  CET  CTESP  Maiores de 23 anos

Outra (estudante internacional, atletas, concursos especiais) Qual?

21 **O curso onde ingressou foi a sua 1ª opção?** (Só responde: estudantes a frequentar licenciatura)  Sim  Não

22 **Se não tivesse ingressado neste Instituto Politécnico, teria ido estudar para outra instituição de ensino superior?**

Sim  Não

23 **Porquê?** (Só responde: Se não tivesse ingressado neste Instituto Politécnico, teria ido estudar em outra instituição de ensino superior\_NAO)

Porque a formação que pretendia frequentar só existia nesta instituição

Porque não podia deslocar-me para estudar, por dificuldades económicas

Porque não podia deslocar-me para estudar, por motivos de trabalho

Porque não podia deslocar-me para estudar, por motivos familiares

Outro. Qual?

24 **Possuía experiência de trabalho/formação profissional antes de entrar no Ensino Superior?**

Sim  Não

## Situação Escolar Atual

25 Quanto dias está, em média, presencialmente na escola?  Um dia por semana  Dois dias por semana  Três dias por semana  Quatro dias por semana  Cinco dias por semana  Seis dias por semana

26 Qual a sua situação profissional atual? (Só responde: Estudante\_TRABALHADOR-ESTUDANTE)

Empresário (com empregados)  Independente ou empresário (sem empregados)  Trabalhador por conta de outrem  Familiar não remunerado (trabalha numa empresa/estabelecimento de um familiar, sem remuneração)  Outra. Qual? \_\_\_\_\_

27 Quantas horas trabalha, em média, semanalmente? (Só responde: Estudante\_TRABALHADOR-ESTUDANTE)

Até 5 horas  De 6 a 10 horas  De 11 a 15 horas  De 16 a 35 horas  Mais de 35 horas

28 Qual a relação entre a sua atividade profissional e a sua área de estudo? (Só responde: Estudante\_TRABALHADOR-ESTUDANTE)

Completamente relacionadas  Bastante relacionadas  Pouco relacionadas  Não estão de todo relacionadas

29 Quando terminar o curso pretende residir no concelho onde atualmente estuda?

Sim, se conseguir encontrar emprego  Sim, porque é natural do concelho e não pretende mudar  Sim, porque já constituiu família neste concelho  Sim, porque pretende continuar a sua formação na instituição  Não, porque pretende regressar ao concelho de onde é natural  Não, porque pretende estudar/trabalhar no estrangeiro  Irá para onde encontrar emprego  Não sabe/não responde

#### Condições de vida

30 Qual o seu tipo de alojamento durante o semestre letivo?  Quarto arrendado individual  Quarto arrendado partilhado  Residência de estudantes  Casa dos pais/familiares  Casa/apartamento próprio  Casa/apartamento arrendado  Outro. Qual?

31 Como avalia as suas condições de alojamento?  Muito satisfatórias  Satisfatórias  Aceitáveis  Más  Muito más

32 Indique o rendimento/orçamento médio mensal à sua disposição segundo a fonte de origem:

	Euros
Família ou companheiro/a	
Apoio financeiro estatal na forma de bolsa escolar (não reembolsável)	
Apoio financeiro de fundações, autarquias, empresas, IPSS, ou outros	
Recurso a empréstimo	
Rendimento ganho através do trabalho	
Outras fontes.	

33 Especifique qual/quais a(s) sua(s) outra(s) fonte(s) de rendimento: \_\_\_\_\_

34 Se traz bens consumíveis de casa, como por ex. comida, bilhetes de autocarros comprados por familiares, etc., quantifique o seu valor mensal: \_\_\_\_\_ Euros

35 Especifique quais os gastos médios mensais que tem no local onde estuda:

	Euros
Alojamento	
Alimentação	
Livros e outro material escolar	
Despesas de saúde	
Atividades de lazer (e.g. filmes, bares, discotecas, saídas noturnas)	
Bens pessoais (e.g. roupa, artigos de higiene, etc.)	
Material informático e Internet	
Propinas, taxas de matrícula, taxas de exames, etc. (considere o valor anual e dívida por 10)	
Outras despesas (sem transportes)	

36 Especifique que outras despesas tem no local onde estuda. \_\_\_\_\_

37 Como avalia a sua situação financeira? (Escolha a opção que melhor caracteriza a sua situação financeira)

Muito boa (isto é, consegui poupar dinheiro)  Boa (isto é, não teve que fazer qualquer restrição)  Suficiente (isto é, fez face às despesas)  Insuficiente (isto é, teve que cortar muitas despesas)  Muito insuficiente (isto é, teve de recorrer a empréstimos/utilizou poupanças)

38 Onde faz regularmente as suas refeições?

	Em casa (ou traz de casa)	Na cantina	No bar da Escola	Em estabelecimentos comerciais de restauração
Peq. Almoço	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Almoço	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Jantar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**39 Qual a distância entre a sua atual residência e o estabelecimento de ensino?**

Menos de 2 km  Entre 2 e 5 km  Entre 6 e 20 km  Mais de 20 km

**40 Qual o principal meio utilizado nas deslocações entre a sua atual residência e o estabelecimento de ensino?**

A pé  Transporte público  Transporte próprio  Outro. Qual?

**41 Indique quais os seus gastos médios mensais com a deslocação (e.g. bilhete de autocarro, táxi, comparticipação em boleias, etc.) entre a residência no período letivo e:**

	Não gasta nada	Até 25€	26€ a 50€	51€ a 75€	76€ a 100€	> 100€
Estabelecimento de ensino	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
(Alínea seguinte só responde quem está deslocado da casa da família)						
Casa de família	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**42 Quais os seus gastos médios mensais com a utilização do meio de transporte próprio (e.g. combustível, manutenção, reparações, seguro, portagens, etc.)? (Só responde: se na pergunta 40 assinalou a opção “transporte próprio”)**

Até 25€  Entre 26€ e 50€  Entre 51€ e 75€  Entre 76€ e 100€  
 Entre 101€ e 125€  Entre 126€ e 150€  Mais de 150€

**43 Com que frequência costuma receber visitas de familiares/amigos residentes fora do concelho?**

(Só responde: Mudou de residência para frequentar o atual curso SIM)

Nunca  Até 5 vezes por ano  Entre 6 a 10 vezes por ano  Mais de 10 vezes por ano

**44 Quanto tempo, em média, permanecem as suas visitas?**

(Só responde: quem na pergunta 43 respondeu qualquer opção exceto “Nunca”)

Menos de 24 horas  Entre 24 horas e dois dias  Três ou mais dias

**45 Quanto gastam as suas visitas por dia, em média, no conjunto, no concelho onde estuda?**

(Só responde: quem na pergunta 43 respondeu qualquer opção exceto “Nunca”)

Até 50€  Entre 51€ e 75€  Entre 76€ e 100€  Entre 101€ e 125€  Entre 126€ e 150€  Entre 151€ e 175€  
 Entre 176€ e 200€  Entre 201€ e 250€  Entre 251€ e 300€  Mais de 300€

### Caracterização Familiar

**46 Contando consigo, quantas pessoas constituem o seu agregado familiar?** \_\_\_\_\_ pessoas

**47 Qual a condição perante o trabalho dos seus pais?**

	Mãe	Pai
Empregado (a)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desempregado (a)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reformado (a)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Doméstico (a) (por opção, sem ser em situação de desemprego)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não faz parte do meu agregado familiar (falecimento, ausência, outros motivos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**48 Qual a categoria socioprofissional atual dos seus pais?**

	Mãe	Pai
Profissões das Forças Armadas (oficiais, sargentos e praças)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Representantes do Poder Legislativo e de Órgãos Executivos, Dirigentes, Diretores e Gestores Executivos (diretores e gestores de empresas, diretores de serviços administrativos e comerciais, de produção e de serviços especializados, de hotelaria, restauração, comércio e de outros serviços)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Especialistas das Atividades Intelectuais e Científicas (professores e investigadores das ciências físicas, matemáticas, engenharias)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Técnicos e Profissões de Nível Intermédio (técnicos das ciências e engenharia, da saúde, das áreas financeira, administrativa e dos negócios de nível intermédio, técnicos das tecnologias de informação e comunicação)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pessoal Administrativo (empregados de escritório, operadores de dados, de contabilidade, estatística, de serviços financeiros, ...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Proteção e Segurança E Vendedores (vendedores, trabalhadores dos cuidados pessoais e similares, pessoal dos serviços de proteção e segurança, ...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Agricultores e Trab. Qualificados da Agricultura, da Pesca e da Floresta (trabalhadores qualificados da agricultura e produção animal, da floresta, criadores de animais, pescadores, caçadores, ...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
TRABALHADORES QUALIFICADOS DA INDÚSTRIA, CONSTRUÇÃO E ARTÍFICES (Trabalhadores qualificados da construção, da metalurgia, em eletricidade e em eletrónica, da impressão, do fabrico de instrumentos de precisão, joalheiros, artesãos, da transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e outras indústrias e artesanato, ...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



	Mãe	Pai
Operadores de Instalações, Máquinas e Trab. de Montagem (operadores de instalações fixas e máquinas; trabalhadores da montagem; condutores de veículos e operadores de equipamentos móveis, ...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Trabalhadores Não Qualificados (trabalhadores de limpeza; trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta, da indústria extrativa, construção, indústria transformadora e transportes; assistentes na preparação de refeições, ...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não faz parte do meu agregado familiar (falecimento, ausência, outros motivos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**49 Qual o nível de escolaridade dos seus pais?**

	Mãe	Pai
Nenhum	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1º Ciclo incompleto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino Básico 1º Ciclo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino Básico 2º Ciclo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino Básico 3º Ciclo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino Secundário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Bacharelato	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Licenciatura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pós-Graduação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mestrado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Doutoramento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não faz parte do meu agregado familiar (falecimento, ausência, outros motivos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**50 Qual o rendimento líquido médio mensal do seu agregado familiar?**

- Até 580€
  Entre 581€ e 1.000€
  Entre 1.001€ e 1.500€
  Entre 1.501€ e 2.000€
  Entre 2.001€ e 2.500€
  Entre 2.501€ e 3.000€
  Entre 3.001€ e 3.500€
  Entre 3.501€ e 4.000€
  Entre 4.001€ e 5.000€
  Mais de 5.000€

**Mobilidade Internacional**

**51 Já frequentou alguma instituição de ensino superior no estrangeiro?**  Sim  Não

**52 O seu período de estudo no estrangeiro fazia parte de algum programa:**

(Só responde: Já frequentou alguma instituição de ensino superior no estrangeiro\_SIM)

- Não
  Sim, ERASMUS+
  Sim, outro programa da EU
  Outro. Qual?

**Obrigado pela sua colaboração!**

## ANEXO II – INQUÉRITO AOS DOCENTES

Este inquérito insere-se num projeto de investigação onde se pretende determinar o impacto económico do Instituto Politécnico no desenvolvimento da região, sendo necessário, para isso, a caracterização socioeconómica e profissional dos docentes. Neste contexto, solicita-se a sua colaboração no preenchimento do mesmo. Os dados recolhidos são **absolutamente confidenciais** e serão tratados tendo como único objetivo o trabalho acima mencionado.

### 1. Caracterização Profissional

1 Qual a sua categoria profissional?

- Professor Coordenador ou Professor Coordenador Principal  Professor Adjunto  Professor Coordenador Convidado ou Equiparado  Professor Adjunto Convidado ou Equiparado  Assistente Convidado ou Equiparado  Assistente  Monitor  Outra Qual?

2 Especifique o seu vínculo de emprego público:  Termo certo  Tempo indeterminado

3 Especifique a modalidade do vínculo emprego público:  Tempo integral  Tempo parcial. Qual a percentagem? \_\_\_\_\_

4 Local onde desempenha as suas funções (*Indique a escola à qual está vinculado*) Nota: adequar a cada politécnico  ESECS

ESTG  ESAD  ESTM  ESSLei  Outro. Qual?

5 Há quantos anos trabalha neste Instituto Politécnico? \_\_\_\_\_ anos

6 Quantos dias por semana está, em média, no Instituto Politécnico?

Um dia  Dois dias  Três dias  Quatro dias  Cinco dias  Seis dias

7 Como avalia globalmente as instalações do Instituto Politécnico onde trabalha?

Muito satisfatórias  Satisfatórias  Aceitáveis  Más  Muito más

### 2. Caracterização Pessoal e Familiar

8 Sexo:  Feminino  Masculino

9 Idade: \_\_\_\_\_ anos

10 Estado civil:  Solteiro(a)  Casado(a) ou em união de facto  Divorciado(a) ou separado(a)  Viúvo(a)

11 Habilitações académicas:  Licenciatura  Mestrado  Doutoramento  Outra. Qual?

12 Qual era seu concelho de residência antes de ser docente deste Instituto Politécnico? \_\_\_\_\_

13 Atualmente reside no concelho ou em um dos concelhos em que o seu Politécnico tem escolas?

Sim  Não Qual? \_\_\_\_\_

14 Mudou de concelho de residência para desempenhar as suas funções no Instituto Politécnico?

(só responde se tiver dito SIM na questão 13)  Sim  Não

15 Durante a semana está deslocado da sua residência para desempenhar as suas funções no Politécnico?

(só responde se tiver dito NÃO na questão 13)  Sim  Não

16 O seu agregado familiar reside consigo? Só responde se tiver dito sim na questão 13  Sim  Não

17 Contando consigo, quantas pessoas constituem o seu agregado familiar? Só responde se tiver dito sim na questão

13 \_\_\_\_\_ pessoas

18 Tem filhos? Só responde se tiver dito sim na questão 13  Sim  Não

19 Quantos filhos tem? (só responde: Tem filhos\_SIM) \_\_\_\_\_

20 Qual a idade do mais novo? (só responde: Tem filhos\_SIM) \_\_\_\_\_ anos

### 3. Condições de Vida

21 Qual o tipo de alojamento durante o semestre letivo?  Quarto Arrendado  Casa dos pais/familiares  Casa/apartamento próprio  Casa/apartamento arrendado  Outro. Qual?

22 Qual o rendimento líquido médio mensal do seu agregado familiar?

Até 580€  Entre 581€ e 1.160€  Entre 1.161€ e 2.320€  Entre 2.321€ e 3.480€  Entre 3.481€ e 4.640€

Entre 4.641€ e 5.800€  Entre 5.801€ e 6.960€  Entre 6.961€ e 8.120€  Mais de 8.120€

23 Quais os gastos médios mensais do seu agregado familiar com:

	Euros
Alojamento (e.g. renda ou prestação de empréstimo, IMI, condomínio)	
Educação dos filhos (excluindo livros e material escolar)	
Alimentação	
Livros e outro material escolar	
Despesas de saúde	
Atividades de lazer (e.g. filmes, espetáculos, etc.)	
Bens pessoais (e.g. roupa, artigos de higiene, etc.)	
Despesas correntes (e.g. eletricidade, gás, água, serviços TV/internet, etc.)	
Outras despesas (excluindo transportes, e.g. seguros, educação de adultos)	

**24 Especifique que outras despesas mensais tem no seu agregado familiar:** (Só responde: Quais os gastos médios mensais do seu agregado familiar com\_ Outras despesas) \_\_\_\_\_

**25 Onde faz regularmente as suas refeições durante o período escolar?**

	Em casa (ou traz de casa)	Na cantina	No bar da Escola	Em estabelecimentos comerciais de restauração
Peq. almoço	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Almoço	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Jantar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**26 Possui meio de transporte próprio?**  Sim  Não

**27 Quais os meios de transporte que o seu agregado familiar possui e a respetiva quantidade?** (Só responde: Possui meio de transporte próprio\_Sim)

Automóvel	
Motorizada (até 50 c.c.)	
Mota (mais de 50 c.c.)	
Outro	

**28 De que forma se desloca para o seu local de trabalho? (Indique o mais frequente)**

A pé  Automóvel  Motorizada (até 50 c.c.)  Mota (mais de 50 c.c.)  Transportes públicos  Outra. Qual?

**29 Indique quais os gastos médios mensais com deslocações para o seu local de trabalho:**  Nenhum  Até 50€  Entre 51€ e 75€  Entre 76€ e 100€  Entre 101€ e 125€  Entre 126€ e 150€  Mais de 150€

**30 Quais os gastos médios mensais com a utilização do meio de transporte próprio (e.g. combustível, manutenção, reparações, seguro, portagens, etc.)?**  Nenhum  Até 50€  Entre 51€ e 75€  Entre 76€ e 100€  Entre 101€ e 125€  Entre 126€ e 150€  Entre 151€ e 200€  Entre 201€ e 300€  Entre 301€ e 500€  Mais de 500€

**31 Quais os gastos médios mensais com deslocações em outros meios de transporte (e.g. bilhete de autocarro, táxi, participação em boleias, passagem aérea, etc.)?**  Nenhum  Até 50€  Entre 51€ e 75€  Entre 76€ e 100€  Entre 101€ e 125€  Entre 126€ e 150€  Mais de 150€

**32 Com que frequência costuma receber visitas de familiares/amigos de fora do concelho?**

(Só responde: docentes que residem no concelho ou estejam deslocados: só na análise se pode considerar isto)

Nunca  Até 5 vezes por ano  Entre 6 a 10 vezes por ano  Mais de 10 vezes por ano

**33 Quanto tempo, em média, permanecem as visitas?**

Menos de 24 horas  Entre 24 horas e dois dias  Três ou mais dias

**34 Quanto gastam, em média, as suas visitas por dia, no conjunto, no concelho?**  Até 50€  Entre 51€ e 75€  Entre 76€ e 100€  Entre 101€ e 125€  Entre 126€ e 150€  Entre 151€ e 175€  Mais de 175€

**35 O seu vencimento é depositado numa dependência bancária do concelho onde trabalha?**  Sim  Não

**36 No caso de haver poupança, a sua poupança média mensal é depositada numa dependência bancária do concelho onde trabalha?**  Sim  Não

**37 Em média, qual o valor da poupança mensal do agregado familiar?**  Até 50€  Entre 51€ e 100€  Entre 101€ e 250€  Entre 251€ e 500€  Entre 501€ e 750€  Entre 751€ e 1.000€  Mais de 1.000€

**38 Tem algum empréstimo numa dependência bancária do concelho onde trabalha?**  Sim  Não

**39 Indique qual o montante inicial do empréstimo:** (Só responde: Tem algum empréstimo numa dependência bancária do concelho onde trabalha\_SIM)  Até 10.000€  Entre 10.001€ e 25.000€  Entre 25.001€ e 50.000€

Entre 50.001€ e 75.000€  Entre 75.001€ e 100.000€  Mais de 100.000€

**40 Fez algum investimento ou aquisição no concelho onde trabalha (casa própria, casa para arrendar, automóvel, empresa)?**  Sim  Não

**41 Qual o valor total desse(s) investimento(s) ou aquisição no concelho onde trabalha?** (Só responde: Fez algum investimento ou aquisição no concelho onde trabalha\_SIM)

	Euros
Casa própria	
Casa para arrendar a terceiros	
Automóvel	
Empresa	
Outro	

**42 Que outro investimento ou aquisição fez no concelho onde trabalha?** \_\_\_\_\_

Muito obrigado pela sua colaboração!

# ANEXO III – INQUÉRITO AOS CALABORADORES TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS

Este inquérito insere-se num projeto de investigação onde se pretende determinar o impacto económico do Instituto Politécnico no desenvolvimento da região, sendo necessário, para isso, a caracterização socioeconómica e profissional dos funcionários não docentes do Instituto.

Neste contexto, solicita-se a sua colaboração no preenchimento do presente questionário. Os dados recolhidos são **absolutamente confidenciais** e serão tratados tendo como único objetivo o trabalho acima mencionado.

## 1. Caracterização Profissional

- 1 Qual a sua categoria profissional?  Dirigente  Técnico Superior  Assistente Técnico (coordenador técnico ou assistente técnico)  Assistente Operacional (encarregado geral operacional, encarregado operacional ou assistente operacional)  Especialista de Informática  Técnico de Informática  Outro. Qual?
- 2 Especifique o seu vínculo de emprego público:  Termo incerto  Termo certo  Tempo indeterminado
- 3 Local onde desempenha as suas funções: (Indique escola/serviço ao qual está vinculado) Nota: Adequar a cada politécnico  ESECS  ESTG  ESAD  ESTM  ESSLEI  Serviços Centrais  Outro. Qual?
- 4 Há quantos anos trabalha neste Instituto Politécnico? \_\_\_\_\_ anos
- 5 Como avalia globalmente as instalações do Instituto Politécnico onde trabalha?  Muito Satisfatórias  Satisfatórias  Aceitáveis  Más  Muito más

## 2. Caracterização pessoal e familiar

- 6 Sexo:  Feminino  Masculino
- 7 Idade: \_\_\_\_\_ anos
- 8 Estado civil:  Solteiro(a)  Casado(a) ou em união de facto  Divorciado(a) ou separado(a)  Viúvo(a)
- 9 Habilitações académicas:  Ensino Básico  Ensino Secundário incompleto  Ensino Secundário completo  Bacharelato  Licenciatura  Pós-graduação  Mestrado  Doutoramento
- 10 Qual era o seu concelho de residência antes de ser funcionário deste Instituto Politécnico? \_\_\_\_\_
- 11 Atualmente reside no concelho ou em um dos concelhos em que o seu Politécnico tem escolas?  Sim  Não Qual? \_\_\_\_\_
- 12 Mudou de concelho de residência para desempenhar as suas funções no Instituto Politécnico? (só responde se tiver dito SIM na questão 11)  Sim  Não
- 13 Durante a semana está deslocado da sua residência para desempenhar as suas funções no Politécnico? (só responde se tiver dito NÃO na questão 11)  Sim  Não
- 14 O seu agregado familiar reside consigo? Só responde se tiver dito sim na questão 11  Sim  Não
- 15 Contando consigo, quantas pessoas constituem o seu agregado familiar? Só responde se tiver dito sim na questão 11 \_ pessoas
- 16 Tem filhos? Só responde se tiver dito sim na questão 11  Sim  Não
- 17 Quantos filhos tem? (só responde: Tem filhos\_SIM) \_\_\_\_\_ filhos
- 18 Qual a idade do mais novo? (só responde: Tem filhos\_SIM) \_\_\_\_\_ anos

## 3. Condições de vida

- 19 Qual o tipo de alojamento durante a semana de trabalho no Instituto?  Quarto arrendado  Casa dos pais/familiares  Casa/apartamento próprio  Casa/apartamento arrendado  Outro. Qual?
- 20 Qual o rendimento líquido médio mensal do seu agregado familiar?  Até 580€  Entre 581€ e 1.160€  Entre 1.161€ e 2.320€  Entre 2.321€ e 3.480€  Entre 3.481€ e 4.640€  Entre 4.641€ e 5.800€  Entre 5.801€ e 6.960€  Entre 6.961€ e 8.120€  Mais de 8.120€
- 21 Quais os gastos médios mensais do seu agregado familiar com:

	Euros
Alojamento (e.g. renda ou prestação de empréstimo, IMI, condomínio)	
Educação dos filhos (excluindo livros e material escolar)	
Alimentação	
Livros e outro material escolar	
Despesas de saúde	
Atividades de lazer (e.g. filmes, espetáculos, etc.)	
Bens pessoais (e.g. roupa, artigos de higiene, etc.)	

Despesas correntes (e.g. eletricidade, gás, água, serviços TV/internet, etc.)	
Outras despesas (excluindo transportes, e.g. seguros, educação de adultos)	

**22 Especifique que outras despesas tem no seu agregado familiar:** (Só responde: Quais os gastos médios mensais do seu agregado familiar com\_ Outras despesas) \_\_\_\_\_

**23 Onde faz regularmente as suas refeições durante o período escolar?**

	Em casa (ou traz de casa)	Na cantina	No bar da Escola	Em estabelecimentos comerciais de restauração
Peq. almoço	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Almoço	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Jantar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**24 Possui meio de transporte próprio?**  Sim  Não

**25 Quais os meios de transporte que o seu agregado familiar possui e a respetiva quantidade?** (Só responde: Possui meio de transporte próprio\_Sim)

Automóvel	
Motorizada (até 50 c.c.)	
Mota (mais de 50 c.c.)	
Outro	

**26 De que forma se desloca para o seu local de trabalho? (Indique o mais frequente)**

A pé  Automóvel  Motorizada (até 50 c.c.)  Mota (mais de 50 c.c.)  Transportes públicos  Outra. Qual?

**27 Indique quais os gastos médios mensais com deslocações para o seu local de trabalho:**

Nenhum  Até 50€  Entre 51€ e 75€  Entre 76€ e 100€  Entre 101€ e 125€  Entre 126€ e 150€  Mais de 150€

**28 Quais os gastos médios mensais com a utilização do meio de transporte próprio (e.g. combustível, manutenção, reparações, seguro, portagens, etc.)?**

Nenhum  Até 50€  Entre 51€ e 75€  Entre 76€ e 100€  Entre 101€ e 125€  Entre 126€ e 150€  Entre 151€ e 200€  Entre 201€ e 300€  Entre 301€ e 500€  Mais de 500€

**29 Quais os gastos médios mensais com deslocações em outros meios de transporte (e.g. bilhete de autocarro, táxi, participação em boleias, passagem aérea, etc.)?**  Nenhum  Até 50€  Entre 51€ e 75€  Entre 76€ e 100€  Entre 101€ e 125€  Entre 126€ e 150€  Mais de 150€

**30 Com que frequência costuma receber visitas de familiares/amigos de fora do concelho?** (Só responde: func. que residem no concelho ou estejam deslocados: só na análise se pode considerar isto)

Nunca  Até 5 vezes por ano  Entre 6 a 10 vezes por ano  Mais de 10 vezes por ano

**31 Quanto tempo, em média, permanecem as visitas?**  Menos de 24 horas  Entre 24 horas e dois dias  Três ou mais dias

**32 Quanto gastam, em média, as suas visitas por dia, no conjunto, no concelho?**  Até 50€  Entre 51€ e 75€  Entre 76€ e 100€  Entre 101€ e 125€  Entre 126€ e 150€  Entre 151€ e 175€  Mais de 175€

**33 O seu vencimento é depositado numa dependência bancária do concelho onde trabalha?**  Sim  Não

**34 No caso de haver poupança, a sua poupança é depositada numa dependência bancária do concelho onde trabalha?**  Sim  Não

**35 Em média, qual o valor da poupança mensal do seu agregado familiar?**

Até 50€  Entre 51€ e 100€  Entre 101€ e 250€  Entre 251€ e 500€  Entre 501€ e 750€

Entre 751€ e 1.000€  Mais de 1.000€

**36 Tem algum empréstimo numa dependência bancária do concelho onde trabalha?**  Sim  Não

**37 Indique qual o montante inicial do empréstimo:** (Só responde: Tem algum empréstimo numa dependência bancária do concelho onde trabalha\_SIM)  Até 10.000€  Entre 10.001€ e 25.000€  Entre 25.001€ e 50.000€

Entre 50.001€ e 75.000€  Entre 75.001€ e 100.000€  Mais de 100.000€

**38 Fez algum investimento ou aquisição no concelho onde trabalha (casa própria, casa para arrendar, automóvel, empresa)?**

Sim  Não

**39 Qual o valor total desse(s) investimento(s) ou aquisição no concelho onde trabalha?**

(Só responde: Fez algum investimento ou aquisição no concelho onde trabalha\_SIM)

	Euros
Casa própria	
Casa para arrendar a terceiros	
Automóvel	
Empresa	
Outro	

**40** Especifique que outro investimento ou aquisição fez no concelho onde trabalha. \_\_\_\_\_  
**Muito obrigado pela sua colaboração!**

